



UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia -- Departamento de Geociências

Ano 1, N.º 1, Jul./ Dez. 2012

CAPA

Montagem sobre o detalhe do planisfério *Cosmographiae introductio*, de Martin Waldseemüller (1475-1522), em que aparece pela primeira vez a nomeação de América para o continente recém-descoberto.

“Mapas sempre foram estratégicos. Geógrafos faziam mapas para reis. Eles são instrumentos de controle, de poder, de política, de domínio marítimo e territorial. Inútil dizer: são *visões de mundo*.” Guilherme Ribeiro, *A Imagem como Concepção de Mundo*, p. 147.

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

- Geografia Urbana –**
- Geografia Política –**
- Desenvolvimento Sustentável –**
- Ensino de Geografia –**
- Análise Geoambiental –**

Ano 1, N.º 1, Jul./ Dez. 2012

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 1, N.º 1, Jul./ Dez. 2012

[http://r1.ufrrj.br/revistaconti/
continentes@ufrrj.br](http://r1.ufrrj.br/revistaconti/continentes@ufrrj.br)

CONTINENTES: Revista de Geografia da UFRRJ

Revista Semestral – Jul. / Dez. 2012, Ano 1, número 1.

ISSN 2317-8825

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Departamento de Geociências

Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Professor Ricardo Motta Miranda

Vice-Reitor: Professora Ana Maria Dantas Soares

Diretor do IA: Antonio Carlos de Souza Abboud

Chefe do DEGEO: Sérgio Brandolise Citroni

Coordenadora do Curso de Geografia: Regina Cohen Barros

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Jader de Oliveira Santos (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)

Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Clarice Cassab (UFJF)

Denizart Fortuna (UFF)

Cleber Marques de Castro (UERJ; PUC-RJ)

Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)

Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)

Federico Ferretti (Univ. de Genebra)

Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ)

Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)

Hector Mendoza Vargas (UNAM)

Helena Pina (Univ. do Porto)

Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)

Jorge Soares Marques (UERJ)

Juliana Menezes (UFF)

Jurandyr Ross (USP)

Leonardo Arantes (UFF)

Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)

Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)

Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)

Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFF)

Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)

Marisa Silva Amaral (UFU)

Paul Claval (Sorbonne – Paris IV)

Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)

Rodrigo Teixeira (PUC-MG)

William Ribeiro da Silva (UFRJ)

SUMÁRIO

1 **EDITORIAL INAUGURAL**

5 **APRESENTAÇÃO**

ARTIGOS

9 *O Estudo da Gentrificação*
Maria Alba Sargatal Bataller

38 *A Política Urbana no Governo Lula (2003-2010):
Permanências e Mudanças*
Arlete Moysés Rodrigues

56 *A Dimensão Política da Revitalização do Porto do Rio de Janeiro:
Um Estudo do Projeto “Porto Maravilha”*
Caroline Rodrigues da Silva

72 *Os “Limites do Crescimento” 40 Anos Depois:
Das Profecias do Apocalipse Ambiental ao
“Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”*
Leandro Dias de Oliveira

97 *Diferentes Linguagens na Educação Geográfica da
Cidade do Rio de Janeiro*
Ana Cláudia Ramos Sacramento

119 *Sistemas Ambientais e Capacidade de Suporte na
Bacia Hidrográfica do Rio Curu-Ceará*
Marcos José Nogueira de Souza
Jader de Oliveira Santos
Vlândia Pinto Vidal de Oliveira

RESENHA

145 *A Imagem como Concepção de Mundo*
Guilherme Ribeiro

SUMMARY

1 **INAUGURAL EDITORIAL**

5 **PRESENTACION**

ARTICLES

9 *The Study of Gentrification*
Maria Alba Sargatal Bataller

38 *The Urban Policy in Lula's Government (2003-2010):
Permanences and Changes*
Arlete Moysés Rodrigues

56 *The Political Dimension of Rio de Janeiro Port Revitalization:
A Study of "Porto Maravilha" Project.*
Caroline Rodrigues da Silva

72 *"The Limits to Growth" Forty Years Later:
From "Prophecies of Environmental Armageddon" to
"Ecologically Sustainable Common Future"*
Leandro Dias de Oliveira

97 *The Geographical Education in Rio de Janeiro: Different Languages*
Ana Cláudia Ramos Sacramento

119 *Environmental Systems and Support Capability in the
Hydrographic Basin of Curu River-Ceará*
Marcos José Nogueira de Souza
Jader de Oliveira Santos
Vlândia Pinto Vidal de Oliveira

REVIEWS

145 *Image as Worldview*
Guilherme Ribeiro

SOMMAIRE

1 **ÉDITION INAUGURALE**

5 **PRÉSENTATION**

ARTICLES

9 *L'étude de la gentrification*
Maria Alba Sargatal Bataller

38 *La politique urbaine du gouvernement Lula (2003-2010):
permanences et changements*
Arlete Moysés Rodrigues

56 *La dimension politique de la revitalisation du port à Rio de Janeiro:
étude de cas du projet "Porto Maravilha"*
Caroline Rodrigues da Silva

72 *Les "Limites à la Croissance" depuis quarante ans:
des prophéties de l'Apocalypse Environnemental jusqu'au
"Futur Commun Écologiquement Durable"*
Leandro Dias de Oliveira

97 *Les différentes langages de l'éducation géographique
à la ville de Rio de Janeiro*
Ana Cláudia Ramos Sacramento

119 *Systèmes environnementaux et capacité de support dans la bassin
hydrographique de la fleuve Curu-Ceará*
Marcos José Nogueira de Souza
Jader de Oliveira Santos
Vládia Pinto Vidal de Oliveira

COMPTE-RENDUES

145 *L'image en tant que conception du monde*
Guilherme Ribeiro

EDITORIAL INAUGURAL

PARA ALÉM DO ESPAÇO COMO CONTINENTE

Maurilio Lima Botelho

Leandro Dias de Oliveira

André Santos da Rocha

Guilherme Ribeiro*

O curso de Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) tem a satisfação de apresentar *Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*.

Torna-se oportuno o resgate etimológico da palavra *continente*: oriunda do latim *continere*, cujos sentidos podem ser “abarcар”, “manter unido”, tem na raiz do seu sufixo *tenere* a menção de “guardar” ou “segurar”. *Continente* insinua, portanto, “aquilo que guarda”, “que contém alguma coisa”. Para além da forma, ele se revela recheado de “conteúdos”.

Ao pensarmos em “*continentes*”, poderíamos indicar a metáfora de que “um novo mundo se abre”, mas nossa pretensão é mais modesta. Trata-se apenas de ampliar a reflexão crítica através da publicação de dossiês, artigos, entrevistas e resenhas sobre temas relevantes da ciência geográfica e de áreas afins. A intenção é promover a discussão e o aprofundamento teórico e empírico sobre os processos espaciais e ambientais que moldaram a sociedade contemporânea, atuam no presente e afetam nosso futuro.

A metáfora do *continente*, aliás, é uma constante nas reflexões teóricas que tentam explicar conceitos como *espaço*, *meio* e *tempo* — este último, como se sabe, não é exclusividade da História, mas matriz do próprio pensamento geográfico. Para uma ciência que privilegia a análise do tempo presente, cumpre sublinhar que Paul Vidal de la Blache (1845-1918), um dos principais elaboradores do *corpus* epistemológico da geografia que conhecemos atualmente, era historiador de formação. A seu turno, Friedrich Ratzel (1844-1904), também consagrado um dos principais geógrafos da Era Contemporânea, fez seus estudos na área de Farmácia, dedicando a maior parte do começo de sua carreira à Geologia, à Paleontologia e à Zoologia. Essencial na

* Professores do curso de Geografia, Depto. de Geociências - UFRRJ.

interpretação geográfica, a categoria *paisagem* advém da pintura praticada nos Países Baixos do século XV. Tempo, Ambiente, Arte: a geografia já nasce *transdisciplinar* e *avant-garde*, porém, infelizmente, inclinou-se em demasia para uma leitura mimética, redutora, “científica” do mundo. Uma das intenções da *Continentes* é a de *reabrir a Geografia*, ensejando convidar e ser convidada a prosar com a Ciência Política, a História, a Economia, a Sociologia, assim como as Belas-Artes, as Letras, a Filosofia.

Em *Manière de penser l'urbanisme*, de 1946, o arquiteto suíço Le Corbusier definiu a morada (“unidade da habitação”) como “um continente que responde a certas condições”, numa clara demarcação da funcionalidade espacial dessa forma arquitetônica. Em 1965, na obra *Pour Marx*, o filósofo francês Louis Althusser, na sua controversa releitura da obra de Marx, afirmou que o pensador alemão “abriu o continente da História”, recorrendo a uma imagem espacial para dar conta de uma nova abordagem histórica. No Brasil, uma geração inteira formou-se por intermédio do belíssimo livro do geógrafo paulista Aroldo de Azevedo intitulado, precisamente, *Os Continentes* (1967), texto que enfatizava sobremaneira a sucessiva descrição de elementos físicos e sociais.

De todo modo, foi outro pensador francês quem apontou a importância de se pensar o espaço para além de sua representação como mero receptáculo. Na coletânea publicada em português em 1979 nomeada *Microfísica do Poder*, Michel Foucault buscava “a história dos espaços como espaços de poder” e, assim sendo, destacou a necessidade de “ir além do espaço como continente”.

Partindo deste pressuposto hoje considerado básico, isto é, tomar o *espaço* não apenas como o recipiente ou a caixa onde *coisas estão dispostas*, é preciso retomar as lições do filósofo Henri Lefebvre no sentido de estudarmos as formas espaciais *também como conteúdos*.

Algumas palavras sobre o Curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Iniciado em 2009, o curso de Geografia pertence ao Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) — que também oferece o Curso de Bacharelado em Geologia. A formação em Geografia nesta unidade oferece habilitação tanto em Licenciatura quanto em Bacharelado, prezando pela articulação entre pesquisa, ensino e extensão. É significativo que *Continentes* chegue a público

nesse momento: é o resultado do amadurecimento do curso, que está em vias de formar sua primeira turma de graduação.

Com a consolidação do curso de Geografia no *campus* central da UFRRJ em Seropédica, tornou-se uma necessidade o lançamento de uma publicação que apresente reflexões contemporâneas sobre a ciência geográfica, sem abrir mão de resgatar criticamente sua trajetória. É com esse espírito que a *Continentes* se destina à publicação de textos de autores consagrados no Brasil e no mundo, de professores-pesquisadores de instituições universitárias brasileiras e, também, de contribuições engendradas no interior dos laboratórios e dos grupos de pesquisa do curso de Geografia da UFRRJ.

Escopo, Seções e Perspectivas

Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ tem como escopo a publicação de artigos, traduções, entrevistas e resenhas que tratem de assuntos pertinentes à ciência geográfica e às ciências humanas em sua multiplicidade. De periodicidade semestral, objetiva estimular a reflexão sobre os fenômenos espaciais em sua diversidade, envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Todo material enviado para análise da Coordenação Editorial da *Revista Continentes* será encaminhado para exame por pelo menos dois integrantes de nosso Conselho Científico, preservando a identidade do autor e garantindo um processo isento e criterioso de avaliação.

A *Continentes* divide-se em seções. Na seção “Artigos”, privilegiaremos textos que problematizem os objetos selecionados, desconfiando sempre do próprio ato de fazer ciência. Nossa revista vê com bons olhos formações profissionais e filiações epistemológicas e políticas (separação meramente didática) as mais distintas. *Ensaio*s também serão apreciados e *traduções* serão muito bem-vindas. A organização de *dossiês temáticos* está entre nossas intenções futuras.

Além da seção “Artigos”, a *Continentes* optou ainda pela seção “Resenhas e Diálogos”, a fim de atualizar o leitor acerca do que há de novo na produção em Geografia e Ciências Humanas e, ao mesmo tempo, eleger determinados interlocutores que, com suas idéias, têm nos auxiliado a compreender o mundo contemporâneo.

A perspectiva da *Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ* é consolidar-se como um canal profícuo de interpretação e diálogo — *dentro e fora da universidade* — acerca da espacialidade contemporânea, com as tensões, permanências e reestruturações que a caracterizam. Um espaço público, ainda que virtual, aberto ao debate.

Boa leitura a todos!

Seropédica [DEGEO / UFRRJ], dezembro de 2012.

APRESENTAÇÃO

Coordenação Editorial

O primeiro número da *Continentes* traz a diversidade de assuntos e profundidade temática que desejamos tornar uma marca da Revista de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Neste número oferecemos artigos e resenhas que possam servir como meios de reflexão, convidando o leitor para o envolvimento com as polêmicas de nosso tempo, com o desenvolvimento conceitual e o incansável questionamento. Tradução de artigos internacionais, artigos de autores brasileiros e textos que tratam de temas variados preenchem as páginas desse nosso número inicial.

De início temos um artigo de Maria Alba Sargatal Bataller, publicado originalmente na *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, em que a autora faz uma profunda discussão conceitual sobre a gentrificação, explorando seus significados, os processos que caem sob sua definição, as abordagens nas diversas ciências sociais e, principalmente, destacando as perspectivas teóricas diferentes dos autores que contribuíram para o desenvolvimento dessa temática. O artigo traz ainda um levantamento bibliográfico em diversas línguas que pode contribuir para o desenvolvimento desses estudos no Brasil.

O segundo artigo de nossa revista é uma contribuição inicial da professora Arlete Moysés Rodrigues para a avaliação das políticas urbanas desenvolvidas durante os dois governos do presidente Lula (2003-2010). O artigo faz um contraponto entre as medidas adotadas pelo governo federal que representaram uma mudança, do ponto de vista das políticas urbanas anteriores, e aquelas que acabaram por seguir os mesmos princípios de políticas que foram construídas “de cima” e ignoram as demandas populares, principalmente no que se refere à política habitacional.

Em seguida temos um artigo de Caroline Rodrigues da Silva sobre os pressupostos políticos e os efeitos sociais do grande projeto de reconstrução da área portuária do Rio de Janeiro, chamado “Porto Maravilha”. O texto acaba por ilustrar algumas das considerações do artigo anterior – ainda que a obra de “revitalização” seja implementada principalmente pela Prefeitura do Rio (com o apoio e financiamento federal) –, pois seus instrumentos que unem instituições públicas e privadas e os impactos decorrentes são marcas de uma política urbana que ainda relega a segundo plano as necessidades sociais.

O texto de Leandro Dias de Oliveira é uma oportuna releitura dos dois principais relatórios que embasaram as conferências ambientais patrocinadas pela ONU (1972 e 1992). Como recentemente fomos testemunhas de uma nova conferência que poucos resultados produziu (Rio +20), o artigo torna-se importante por apontar os caminhos tortuosos seguidos pela relação entre economia de mercado e “sustentabilidade ambiental”. Num primeiro momento, o discurso ecológico toma o desenvolvimento econômico como um obstáculo intransponível, mas alguns anos depois aceita as possibilidades de que medidas econômicas guiem o desenvolvimento rumo à sustentabilidade. O autor busca exatamente desvendar os pressupostos políticos e econômicos que estão por trás de *Os Limites do Crescimento* e *Nosso Futuro Comum*.

O artigo de Leandro Dias de Oliveira ainda tem a função de ilustrar uma proposta que desejamos realizar novamente nas próximas edições da *Revista Continentes*. Trata-se de apresentar textos que retomem importantes obras do passado, não apenas clássicos, que tiveram impacto no pensamento social em determinado momento e que hoje estão esquecidos ou são tratados de modo superficial, como referência respeitada mas pouco conhecida.

O artigo seguinte, de Ana Claudia Ramos Sacramento, é uma discussão sobre as possibilidades didáticas presentes nos estudos urbanos, utilizando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro. Diferentes linguagens que revelam aspectos distintos do espaço urbano, como poesia, literatura, música, imagens e mapas são explorados para a demonstração de como o ensino de geografia pode ultrapassar a mera reprodução de conteúdos e aproveitar as experiências concretas dos discentes.

Por último, o artigo de Marcos José Nogueira de Souza, Jader de Oliveira Santos e Vlória Pinto Vidal de Oliveira é um exemplo de estudo ambiental integrado, em que diversos aspectos são abordados para um diagnóstico sobre os usos potenciais e adequados da bacia hidrográfica do Rio Curu, no Ceará. Condições geológicas, geomorfológicas, hidrogeológicas, aspectos climáticos e características dos solos e da biodiversidade são articulados para este alcançar este objetivo.

Fechando nossa revista, como de praxe em publicações acadêmicas que tem a preocupação com o desenvolvimento teórico e o estímulo ao diálogo, trazemos uma resenha. Em nosso primeiro número da *Revista Continentes* escolhemos justamente a resenha de uma obra inédita em português, mas significativa já pelo seu título: *L'invention des continents. Comment l'Europe a découpé le monde*, de Christian Grataloup. Resenhada por Guilherme Ribeiro, a obra faz um exposição de como a representação dos continentes, seus traçados, suas denominações carregam todo o

peso de uma subjetividade plasmada na centralidade cultural, política e econômica europeia.

Com esse conjunto rico de temas que vão desde a Geografia Urbana até a Epistemologia da Geografia, passando pelo Ensino de Geografia, análise ambiental e reflexão crítica sobre o Desenvolvimento Sustentável, esperamos que os leitores aportem nesse continente de reflexões.

[por Maurilio Lima Botelho]

ARTIGOS

O ESTUDO DA GENTRIFICAÇÃO*

Maria Alba Sargatal Bataller**

Resumo: este artigo apresenta as discussões sobre o fenômeno da gentrificação, importante processo em curso em diferentes cidades do mundo e que tem modificado o modo de encarar o desenvolvimento urbano. A autora aborda os problemas conceituais, os procedimentos metodológicos, as principais cidades estudadas e a bibliografia mais significativa sobre o tema.

Palavras-chave: gentrificação; centro urbano antigo; mudança social; renovação urbana; mercado habitacional.

THE STUDY OF GENTRIFICATION

Abstract: this article presents the discussions about the gentrification phenomenon, important process in course in different cities of the world and that have changed the way of facing urban development. The author discusses the conceptual issues, methodological procedures, the cities studied and the most significant bibliography about the theme.

Keywords: gentrification; downtown; social change; urban renovation; housing market.

EL ESTUDIO DE LA GENTRIFICACIÓN

Resumen: en este artículo he presentado los debates sobre el fenómeno de la gentrificación, proceso en curso en muchas ciudades del mundo y que he cambiado la forma de mirar el desarrollo urbano. La autora discute los aspectos conceptuales, procedimientos metodológicos, las principales ciudades estudiadas y la bibliografía más relevante en el tema.

Palabras clave: gentrificación; casco antiguo; cambio social; renovación urbana; mercado de la vivienda.

* Publicado originalmente na *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* (ISSN 1138-9796), Universidad de Barcelona - nº 228, 3 de mayo de 2000, com o título *El estudio de la gentrificación*. Tradução de Maurilio Lima Botelho (UFRRJ).

** Doutoranda da Universidade de Barcelona.

O presente trabalho pretende oferecer uma visão geral do fenômeno urbano conhecido como *gentrificação*, assim como apresentar as linhas gerais das pesquisas sobre o tema (de suas origens até a atualidade) a fim de obter um marco teórico do estudo para sua posterior aplicação na cidade de Barcelona.

1. Aparição e evolução do conceito

O fenômeno fundamentalmente urbano conhecido como *gentrificação* consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status*.

Este processo tem se desenvolvido nos países industrializados basicamente ao longo da etapa chamada pós-industrial ou pós-moderna, iniciada com o declínio do modelo socioeconômico industrial tradicional a partir dos anos de 1970. Caracteriza-se normalmente pela ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano.

O deslocamento vem acompanhado de investimentos e melhorias tanto nas moradias (que são renovadas ou reabilitadas) quanto em toda área afetada, tais como comércio, equipamentos e serviços. Isto implica, portanto, mudanças no mercado de solo e habitacional, de modo que desempenham um papel decisivo os agentes do solo: os proprietários, os promotores, os governos – locais, estaduais – e as instituições financeiras, assim como também os moradores – em regime de propriedade ou de aluguel. Em conjunto, o fenômeno proporciona uma maior estima das áreas renovadas e, inclusive, uma recuperação do valor simbólico dos centros urbanos. De fato, tal como tem assinalado J. Van Weesep, atualmente considera-se a *gentrificação* como expressão espacial de uma profunda mudança social.

A primeira referência ao termo *gentrification* é atribuída a R. Glass que, em seu estudo sobre Londres em 1964 utilizou esta expressão, comparando o processo com um velho hábito próprio da *gentry*, a classe média alta inglesa, das áreas rurais. Além de sua

residência no campo, ela costumava manter uma residência na cidade — fato parecido com o que se observava em Londres nos anos 60. As primeiras descrições que utilizaram o termo *gentrification* destacavam fundamentalmente a revalorização experimentada por certos bairros (VAN WEESEP, 1994).

Em nosso artigo, utilizaremos a adaptação ao espanhol do termo inglês *gentrification*, cunhado em Londres e usado na maioria dos estudos sobre o tema, frente a outros termos como *brownstoning* – empregado em Nova York –, *whitepainting* – próprio de Toronto – (PACIONE, 1990), ou *aristocratização*, vocábulo utilizado por J. E. Hardoy (1992), entre outros.

Atualmente, o estudo do tema constitui importante foco de debate para a investigação em geografia, já que se trata de um processo fundamental na reestruturação metropolitana contemporânea. Enquanto a suburbanização e o declínio socioeconômico dos centros urbanos foram temas básicos dos estudos nos anos 1950 e 1960, dos anos de 1970 em diante reduziu-se e, inclusive, mudou-se a tendência de perda da população de classe média nos centros das cidades. Neste sentido, a gentrificação é um desafio para as teorias tradicionais de localização residencial e estrutura social urbana: Burgess e Hoyt sustentavam que as classes mais ricas emigram do centro para a periferia e que raramente voltavam às áreas centrais previamente abandonadas. Do mesmo modo, em sua teoria sobre o mercado do solo urbano, Alonso afirmava que a preferência pela disponibilidade de espaço e pelas baixas densidades são elementos muito mais valorizados que o acesso ao centro urbano. Em última análise, a aparição e o desenvolvimento da gentrificação põem em xeque os modelos sobre as transformações urbanas residenciais baseados em etapas sucessivas, que consideravam a suburbanização, levada a cabo pelas classes médias, como a fase final de uma progressão da cidade pré-industrial até a industrial (HAMNETT, 1991).

Além da manifestação urbana do fenômeno, mais recentemente foi identificado um processo similar em áreas rurais: à medida em que as atividades tradicionais do campo perdem intensidade, algumas zonas vão se convertendo em sedes de novas atividades econômicas, basicamente destinadas ao lazer, e em sedes de segunda residência. Spain afirma que os problemas da gentrificação rural são similares aos da gentrificação

urbana, no sentido de que novos habitantes têm maiores facilidades de acesso aos serviços que os antigos; M. Philips também propõe um estudo comparativo entre o processo no mundo rural e no urbano em seu trabalho sobre Gower (Reino Unido); e Friedberger analisou o fenômeno no Texas (SPAIN, 1993; PHILIPS, 1993; FRIEDBERGER, 1996). Entretanto, até o momento, o número de estudos sobre o tema é muito inferior aos dedicados à versão urbana do fenômeno. Nosso artigo irá ocupar-se somente da da gentrificação urbana.

Desde sua origem, o estudo da gentrificação tem sido objeto de debate e de discussão tanto em relação à delimitação do conceito quanto ao enfoque metodológico de análise. À medida em que se aprofunda seu estudo, o conceito é aperfeiçoado, sendo identificadas múltiplas manifestações do processo derivadas das características que ele adquire em cada contexto urbano segundo as vicissitudes históricas dos bairros afetados. A gentrificação está profundamente enraizada na dinâmica social e econômica das cidades e, em grande parte, está determinada pelo contexto local: os bairros, os agentes e atores urbanos, as funções dominantes da cidade e a política governamental local.

A maioria das descrições e análises publicadas ao longo dos últimos quinze anos mostra que se trata de um processo altamente diversificado: pode seguir várias trajetórias; pode transformar total ou parcialmente uma área; é protagonizado por uma ampla lista de agentes e suas causas e conseqüências são complexas e difíceis de determinar com clareza. Por tudo isso, a gentrificação tem sido qualificada por muitos autores como um “conceito caótico” (VAN WEESEP, 1994).

A natureza mesma do fenômeno tem sido e continua sendo objeto de controvérsia. Dela nos ocuparemos a seguir, em separado. Entretanto, há que se mencionar as contribuições de diversos autores que demarcaram o conceito e aprofundaram suas características. Neste sentido, é interessante a visão sistematizada, ampla e crítica de M. Pacione, que estabelece critérios de delimitação conceitual. Para que a gentrificação ocorra, ele sustenta que é preciso existir mobilidade espacial de habitantes e afetar áreas que não sejam de alto *status* no momento de se reinvestir nelas. Ele expõe um exemplo clássico do processo esquematizado em três passos

sucessivos no tempo: a) um bairro central, ocupado por classes médias, sofre a perda de residentes à medida que estes vão formando famílias e seus rendimentos vão aumentando; b) o bairro vai sendo ocupado por população com rendimentos cada vez menores, que vivem de aluguel; experimenta-se uma deterioração física, já que os ocupantes não podem cobrir os custos de manutenção dos edifícios; os proprietários não investem na melhoria das moradias de seus inquilinos; há uma ocupação excessiva e as moradias são subdivididas para serem alugadas; c) as classes médias voltam a se interessar em viver no centro; reinveste-se nos bairros, deslocam-se os antigos ocupantes e é experimentada a revitalização socioeconômica (PACIONE, 1990). Van Weesep, que estuda o fenômeno na Holanda, destaca como elemento típico do processo (tal como Pacione) o deslocamento dos grupos populares, afirmando tratar-se do efeito mais notório da gentrificação.

Neste sentido, cabe mencionar o caso da renovação urbana de Paris nos anos 70, pois a execução do grande programa de renovação afetou diferentes áreas degradadas da cidade. Manuel Castells analisou o processo (CASTELLS, 1974) e apontou que as dimensões da renovação eram maiores quanto maior fosse a proporção de classes sociais inferiores alojadas na área em questão. Em compensação, não existia uma relação tão direta entre o grau de deterioração física das moradias e a importância da operação reabilitadora. As áreas mais afetadas foram, portanto, as que acolhiam trabalhadores imigrados e distintas comunidades étnicas. Em certas áreas que apresentavam possibilidades para a construção de moradias de alto nível, próximas aos bairros de negócios em expansão, criaram-se as condições básicas para uma operação Castells qualifica como “reconquista urbana” a fim de obter uma transformação física, social, funcional e simbólica da ocupação do solo. Diante da ameaça de expulsão, do medo da privação de direito à moradia ou do alojamento em moradias sociais, organizou-se um processo de luta contra o programa de renovação. As mobilizações revestiram-se de distintas formas, desde reações mais ou menos espontâneas por parte dos afetados até manifestações organizadas, de caráter reivindicativo e político. O resultado das mobilizações, entretanto, não foi exitoso — principalmente por causa da pouca solidez em termos organizacionais.

O deslocamento pode ocorrer sob diversas formas: através da reabilitação das moradias ocupadas por grupos populares, reclassificadas como residências de alto nível; o abandono involuntário do bairro por parte de habitantes com rendimentos limitados (famílias numerosas, anciãos etc.) que não podem pagar os crescentes impostos sobre a propriedade (fruto da política governamental local); a impossibilidade por parte de jovens emancipados, originários do bairro, de custear suas moradias no mesmo; a emigração de residentes pela desaparecimento de instituições sociais, econômicas e religiosas — além, inclusive, pela perda de amigos no bairro.

Atualmente, este aspecto constitui um dos grandes temas de debate em relação à gentrificação, e é valorizado de modo distinto pelos autores. Van Weesep, por exemplo, afirma que alguns bairros funcionam durante muito tempo como áreas mistas, onde convive gente de diversos níveis socioeconômicos, enquanto outros bairros transformam-se rápida e completamente, modificando toda a estrutura socioeconômica da área. Diante da questão se são preferíveis os bairros homogêneos ou heterogêneos em termos socioculturais, Van Weesep opina que apesar dos benefícios que os grupos populares possam obter ao conviver com grupos de maior *status* — como compartilhar os mesmos serviços e equipamentos ou ter a possibilidade de trabalhar em serviços destinados ao consumo da população de maiores recursos —, o deslocamento aos subúrbios traz mais benefícios para parte das classes populares do que permanecer no centro. Assim, evitam-se possíveis conflitos sociais derivados do contraste socioeconômico em uma mesma área. Além disso, nos subúrbios existem maiores oportunidades de encontrar moradia, já que o espaço é maior. Tais argumentos possuem um matiz segregacionista e não propiciam nem a integração, nem a diversidade em um mesmo espaço urbano.

Esta visão não é compartilhada por outros autores. Pacione assinala que, paradoxalmente, a economia de mercado castiga os desfavorecidos através do desinvestimento, confinando-os aos centros mais ou menos degradados das cidades industriais por seu escasso poder aquisitivo, castigando esse mesmo grupo, nas cidades pós-industriais, através do superinvestimento nos centros urbanos. Efetivamente, o processo de gentrificação reduz as possibilidades de encontrar

moradia para as classes inferiores em tais áreas e favorece o seu deslocamento, seja voluntário ou forçado.

Além do deslocamento, outras conseqüências da gentrificação são percebidas no mercado de moradia: aumento significativo do preço da propriedade renovada e não renovada; redução das taxas de ocupação das moradias (o número de habitantes por residência) e da densidade da população; transformação progressiva da modalidade de ocupação por aluguéis pela ocupação por propriedade, possuída por grupos de rendas mais altas que vão transformando a estrutura econômica e física de tais áreas.

Quanto ao papel dos agentes do solo, além de destacar o enorme peso do setor privado – entidades financeiras, promotores de propriedade –, a maioria dos estudos aponta o papel importante e, por vezes, decisivo, do setor público, ou seja, dos governos estaduais, regionais ou locais, que facilitam ou promovem diretamente a gentrificação a fim de renovar os centros das cidades.

Fala-se dos diferentes graus de intervenção do Estado entre um lado e outro do Atlântico: a Europa intervém mais que a América do Norte, onde o mercado livre é o padrão. Têm-se como referência estas duas grandes áreas geográficas pelo fato de que nelas ocorre a maioria dos casos de gentrificação. Entretanto, o maior intervencionismo do Estado na tradição política européia não determina diferentes tipos de gentrificação, já que pode haver mais diferenças entre cidades européias do que entre estas e as norte-americanas (VAN WEESEP, 1994; CARPENTER & LEES, 1995). No caso de Barcelona, o governo municipal, basicamente através da afirmação cultural, foi o principal impulsionador do fenômeno no bairro de Raval, antigo arrabalde da cidade. Em 1989, foi levado adiante o Projeto Cidade Velha, marco da grande transformação urbana que teve lugar na cidade de Barcelona em função da celebração dos Jogos Olímpicos de 1992. O projeto pretendia ser integral, baseando-se não somente em atuações urbanísticas, mas também abordando com profundidade os aspectos sociais e econômicos. Insistiu-se no fato de que, com elevada densidade populacional e enorme degradação do espaço físico, Raval não tinha pretensão de ter uma simples ênfase cultural de caráter museológico, sem vida própria; pelo contrário, haveria de se manter sua função residencial melhorando as condições de vida e de

moradia – compatibilizando esta função com a terciarização –, mantendo-o também conectado à cidade. Uma das linhas de atuação foi o chamado eixo cultural, vértebra a partir da nova instalação de diversas instituições e organismos culturais e de potencialização das já existentes: universidades, centros culturais, museus, o Liceu etc. Dois dos centros projetados, sobre os quais se depositaram grandes esperanças como focos de dinamização do bairro, foram o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona e o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA). De ambas instalações, esperava-se não somente a dinamização cultural mas, também, atração de investimentos em seu entorno, particularmente no mercado de moradia (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1989 y 1991). Observando as mudanças urbanísticas experimentadas pela área em questão durante os últimos anos, o objetivo parece estar sendo atingido, ao menos em parte. Contudo, resta ainda discutir se essa opção foi a mais adequada ou se teria sido melhor dedicar o investimento à criação de equipamentos para os moradores do bairro.

Os mecanismos de intervenção estatal são diversos: promoção dos bairros ou zonas suscetíveis de experimentar a gentrificação – por exemplo, qualificando-os como “históricos” –; oferta de benefícios fiscais para a reabilitação; investimento de fundos públicos na melhoria dos serviços públicos nas áreas selecionadas; intervenções dirigidas aos proprietários para reabilitar ou vender suas propriedades; novo zoneamento e requalificação do solo etc.

Estudos recentes mostram que em muitos países a gentrificação reflete como o papel do governo está sendo redefinido em relação às tendências gerais de desregulamentação e privatização de muitas áreas que, tradicionalmente, têm permanecido sob tutela governamental. Portanto, este fenômeno mostra as conseqüências espaciais de complexas transformações sociais.

2. O enfoque conceitual e o debate metodológico

A discussão acadêmica sobre a natureza do fenômeno ocorre desde as primeiras manifestações do processo até nossos dias. Na origem, foram duas as posturas

(opostas a princípio) defendidas pelos pioneiros no estudo do tema. Atualmente, tenta-se uma abordagem com uma visão mais ampla, de modo que foram superados os enfoques reducionistas iniciais bastante baseados em relações de causa-efeito. As novas visões consideram os fenômenos que intervêm na gentrificação como recíprocos e interatuantes. Não se diferenciam bruscamente as causas e os efeitos: passa-se de uma metodologia de estudo centrada no *por quê* para uma outra centrada em *como* se desenvolve a gentrificação. No mesmo sentido, cabe assinalar que os primeiros estudos abordaram o tema de modo genérico; à medida que se vai aprofundando no conhecimento do fenômeno por meio dos trabalhos sobre cidades concretas, estabelecem-se as características comuns e as peculiaridades locais adquiridas pela gentrificação em cada área analisada.

Sob uma ótica praticamente excludente, as teorias formuladas por dois autores, David Ley e Neil Smith, abriram o debate e contribuíram lançando luzes sobre a questão. Suas reflexões ofereceram um amplo panorama, que convidou à reflexão e estimulou estudos posteriores aplicados a casos concretos, através dos quais a discussão se manteve acesa. Ao longo dos anos de 1980, as teorias iniciais desses dois autores foram flexibilizando-se, incorporando elementos de posturas defendidas por seus oponentes porém sem mudar o eixo central do pensamento dos dois. Cabe mencionar que tanto Ley como Smith continuaram publicando trabalhos durante os anos de 1980 e 1990.

Professor de geografia na Universidade da Columbia Britânica (Canadá), o geógrafo David Ley apresentou na Conferência Anual da Associação de Geógrafos Americanos celebrada em Nova Orleans em 1978 o documento "Inner city resurgence units societal context" (LEY, 1978). Neste trabalho, ele assentou as bases de sua teoria, que foi sendo complementada posteriormente – na bibliografia do presente artigo oferecemos as referências de várias de suas publicações. Ele formulou seus postulados fundamentalmente a partir do estudo do processo em Vancouver, Canadá.

A teoria de Ley confere papel-chave a três fatores: a economia, a política e a cultura. Tradicionalmente, ela é conhecida como uma teoria baseada na demanda, dentro do marco do pós-industrialismo. Segundo sua reflexão, a gentrificação deriva de processos recíprocos de reestruturação econômica, sociocultural e demográfica. Elemento central a considerar é a transformação da mão-de-obra na sociedade atual, chamada pós-industrial: relacionados à introdução de tecnologias modernas, postos de trabalho especializado ocupam papel cada vez mais relevante, do mesmo modo que a sociedade tem deixado de ser basicamente produtora de bens para tornar-se importante produtora de serviços. Assim, surge uma nova classe social com uma base econômica forte, identificada com frequência com os chamados trabalhadores do

“As novas visões consideram os fenômenos que intervêm na gentrificação como recíprocos e interatuantes. Não se diferenciam bruscamente as causas e os efeitos”

colarinho branco ou ativos do setor quaternário (empregados em bancos, companhias de seguros etc.). A procura por moradias por parte destes está limitada espacialmente, já que se sentem atraídos pelas possibilidades da vida urbana e pelas vantagens de se viver no centro das cidades. Assim, relacionada a fatores socioculturais tais como a importância do papel do individualismo e a

irrupção de novos estilos de vida, que fazem com que uma fração das classes médias se desloque aos centros urbanos, a procura por moradias de tamanho reduzido aumentou nas últimas décadas.

Ley destaca também que esta sociedade pós-industrial diferencia-se da industrial graças ao papel ativo do governo, que contribui para acelerar o processo aumentando o preço do solo e alimentando as expectativas dos proprietários. Além disso, a política impregna qualquer discussão ou decisão já que, atualmente, os interesses dos diferentes grupos envolvidos se enfrentam no campo político. O autor não enfatiza o papel do mercado de terra e da habitação e nem a oferta e a produção de propriedades em áreas suscetíveis à gentrificação: a oferta seguirá a procura de gentrificadores potenciais, cujo poder econômico determinará o deslocamento de moradores com menores rendimentos. Na configuração da paisagem urbana, Hamnett

assinala que tal poder pode, certamente, constituir-se em um fator tão importante quanto os padrões culturais de consumo das novas elites (HAMNETT, 1991).

As críticas a este enfoque têm consistido basicamente em destacar que não leva em conta o papel dos agentes do solo – governos, promotores, entidades financeiras – na gentrificação, já que Hamnett considera que a atuação dos mesmos deriva da procura de moradias por parte dos potenciais gentrificadores. Segundo ele, primeiro ocorreria a procura e, em seguida, a intervenção dos agentes do solo – os quais, de imediato, não parecem adequar-se às tendências dominantes no processo, dado o papel ativo e direto que desempenham os agentes na produção do espaço urbano. Sua atuação não pode ser considerada secundária nem derivada, mas direta e decisiva na maioria dos casos.

Outro grande enfoque conceitual e metodológico é proposto pelo também geógrafo Neil Smith, professor e catedrático de geografia na Rutgers University de New Brunswick (Nova Jersey).¹ A publicação de "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people" no *Journal of the American Planning Association* (SMITH, 1979) foi, em parte, a resposta ao primeiro trabalho de David Ley de 1978. No marco de uma perspectiva marxista, Smith formulou sua teoria do ponto de vista da oferta de moradias e espaço que podem experimentar a gentrificação e não à luz da demanda por parte dos ocupantes potenciais. Ele defende que uma teoria sobre a gentrificação tem que contemplar tanto a oferta (a produção) quanto a demanda (o consumo) — embora dê prioridade à oferta em sua explicação, de modo que os fatores econômicos são preponderantes em relação aos culturais. Na bibliografia ao final do artigo fornecemos as referências de várias publicações do autor.

O ponto central da tese de Smith é o conceito de *rent-gap*, que é a diferença do potencial de lucros obtidos mediante um uso mais rentável do solo, maior no centro e

¹ Conhecido no Brasil sobretudo por seu livro *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço* (Ed. Bertrand Brasil, 1988 [1984, tradução de Eduardo de Almeida Navarro]), o geógrafo escocês Neil Smith faleceu em 29 de setembro do ano passado, aos 58 anos de idade (Nota do Tradutor).

menor na periferia.² No marco do capitalismo, a suburbanização da indústria e da população típicas do século XX colocaram de ponta-cabeça essa graduação, já que o preço do solo nos velhos centros urbanos desvalorizou-se em relação ao CBD³ e aos subúrbios. Essa diferença de valor intensificou-se durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, em que a suburbanização foi importante. Segundo palavras do próprio Smith, nos centros urbanos operou uma barreira econômica e física que impediu novos investimentos nestes espaços: haveria que se manter os edifícios e os mesmos usos do solo para amortizar o capital investido neles, fazendo com que a nova urbanização tenha se dado preferencialmente nos subúrbios — desvalorizando, assim, o centro das cidades. Foi precisamente o desinvestimento que afetou os centros urbanos, que levou à sua degradação, fato que, por sua vez, possibilitou o posterior reinvestimento. Quando a deterioração de um edifício ou de toda uma área é suficientemente relevante, chega-se ao ponto em que a diferença entre o lucro obtido na exploração do solo e o que se poderia obter potencialmente com um uso ótimo — através do investimento — é tão ampla que torna possível a gentrificação. Portanto, a gentrificação se dá quando esta diferença ou *rent-gap* é suficiente para assegurar lucro econômico. Neste momento, os agentes do solo aproveitam a ocasião para oferecer moradias reabilitadas para as classes médias nos centros urbanos. Segundo este ponto de vista, o processo se inicia a partir de decisões e atuações coletivas (à escala do

² A propósito da expressão *rent gap*, uma tradução literal em língua portuguesa seria *diferença de renda*. É o hiato, intervalo ou diferença (*gap*) entre a renda obtida no atual uso de uma determinada propriedade ou terreno e a renda que poderia ser obtida com outro uso. É, portanto, uma projeção sobre o uso do solo, uma especulação que leva à transformação urbana. Segundo o *Dictionary of Human Geography*, *rent gap* é “a diferença entre a renda atual obtida em uma propriedade (a ‘renda da terra capitalizada’) e sua potencial renda sob outro uso (ou ‘renda da terra potencial’). Desenvolvido por Smith e enfatizando os fluxos de capital na produção do espaço residencial, a teoria da *rent gap* é um elemento crucial da análise da gentrificação. A teoria sugere que o desinvestimento nos bairros do centro urbano decadente reduz a renda da terra capitalizada. Quando esta renda é suficientemente mais baixa que a renda potencial, ocorre a oportunidade de se obter lucros através do reinvestimento, levando a uma mudança residencial.” (2009: 645). Não se deve confundir com renda diferencial (por isso é comum o uso da expressão *rent gap* no original inglês), que é um elemento econômico mais básico e que torna possível a própria diferença potencial de renda. (N.T.).

³ CBD: *central business district* ou distrito central de negócios. É o centro financeiro e econômico de uma determinada cidade. Também chamado, em países de língua inglesa, de *downtown* ou *city center*. Não se deve confundir com *inner city*, que é o termo também utilizado para denominação de áreas centrais das cidades, mas o centro decadente e associado à pobreza e criminalidade. (N.T.).

bairro ou de um setor dentro de um bairro) das mãos dos agentes urbanos, e não a partir das preferências e decisões em escala individual...

Smith diferencia três tipos básicos de gentrificação:

- a) promotores de moradia que compram uma determinada propriedade, reabilitam-na e a revendem com intenção de lucrar;
- b) particulares que compram uma propriedade e a reabilitam para nela viver;
- c) proprietários que reabilitam as moradias que possuem com a finalidade de alugá-las.

O enfoque de Smith inscreve-se dentro da chamada teoria do ciclo de vida dos bairros, segundo a qual estes experimentam fases de crescimento, declínio e revitalização ou renovação potenciais. O ciclo de vida é inerente à história dos bairros e desenvolve-se, em termos econômicos, por meio de uma concorrência entre grupos sociais — algo que conduz à diferenciação de comunidades, cuja manifestação material é o preço distinto das moradias.

Esta teoria constitui um ponto de referência-chave, inclusive, nos estudos mais recentes — seja para defendê-la, ainda que não ao pé da letra, seja para rechaçá-la. Cabe dizer também que, ao longo dos anos 80, o próprio autor tem elaborado uma explicação do fenômeno de modo mais global, sem mudar seu próprio enfoque, mas com uma visão que destaca a gentrificação no contexto atual. Smith afirma que uma vez superado o regime de produção-consumo de massas, que declinou nos anos 70 e 80, passou-se a um regime de produção-consumo diferenciado. Neste marco, a chave está na diversificação de produtos e mercados cativos. Então, a gentrificação explica-se pelo desejo dos gentrificadores de distinguir-se de outros grupos sociais, isto é, trata-se de uma distinção cultural. Os padrões de consumo deste grupo e a própria gentrificação constituem um traço próprio à classe social que o protagoniza, contribuindo para diferenciá-la da classe trabalhadora e das classes superiores. Assim, segundo Smith, a gentrificação supõe uma rediferenciação da paisagem cultural, social e econômica (HAMNETT, 1991).

As críticas que Smith têm recebido concentram-se essencialmente no fato de que não formula uma explicação para a gentrificação mas, sim, para uma de suas características, já que nem sempre quando ocorre o *rent-gap* gentrificar torna-se a

melhor opção. Além disso, Smith não explica o processo pelo qual o *rent-gap* é formado. Ele pode nascer precisamente da demanda destas áreas por parte de potenciais gentrificadores. Outras críticas baseiam-se em estudos que mostram como as atuações individuais, as dos gentrificadores, nem sempre são precedidas pela atuação dos agentes do solo como Smith defende. Este é o caso de certas áreas de cidades como Londres (HAMNETT, 1991).

Por outro lado, em diversas ocasiões as colocações do autor têm sido aceitas como uma parte explicativa do processo, embora tenham sido revisadas. S. C. Bourassa argumenta que as teses de Smith não explicam as mudanças de usos do solo que são experimentadas no marco da gentrificação, nem como os bairros afetados pelo desinvestimento são percebidos em um determinado momento como zonas adequadas para viver (BOURASSA, 1993). Recentemente, no entanto, foi publicado um artigo em que se defende o conceito de Smith frente à visão de Bourassa (HAMMEL, 1999). Portanto, a polêmica está na ordem do dia.

A controvérsia que tem caracterizado a conceituação e a abordagem metodológica da gentrificação — chegou-se a afirmar que somente partes do processo foram analisadas, e não o todo —, está se relativizando na atualidade, com enfoques mais consensuais que conciliam visões de origem praticamente excludentes, como é o caso do já citado Hamnett. Em geral, as posturas atuais consideram a gentrificação como o resultado de uma série de fatores interrelacionados sem conceder protagonismo absoluto a nenhum deles, embora alguns autores inclinem-se por determinados pontos de vista e focalizem mais o estudo dos fatores e dos elementos que crêem fundamentais para entender a gentrificação. Tal como mencionado anteriormente, leva-se em conta tanto o atual contexto socioeconômico mundial como o próprio contexto urbano de cada cidade estudada a fim de estabelecer generalidades e desenvolvimentos particulares. As principais linhas e procedimentos metodológicos de investigação serão tratadas na seção seguinte.

3. A evolução dos procedimentos de pesquisa

As técnicas e os procedimentos empregados pelos estudiosos mostram-se, ao longo do tempo, cada vez mais sistematizadas e, se prestamos mais atenção, verificamos que conclusões mais acertadas dependem de maior rigor. Como já foi dito, os trabalhos dos anos de 1970 pretendiam elucidar a origem do processo e descrever suas tendências gerais. Na atualidade, a atenção centra-se em como a gentrificação desenvolve-se em cada caso particular. Deste modo, ficam delimitadas, cada vez mais, áreas de estudo: agora, não somente demarca-se a gentrificação dentro de determinados bairros em uma cidade mas, inclusive, investigam-se quarteirões de casas perfeitamente delimitadas, ganhando em profundidade nos estudos. Isto não significa, entretanto, que não se realizam análises mais gerais à escala do bairro. Tudo depende do objetivo que se persegue: obter informações em detalhe ou descobrir tendências mais gerais.

Em geral pode-se afirmar que, para enquadrar os estudos, é preciso levar em conta as análises da história da cidade e do bairro, o planejamento e o desenvolvimento urbano (JAUHAINEN, 1991). É preciso considerar a origem do bairro, suas particularidades em relação com a cidade, as características dos habitantes nas distintas fases históricas, os espaços públicos, os edifícios etc. Assim, a gentrificação adquire seu próprio desenvolvimento e suas características particulares em cada área onde ocorre. Apesar de sob a ótica conceitual parecer existir um consenso em torno de seus traços principais, o debate atual centra-se mais nos processos através dos quais a gentrificação se manifesta e nas leis variáveis que se deve levar em conta para sua investigação.

Alguns autores tentam modelizar o estudo do fenômeno. Cabe destacar que, partindo ou não de um modelo, as variáveis que se analisam e se relacionam são de significados distintos (social, cultural, econômico, político, material [como a tipologia e características dos edifícios]), de maneira que, algumas vezes, primam umas sobre outras segundo a visão do autor em relação à gentrificação ou segundo se constata uma maior primazia de alguma delas em cada caso particular. Citarei dois modelos de

estudo que podem ser considerados como padrões mais ou menos sistemáticos de análise — mais do que modelos em sentido estrito.

Por um lado, P. A. Redfern (REDFERN, 1997a, 1997b) afirma que para que a gentrificação aconteça é preciso combinar certos fatores: em primeiro lugar, é necessário que exista segregação social e residencial. Neste sentido, pode-se estudar as propriedades individuais, mas é preciso levar em conta que a gentrificação repercute em toda uma área ou todo um bairro. Ou seja: metodologicamente, é preciso trabalhar tanto na escala das propriedades individuais como na escala mais geral para analisar seus efeitos. Em segundo lugar, é necessário partir do requisito de que as moradias e as áreas suscetíveis de experimentar a gentrificação devem ter sido inicialmente concebidas para serem ocupadas pelas classes médias, que as abandonaram em algum momento e passaram para a mão das classes populares. Outro aspecto a considerar é que a fonte básica de financiamento para reabilitar as moradias são empréstimos e hipotecas — mais do que as poupanças. Finalmente, Redfern coloca um papel importante, ainda que não determinante, nas chamadas tecnologias domésticas, como a introdução da água corrente e eliminação de águas residuais, gás e eletricidade ou os eletrodomésticos. Conforme ele, nisto está implicado o progresso técnico. A explicação baseia-se em que, a partir dos anos de 1950, o custo dessas tecnologias caiu até o ponto em que sua incorporação aos edifícios já existentes tornou-se rentável, de modo que a renovação de uma velha propriedade começou a ser viável e já não era melhor derrubá-la e construir outra nova. Esta observação derivou do estudo realizado por Redfern no bairro londrinense de Islington, com residências vitorianas no processo de gentrificação. Estabelecidos os fatores, o autor relaciona distintas variáveis para avaliar se é viável iniciar um processo renovador, tendo em conta o valor dos serviços domésticos a incorporar, os custos das melhorias, as taxas de juros do momento e os possíveis lucros a serem obtidos, assim como o deslocamento dos ocupantes de classes populares por novos ocupantes de maiores rendimentos. Para Redfern, constitui característica própria da gentrificação o fato de existir certa disparidade entre os rendimentos dos grupos mencionados — não basta que uns sejam superiores aos outros — e que as melhorias tenham lugar após o

deslocamento (REDFERN, 1997b). Ele não diz nada, entretanto, sobre se tal deslocamento é voluntário ou, como ocorre muitas vezes, forçado.

Por outro lado, é interessante apresentar também o modelo baseado na distinção de estágios ou fases evolutivas elaborado por Juliet Carpenter e Loretta Lees (CARPENTER & LEES, 1995). As autoras justificam tal modelo pela natureza histórica do processo e por sua adequação à análise comparativa, método que consideram muito apto para estudar a gentrificação, já que permite estabelecer as características comuns do processo (inclusive em escala internacional) e diferenciar as características próprias do contexto local. Neste sentido, constatam que, apesar da similitude visual ou superficial das paisagens que têm experimentado a gentrificação — como os padrões de consumo podem mostrar —, sua estrutura interna e seus códigos culturais aparecem distintos na escala internacional. Carpenter e Lees propõem a realização de estudos mediante a comparação do processo em cidades de diferentes países, tal como fazem em sua comparação de três bairros de Londres, Paris e Nova York — sobretudo para aprofundar a influência do contexto local. Seu modelo de análise baseia-se, pois, na consideração de determinados pontos-chave: é preciso estudar o processo de suburbanização na cidade em questão que, em geral, traz consigo desinvestimento nos centros urbanos. Em numerosas ocasiões este desinvestimento tem sido potencializado politicamente, em nível institucional, através da negativa da concessão de empréstimos destinados ao investimento na propriedade — que, com frequência, tem sido objeto de abandono nas zonas em questão. Finalmente, as autoras consideram muito importante analisar o ponto de inflexão entre a etapa de desinvestimento e de investimento, para a qual há que se levar em conta:

- a) o notório papel dos governos e das instituições financeiras para facilitar o processo; os governos podem intervir diretamente, através de programas de ajuda financeira, ou indiretamente, qualificando determinadas zonas como objeto de proteção ou conservação por seu valor patrimonial ou histórico;
- b) os investidores, que podem ser particulares, promotores, o setor público ou companhias comerciais que desejam se estabelecer na área, cujo papel crêem que é crucial na gentrificação;

c) as paisagens associadas à gentrificação, que refletem no espaço a forma como têm mudado os padrões de consumo derivados da globalização da cultura no chamado mundo pós-moderno: aparecem, por exemplo, estabelecimentos comerciais que mostram o maior poder aquisitivo e as preferências dos novos habitantes.

Carpenter e Lees defendem que paisagens exclusivas são configuradas, caracterizadas, com frequência, pela instalação de diversos sistemas de segurança nos edifícios, o que é um signo de que os novos ocupantes não se sentem completamente seguros. Criticam a privatização dos espaços públicos que, às vezes, é levada adiante junto com estes processos.

Entre as técnicas de análise, desenvolvidas basicamente durante a última década, destacam-se tanto as de tipo quantitativo como as de tipo qualitativo: em numerosos estudos são utilizados questionários de caráter extensivo e entrevistas intensivas. O primeiro tipo é adequado para aplicar ao estudo do processo na escala de sistemas urbanos, entre outros possíveis usos, com o fim de obter dados referentes às características gerais da gentrificação. As técnicas de caráter intensivo, por sua vez, são empregadas para aprofundar os traços próprios que o processo adquire em cada cidade ou área em particular; tal é o caso das entrevistas aos protagonistas da gentrificação, em especial os próprios gentrificadores. Estes procedimentos têm sido empregados por vários estudos (MILLS, 1989; JAUHAINEN, 1990).

“A gentrificação tem sido abordada por diferentes disciplinas, como a demografia, a sociologia, a antropologia, a economia e especialmente pela geografia em seus ramos específicos, como os estudos urbanos e o planejamento.”

A precisão no estudo manifesta-se em análises como a realizada por Zuhul Ulusoy na cidade de Pittsburgh (ULUSOY, 1998). Segundo a autora — catedrática da Faculdade de Arte, Desenho e Arquitetura da Universidade Bilkent de Ankara —, a atividade de reabilitação costuma ser pouco examinada nas pesquisas sobre o tema, e é tratada como se fosse uma atividade homogênea e sem relação com outros aspectos de transformação. Ela propõe um foco de estudo baseado na coleta de dados à escala das propriedades individuais, a fim de superar as limitações impostas pelos dados

agregados à escala do bairro ou de outras divisões administrativas, com os quais não se percebem as variações entre cada caso particular. Deste modo, analisa a história de cada propriedade em termos de mudança de proprietários, de ocupantes e de condições físicas, de maneira que é possível descobrir padrões similares entre distintas propriedades. O efeito combinado destas mudanças e a ordem cronológica em que têm lugar constituem sua base analítica.

Ulusoy detalha os diversos tipos de dados que devem ser considerados: conforme a atividade de renovação, diferencia entre uma escala que vai desde a manutenção básica, como a pintura ou a limpeza das fachadas, até outra de maior envergadura, como a mudança dos pisos e do telhado. Para isto, é preciso consultar fontes como os registros de permissão de obras. De acordo com as transferências de propriedade, é preciso levar em conta a modalidade — compra, venda, herança —, a conclusão da venda e seu valor. Para obter esses dados é necessário recorrer aos registros das administrações locais. Segundo a mudança dos ocupantes, ela acredita ser importante contar com as informações referentes à permanência de cada ocupante em uma determinada direção, a frequência de mudança dos residentes em cada moradia e a possível subdivisão das propriedades. Ela também considera interessante obter elementos sobre as características socioeconômicas dos sucessivos ocupantes.

Através da análise conjunta dos dados pode-se estabelecer padrões e regularidades no marco da renovação urbana. A autora estabelece distintos cenários de renovação, que classifica em quatro grandes tipos:

quando não há mudança de proprietários nem de residentes no momento da renovação: o proprietário é o ocupante e o responsável pela renovação, cujo objetivo, portanto, não é atrair um novo tipo de ocupante;

quando a renovação conduz a uma mudança de ocupação, mas não de proprietário: há novos ocupantes alugando ou, então, passa-se da ocupação por meio de aluguel para uma ocupação em propriedade. Pode acontecer ainda que o proprietário passe a alugar sua residência habitual. O objetivo é adequar a propriedade a uma nova clientela;

quando as melhorias são realizadas após a propriedade ter sido comprada ou ocupada por um novo proprietário: a intenção é adequar o edifício às necessidades e aos gostos dos novos proprietários ou ocupantes, que podem ser gentrificadores segundo suas características socioeconômicas e as características do bairro ou zona.

quando a propriedade é renovada e vendida durante ou depois da renovação: dentro deste caso seria incluída a modalidade de compra-renovação-venda, realizada basicamente por promotores. Neste exemplo, o fim é obter um considerável ganho econômico e, inclusive, especular.

Finalmente, Ulusoy assinala que, a princípio, a atividade de melhoria é modesta durante os primeiros anos de reabilitação, já que os processos mais elaborados e de maior alcance acontecem mais tarde, de modo que a renovação comporta mudanças quantitativas e qualitativas nas áreas onde ocorrem ao longo do tempo.

4. Novas linhas

Cabe destacar que, durante a década de 1990, foram iniciadas novas linhas de investigação que introduzem novas variáveis às já mencionadas. Fundamentalmente, elas consistem em analisar a possível influência do gênero e do ciclo de vida no processo da gentrificação, relacionando-os à classe social. Neste sentido, considera-se importante a incorporação da mulher ao mundo do trabalho, ocupando postos para os quais se requer uma formação específica e que são melhor remunerados: as mulheres que se dedicam aos seus lares além da dedicação à profissão preferem viver perto de seus locais de trabalho (que costumam estar nos centros urbanos) para evitar os deslocamentos. Quanto ao ciclo de vida, leva-se em conta as faixas de idade e as atividades desenvolvidas em cada uma delas: os adultos em idade ativa seriam os protagonistas fundamentais da gentrificação. Alguns autores se interessam especialmente pelo tema, como L. Bondi (BONDI, 1991, 1992 e 1999); outras publicações sobre este enfoque são as de Butler e Hamnett e Lyons (BUTLER & HAMNETT, 1994; LYONS, 1996).

A gentrificação tem sido abordada por diferentes disciplinas, como a demografia, a sociologia, a antropologia, a economia e especialmente pela geografia em seus ramos específicos, como os estudos urbanos e o planejamento. Nestes últimos campos, pode-se dizer que a gentrificação tem se constituído, desde os anos 70, em um relevante foco de debate (REDFERN, 1997a).

5. As cidades estudadas

Tomando como base a publicação *Geographical Abstracts-Human Geography* (NORWICH, 1989), entre janeiro de 1990 e dezembro de 1999 foram identificadas sessenta e nove referências sobre gentrificação. Destas referências, três correspondem aos artigos mencionados anteriormente sobre gentrificação no âmbito rural, enquanto as demais referem-se ao mundo urbano.

É preciso considerar que, para que a gentrificação se manifeste, são necessárias duas condições: em primeiro lugar, do ponto de vista da oferta, tem que existir propriedades gentrificáveis nos centros urbanos, e, além disso, o mercado financeiro tem que facilitar o financiamento através de hipotecas, já que parece ser este o modo de financiamento dominante no processo. Em segundo lugar, agora do ponto de vista da demanda, é necessário um coletivo de gentrificadores potenciais, constituído por pessoas cujo perfil foi descrito anteriormente (HAMNETT, 1991). Deste modo, nem todas as cidades mais ou menos importantes reúnem estas condições.

Pode-se dizer que aproximadamente a metade dos trabalhos referenciados em *Geographical Abstracts-Human Geography* estão dedicados a cidades européias e, a outra metade, a cidades norte-americanas. Fora destes espaços, as publicações referem-se a Adelaide, Melbourne e Sydney, na Austrália; a Kyoto, no Japão; à capital da Coreia do Sul, Seul; à capital de Israel, Tel-Aviv; à caribenha Saint John, em Antigua e Barbados; e à Cidade do Cabo, na África do Sul.

Na Europa, a cidade mais analisada é Londres, que constitui uma das cidades pioneiras como exemplo de gentrificação em uma escala considerável com a remodelação das Docklands (SMITH, 1989), um caso que só parcialmente encaixa-se em um modelo, já

que a área não era propriamente um espaço residencial, mas portuário. O segundo lugar em número de estudos é Paris.

Cabe ressaltar o fato de que o fenômeno foi identificado em cidades da Europa Oriental a partir da queda do comunismo, como Berlim, Magdeburgo ou Budapeste, devido à penetração da dinâmica capitalista em seu desenvolvimento urbano. Levando em conta os países, o fenômeno foi avaliado, sobretudo, no Reino Unido, França, Alemanha, Holanda, Finlândia, Dinamarca e Hungria.

As cidades da América do Norte, tanto dos Estados Unidos como as do Canadá, constituem também importante núcleo de atenção. Nova York monopolizou a maioria dos estudos, mas também foram estudadas cidades dispersas por todo o país como São Francisco, Santa Fé, Nova Orleans, Atlanta, Pittsburg, Detroit, Northampton ou Filadélfia. No Canadá foram investigadas, principalmente, Vancouver, Montreal e Toronto.

6. Bibliografia

A seguir são relacionadas, em ordem alfabética, referências bibliográficas identificadas a partir da série *Geographical Abstracts-Human Geography* (NORWICH, 1989) sob o verbete *gentrification*, que vão desde janeiro de 1990 até dezembro de 1999, junto a outras obras que utilizamos para elaborar o presente artigo.

Consultamos algumas das publicações citadas em *Geographical Abstracts-Human Geography*, as quais fizemos especial referência no texto. Na bibliografia a seguir figura o código de referência ao fim dos trabalhos mencionados nessa série.

ABU-LUGHOD, J.L. *et al. From urban village to east village: the battle for New York's lower East Side*. Blackwell, 1994. Ref. 95H/03356.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Primeres Jornades Ciutat Vella. Revitalització urbana, econòmica i social*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 1989.

_____. *Segones Jornades Ciutat Vella. Revitalització social, urbana i econòmica*. Barcelona : Ajuntament de Barcelona, 1991.

- ALLAIN, R. "Un exemple de valorisation spontanée d'un espace pavillonnaire pericentral. Le quartier sud-gare à Rennes". In: *Géographie sociale*, 1991, vol. 11, p. 283-296. Ref. 93H/00299.
- ANDERSEN, H.S. "Gentrification or social renewal? Effects on public supported housing renewal in Denmark". In: *Scandinavian Housing and Planning Research*, 1998, vol. 15, nº 3, p. 111-128. Ref. 7674.
- BAILEY, N.; ROBERTSON, D. "Housing renewal, urban policy and gentrification." In: *Urban Studies*, 1997, vol. 34, nº 4, p. 561-578. Ref. 9911.
- BEAUREGARD, R.A. "Trajectories of neighborhood change: the case of gentrification". In: *Environment & Planning A*, 1990, vol. 22, nº 7, p. 855-874. Ref. 91H/00444.
- BLOMLEY, N.K. "The properties of space: history, geography, and gentrification." In: *Urban Geography*, 1997, vol. 18, nº 4, p. 286-295. Ref. 4612.
- BONDI, L. Women, gender relations and the inner city. In KEITH, M.; ROGERS, A. (Eds.). *Hollow promises? Rhetoric and reality in the inner city*. Mansell, Cassell, 1991, p. 110-126. Ref. 91H/07850.
- _____. "Gender symbols and urban landscapes." In: *Progress in Urban Geography*, 1992, vol. 16, nº 2, p. 157-170. Ref. 92H/08915.
- _____. "Gender, class and gentrification. Enriching the debate." In: *Environment & Planning D: Society and Space*, 1999, vol. 17, nº 3, p. 261-282. Ref. 9724.
- BOURASSA, S.C. "The rent gap debunked." In: *Urban Studies*, 1993, vol. 30, nº 10, p. 1731-1744. Ref. 94H/05875.
- BOURNE, L.S. "The myth and reality of gentrification: a commentary on emerging urban forms." In: *Urban Studies*, 1993, vol. 30, nº 1, p. 183-189. Ref. 93H/05839.
- BRIDGE, G. "Gentrification, class, and residence: A reappraisal." In: *Environment & Planning D: Society and Space*, 1994, vol. 12, nº 1, p. 31-51. Ref. 94H/07449.
- BRUN, J.; FAGNANI, J. "Lifestyles and locational choices trade-offs and compromises: a case-study of middle-class couples living in the Île-de-France region." In: *Urban Studies*, 1994, vol. 31, nº 6, p. 921-934. Ref. 95H/01868.
- BUTLER, T.; HAMNETT, C. "Gentrification, class and gender: some comments on Warde's "gentrification as consumption"." In: *Environment & Planning D: Society and Space*, 1994, vol. 12, nº 4, p. 477-493. Ref. 95H/02267.

- BUTLER, T.; RUSTIN, M. (Eds.). *Rising in the East? The regeneration of East London*. London: Lawrence & Wishart, 1996, 390 p. Ref.96H/08651.
- CAMERON, S. "Housing, gentrification and urban regeneration policies." In: *Urban Studies*, 1992, vol. 21, nº 1, p. 3-14. Ref. 92H/05918.
- CARPENTER, Juliet, LEES, Loretta. "Gentrification in New York, London and Paris : an international comparison." In: *International Journal of Urban & Regional Research*, 1995, vol. 19, nº 2, p. 286-303. Ref. 96H/01360.
- CASTELLS, M. "Planificación urbana y movimientos sociales: el caso de la renovación urbana en París." In: BERINGUIER, C., CASTELLS, M. *et al. Urbanismo y práctica política*. Barcelona: Los libros de la frontera, 1974, p. 125-160.
- CONGDON, P. "An analysis of population and social change in London wards in the 1980s." In: *Transactions- Institute of British Geographers*, 1989, vol. 14, nº 4, p. 478-491. Ref. 90H/05093.
- CULLEN, B.T. "What has happened to the "city different"? A Santa Fe case study." In: *Papers & Proceedings of Applied Geography Conferences*. State University of New York at Binghamton, 1992, vol. 15, p. 75-84. Ref. 94H/00394.
- EBELS, H.J.; OSTENDORF, W.J. "Nieuwe huishoudens in Amsterdam en Deu Haag. De bewoners van dure woningen in centrale stadsdelen onderzocht (New households in Amsterdam and The Hague. An examination of the occupants of city centre houses)." In: *Geografisch Tijdschrift*, 1991, vol. 25, nº 5, p. 510-520. Ref. 92H/05873.
- ENGELS, B. "Property ownership, tenure and displacement: In search of the process of gentrification." In: *Environment & Planning A*, 1999, vol. 31, nº 8, p. 1473-1495. Ref. 11957.
- FIGUEROA, R.A. "A housing-based delineation of gentrification: a small area analysis of Regina, Canada." In: *Geoforum*, 1995, vol. 26, nº 2, p. 225-236. Ref. 96H/06526.
- FILION, P. "The gentrification social structure dialectic: a Toronto case study." In: *International Journal of Urban and Regional Research*, 1991, vol. 15, nº 4, p. 553-574. Ref. 92H/04549.
- FORSYTH, A. "NoHo: upscaling main street on the metropolitan edge." In: *Urban Geography*, 1997, vol. 18, nº 7, p. 622-652. Ref. 8483.
- FRIEDBERGER, M. "Rural gentrification and livestock raising: Texas as a test case, 1940-1995." In: *Rural History: Economy, Society, Culture*, 1996, vol. 7, nº 1, p. 53- 68. Ref. 1151.

- FUJITSUKA, Y. "Burgeon of gentrification in Nishijin, Kyoto (in Japanese)." In: *Jimibun Chiri/ Human Geography (Kyoto)*, 1992, vol. 44, nº 4, p. 495-506. Ref.93H/06554.
- FUJITSUKA, Y. "Gentrification: a review of research in Western countries and future research on Japanese cities." In: *Jimibun Chiri/ Human Geography (Kyoto)*, 1994, vol. 46, nº 5, p. 496-514. Ref. 95H/08453.
- GALE, R.P. "Gentrification of America's coasts: impacts of the growth machine on commercial fishermen". In: *Society & Natural Resources*, 1991, vol. 4, nº 2, p. 103-121. Ref. 92H/03490.
- GARSIDE, J. "Inner city gentrification in South Africa: the case of Woodstock, Cape Town". In: *GeoJournal*, 1993, vol. 30, nº 1, p. 29-35. Ref. 94H/00407.
- GÉLÉZEAU, V. "Des "villages de la Lune" renovés à Seoul: reconstruction urbaine et ménage social (Renewal for moon villages in Seoul: rebuilding the city and sociospatial segregation)." In: *Espace Géographique*, 1997, vol. 26, nº 1, p. 1-11. Ref. 3857.
- GIGGS, J.A.; WHYNES, D.K. "Homeless people in Nottingham." In: *East Midland Geographer*, 1988, vol. 11, nº 2, p. 57-67. Ref. 90H/03138.
- HAMMEL, D.J. "Re-establishing the rent-gap: An alternative view of capitalised land rent". In: *Urban Studies*, 1999, vol. 36, nº 8, p. 1283-1293. Ref. 10294.
- HAMNETT, C. "The blind men and the elephant: the explanation of gentrification". In: *Transactions- Institute of British Geographers*, 1991, vol. 16, nº 2, p. 173-189. Ref. 91H/09089.
- HARDOY, J.E.; GUTMAN, M. "Impacto de la urbanización en los centros históricos de Iberoamérica." In: *Tendencias y perspectivas*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- HARTH, A. HERLYN, U.; SCHELLER, G. "Segregation in eastern German cities: Gentrification, downgrading of large estates, and suburbanization." In: *Netherlands Journal of Housing and the Built Environment*, 1998, vol. 13, nº 4, p. 421-437. Ref. 6502.
- HELBRECHT, I. "Die Wiederkehr der Innenstadte. Zur Rolle von Kultur, Kapital und Konsum in der Gentrification. (The return of the inner city. On the role of culture, capital and consumption in the process of gentrification)." In: *Geographische Zeitschrift*, 1996, vol. 84, nº 1, p.1-15. Ref. 3733.
- HUININK, J. "Multi-level modelling of urban change: the case of gentrification." In: STROHMEIER, K.P.; MATTHIESEN, C.W. (Eds.). *Innovation and urban population dynamics*. Averbury, 1992, p. 275-296. Ref. 93H/07785.

JAUHAINEN, J. "Asuminen Turun keskustassa (Housing and living in the city centre of Turku, Finland)." In: *Publicationes-Instituti Geographici Universitatis Turkuensis*, 1990, vol. 128, 149 p. Ref. 91H/07040.

_____. "Urban regeneration from global to local culture (trad.)." In: *Terra*, 1992, vol. 104, nº 2, p.70-81. Ref. 93H/00847.

KNOPP, L. "Some theoretical implications of gay involvement in an urban land market." In: *Political Geography Quarterly*, 1990, vol. 9, nº 4, p. 337-352. Ref. 91H/02147.

KOVACS, Z. "Rich and poor in the Budapest housing market." In: *Journal of Communist Studies*, 1990, vol. 6, nº 2, p. 110-124. Ref. 91H/02121.

_____. "Ghettoization or gentrification? Post-socialist scenarios for Budapest." In: *Netherlands Journal of Housing and the Built Environment*, 1998, vol. 13, nº 1, p. 63-81. Ref. 10719.

LEES, L. "Rethinking gentrification: beyond the positions of economics and culture." In: *Progress in Human Geography*, 1994, vol. 18, nº 2, p. 137-150. Ref.95H/00782.

LEES, L. "In the pursuit of difference: representations of gentrification." In: *Environment & Planning A*, 1996, vol. 28, nº 3, p. 453-470. Ref. 50.

LEVER, W.F.; MONEY, W.J.; PADDISON, R. (Eds.). "European housing in the wider context." In: *Urban Studies*, 1994, vol. 31, nº 7, p. 989-1238. Ref. 95H/03459.

LEWAN, N. "Skane and Lund: a Swedish province and its university town." In: *Rapporter och Notiser- Lunds Universitet, Institutionen for Kulturgeografi och Ekonomisk Geografi*, 1996, vol. 143, 23 p. Ref. 9879.

LEY, D. "Inner city resurgence units societal context". In: *Conferencia Anual de la Asociación de Geógrafos Americanos, Nueva Orleans, 1978*.

_____. "Liberal ideology and the post-industrial city." In: *Annals of the Association of American Geographers*, 1980, vol. 70, p. 238-258.

_____. "Inner city revitalization in Canada: a Vancouver case study." In: *Canadian Geographer*, 1981, vol. 25, p. 124-148.

_____. "Alternative explanations for inner-city gentrification". In: *Annals of the Association of American Geographers*, 1986, vol. 76, p. 521-535.

_____. "Replay: the rent-gap revisited". In: *Annals of the Association of American Geographers*, 1987, vol. 77, p. 465-468.

- _____. "Gentrification in recession: social change in six canadian cities, 1981-1986". In: *Urban Geography*, 1992, vol. 13, p. 230-256.
- _____. "Past elites and present gentry: neighborhoods of privilege in the inner city". In: BOURNE, L.S.; LEY, D. (Eds.). *The changing social geography of Canadian cities*. Montreal; Kingston: McGill- Queens University Press, 1993, p. 214-233.
- _____. "Gentrification and the politics of the new middle class". In: *Environment & Planning D: Society & Space*, 1994, vol. 12, nº 1, p. 53-74. Ref. 94H/07450.
- LYONS, M. "Employment, feminisation, and gentrification in London, 1981-93". In: *Environment & Planning A*, 1996, vol. 28, nº 2, p. 341-356. Ref. 96H/10435.
- MARCUSE, P. "Gentrification, homelessness, and the work process: housing markets and labour markets in the quartered city". In: *Housing Studies*, 1989, vol. 4. nº 3, p. 211-220. Ref. 90H/00328.
- MAYR, A. "'Back o the city?' Erleben wir eine Renaissance unserer innenstadtnahen Wohngebiete? ('Back o the city?' Is a renaissance of the inner city neighborhoods to be expected?)". In: *Munchener Geographische Hefte*, 1989, vol. 60, p. 25-57. Ref. 90H/03749.
- MILLS, C.A. *Interpreting gentrification: postindustrial, postpatriarchal, postmodern? Ph. D. thesis. University of British Columbia, Department of Geography*, 1989, 482 p. Ref. 91H/00439.
- _____. "Fairview Slopes, Vancouver: gentrification in the inner city". In: *Canadian Geographer*, 1991, vol. 35, nº 3, p. 306-310. Ref. 92H/02913.
- PAAL, M. "Stategien gegen den Stadtverfall in Paris (Strategies against urban decay in Paris)". In: *Mitteilungen- Osterreichischen Geographischen Gesellschaft*, 1994, vol. 136, p. 93-118. Ref. 95H/09267.
- PHILIPS, M. "Rural gentrification and the processes of class colonisation". In: *Journal of Rural Studies*, 1993, vol. 9, nº 2, p. 123-140. Ref. 94H/03112.
- PACIONE, M. *Urban problems. An Applied Urban Analysis*. London: Routledge, 1990.
- PODMORE, J. "(Re)reading the 'loft-living' Habitus in Montreal's inner city". In: *International Journal of Urban and Regional Research*, 1998, vol. 22, nº 2, p. 283-330. Ref. 8516.

- REDFERN, P.A. "A new look at gentrification: 1. Gentrification and domestic technologies". In: *Environment & Planning A*, 1997a, vol. 29, nº 7, p. 1275-1296. Ref.1805.
- _____. "A new look at gentrification: 2. A model of gentrification". In: *Environment & Planning A*, 1997b, vol. 29, nº 8, 1335-1354. Ref. 2608.
- ROBINSON, T. "Gentrification and grassroots resistance in San Francisco's Tenderloin". In: *Urban Affairs Review*, 1995, vol. 30, nº 4, p. 483-513. Ref. 96H/00584.
- RUTHEISER, C. "Making place in the nonplace urban realm: notes on the revitalization of downtown Atlanta". In: *Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development*, 1997, vol. 261, nº 1, p. 9-42. Ref. 615.
- SCHNELL, I.; GRAICER, I. "Rejuvenation in Tel-Aviv inner city". In: *Geographical Journal*, 1994, vol. 160, nº 2, p. 185-197. Ref. 95H/09226.
- SMITH, A. "Gentrification and the spatial constitution of the state: the restructuring of London's Docklands". In: *Antipode*, 1989, vol. 21, nº 3, p. 232-260. Ref. 90H/03746.
- SMITH, N. "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not by people". In: *Journal of the American Planning Association*, 1979, vol. 45, p. 538-548.
- _____. "Gentrification and the uneven development". In: *Econ. Geography*, 1982, vol. 58, p. 138-155.
- _____. "Dangers of the empirical turn". In: *Antipode*, 1987, vol. 19, p. 59-68.
- _____. "Gentrification and the rent-gap". In: *Annals of the Association of American Geographers*, 1987, vol. 77, p. 462-478.
- _____. "Of yuppies and housing: gentrification, social restructuring and the urban dream". In: *Environment & Planning D: Society & Space*, 1987, vol. 5, p. 151-172.
- _____. "Mapping the gentrification frontier". In: KEITH, M.; ROGERS, A. (Eds.). *Hollow promises? Rhetoric and reality in the inner city*. Mansell, Cassell, 1991, p. 84-109. Ref. 91H/07857.
- _____. "Blind's man bluff, o, Hamnett's philosophical individualism in search of gentrification". In: *Transactions-Institute of British Geographers*, 1992, vol. 17, p. 110-115.

- SMITH, N.; HEROD, A. *Gentrification, a comprehensive bibliography. Discussion papers. New Brunswick: Department of Geography, Rutgers University, 1991.*
- SMITH, N.; WILLIAMS, P. (Eds.). *Gentrification of the city. London: Allen and Unwin, 1986.*
- SPAIN, D. "Been heres versus come-heres: negotiating conflicting community identities". In: *Journal of the American Planning Association, 1993, vol. 59, nº 2, p. 156-171. Ref. 93H/08007.*
- SUCHAR, C.S.; ROTENBERG, R. "Judging the adequacy of shelter: a case from Lincoln Park". In: *Journal of Architectural and Planning Research, 1994, vol. 11, nº 2, p. 149-165. ref. 95H/02420.*
- THOMAS, G.A. "The gentrification of paradise: St. John's, Antigua". In: *Urban Geography, 1991, vol. 12, nº 5, p. 469-487. Ref. 92H/02176.*
- ULUSOY, Z. "Housing rehabilitation and its role in neighborhood change: a framework for evaluation". In: *Journal of Architectural and Planning Research, 1998, vol. 15, nº 3, p. 243-257. Ref. 592.*
- VAN WESEPE, J. "Gentrification as a research frontier". In: *Progress in Human Geography, 1994, vol. 18, nº 1, p. 74-83. Ref. 95H/02266.*
- WARDE, A. "Gentrification as consumption: issues for class and gender". In: *Environment & Planning D: Society & Space, 1991, vol. 9, nº 2, p. 223-232. Ref. 92H/01276.*
- WHITE, P.; GUTTING, D. "Berlin: social convergences and contrasts in the reunited city". In: *Geography, 1998, vol. 83, nº 3, p. 214-226. Ref. 9540.*
- YUNG, C.-F.; KING, R.J. "Some tests for the rent-gap theory". In: *Environment & Planning A, 1998, vol. 30, nº 3, p. 523-542. Ref. 5805.*

A POLÍTICA URBANA NO GOVERNO LULA (2003-2010):

Permanências e Mudanças

Arlete Moysés Rodrigues*

Resumo: o texto apresenta considerações sobre a política urbana pós-2003, ressaltando permanências e mudanças em relação à política urbana de períodos anteriores, em especial o produto da criação do Banco Nacional de Habitação e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Destaca a importância da criação do Ministério das Cidades e a implantação do Sistema de Conferências das Cidades nos âmbitos municipais, estaduais e nacional relacionadas aos princípios que vigoram na atual Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Apresenta também algumas considerações sobre o Conselho Nacional das Cidades.

Palavras-chave: Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: conferências; conselhos; financiamento; planejamento urbano.

THE URBAN POLICY IN LULA'S GOVERNMENT (2003-2010): PERMANENCES AND CHANGES

Abstract: the text introduces considerations about the urban policy post 2003, emphasizing permanences and changes in relation to the urban policies of previous periods, mainly after the creations of "Banco Nacional de Habitação" (BNH) and the "Fundo de Garantia do Tempo de Serviço" (FGTS). It puts in evidence the importance of the creation of the Department of Cities and the implantation of the "Sistema de Conferência das Cidades" in the scope municipal, state and national, both related to current principles of the National Politic Development. Finally, the text discusses some considerations about the National Council of Cities.

Key-words: Nacional Policy of Urban Development ; conferences ; council; financing; Urban Planning.

LA POLITIQUE URBAINE DU GOUVERNEMENT LULA (2003-2010): PERMANENCES ET CHANGEMENTS

Résumé: cet article analyse la politique urbaine brésilienne après l'an de 2003, en soulignant les permanences et les changements par rapport à la politique urbaine d'autrefois, en particulier la création du

* Profª. Livre Docente – IFCH / UNICAMP e Líder do Grupo de Pesquisa “Problemática Urbana e Ambiental” (UNICAMP) – moysesarlete@gmail.com.

Banque Nationale d'Habitation et le Fonds de Garantie de Temps de Service. On remarque aussi l'importance de la formation du Ministères des Villes et l'implémentation du Système de Conférences des Villes au niveau de la municipalité, de l'état et de la nation. Finalement, on présente quelques considérations sur le Conseil National des Villes.

Mots-clés: Politique Nationale du Développement Urbain; conférences; conseils; financement; aménagement urbain.

1. Apresentação

A política urbana aplicada pelo Estado deveria contemplar a complexidade da produção e reprodução do espaço urbano nas dimensões política, econômica e social. Contudo, desde os primórdios do processo de urbanização no Brasil, a política urbana é entendida apenas como intervenção do Estado nas “mazelas sociais” (habitação popular, saneamento básico, transportes coletivos, etc.) e/ou no avanço da modernização (obras viárias, grandes equipamentos como aeroportos, portos, etc.), sempre desvinculadas entre si, caracterizando-se como políticas setoriais.

O objetivo deste artigo é propiciar o debate e assim afirmamos que a política urbana no Governo Lula tem permanências e mudanças. As permanências são representadas pela legislação de uso do solo, políticas de habitação, de saneamento, de acessibilidade e transportes coletivo, que continuam políticas setoriais sem estabelecer vínculos com o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, elaborado pelo Ministério das Cidades e Conselho das Cidades (ConCidades) em 2004. As principais mudanças referem-se à abertura de espaço para a participação social na elaboração de políticas urbanas, a criação do Ministério das Cidades e do ConCidades e a realização de quatro conferências da cidade nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Esta participação tem propiciado definir diretrizes e princípios de atendimento prioritário para quem ganha até cinco (5) salários mínimos e, estabelecer a meta de atendimento universal nas políticas de saneamento, habitação de interesse social, mobilidade e transporte público urbano e participação nos planos diretores municipais. Considerando este foco de mudanças foi aprovada a Lei 11.124 de 16 de

junho de 2005 – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e do Conselho do FNHIS,¹ composto por entidades que participam do ConCidades e de órgãos públicos. Entre os programas mais recentes que mantém a estrutura de políticas anteriores e desvinculados dos pressupostos do PNDU, encontra-se o programa Minha Casa Minha Vida – MCMV; o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), em especial o PAC-COPA, cuja finalidade tem sido o de atender às exigências da Federação Internacional de Futebol – FIFA, e o das corporações imobiliárias.

Por outro lado, como já dito, o Governo Lula inova em ampliar a participação social na definição de políticas urbanas desde a criação do Ministério das Cidades em 2003 que implica em definir alguns princípios universais de atendimento de políticas públicas; destinar recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); propiciar e efetivar a regularização fundiária em terras da união; definir os parâmetros para a regularização fundiária de interesse social, contraditoriamente no mesmo programa que criou MCMV com o pressuposto de conter a propagação de crise econômica, semelhante ao que ocorreu quando da criação do Banco Nacional de Habitação – BNH (BRASIL, 1964).

Com o objetivo de apontar permanências e mudanças serão apresentados alguns elementos que condicionam a política urbana no Brasil pós 1964.²

2. Sistema Financeiro de Habitação (SFH) – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)

A criação do BNH em 1964 e do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em 1966 (BRASIL, 1966), estabeleceram o caráter da política urbana que permanecem até a atualidade, apesar de algumas modificações.

¹ Esta lei é proveniente de Projeto de Lei de Iniciativa Popular que demorou 13 anos para ser aprovada, por falta de vontade política de governos anteriores.

² Sobre a política urbana do período anterior a 2003 faremos apenas referências gerais, considerando que a maior parte dos textos que tratam da política urbana no período pós-2003 não relacionam este período com os processos anteriores.

A política implementada no período da ditadura militar alterou as relações de trabalho, deslocando o mundo do trabalho para o do viver. Este deslocamento deu-se utilizando recursos provenientes da alteração das relações do mundo do trabalho nos investimentos urbanos, promovendo assim a socialização capitalista da exploração da força de trabalho.³ As alterações nas relações de trabalho com a criação do FGTS propiciaram ao governo obter grande volume de recursos, tornando o BNH o 2º maior banco brasileiro. As transformações deste período permitiram e permitem ainda ao Estado garantir a manutenção da propriedade privada e manter as condições de exploração da força de trabalho. Esta legislação resolveu várias questões: instituiu um fundo proveniente das mudanças nas relações de trabalho; difundiu a ideia de que os trabalhadores teriam como resolver os problemas de habitação, implantando a ideologia da casa própria, e trocou a estabilidade do trabalhador pela possibilidade remota de garantia de moradia;⁴ passou para a esfera governamental, através do BNH, a responsabilidade de repasse da “indenização”, diminuindo, com isto, a responsabilidade do empregador, cuja obrigação passou a ser de depositar oito por cento do salário (desde 2001 passou a ser de 8,5%) de cada trabalhador no BNH.

Os recursos foram utilizados tanto para a execução de conjuntos habitacionais distantes de áreas providas com infraestrutura e meios de consumo coletivo, acelerando, desse modo, a expansão horizontal da dinâmica de produção do espaço urbano e a desigualdade socioespacial,⁵ como para “investimentos” em grandes obras de infraestrutura. Exemplo a construção da ponte Rio – Niterói.

Com o fim do BNH, em 1985, os recursos provenientes do FGTS passam a ser geridos pela Caixa Econômica Federal – CEF (BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1986).⁶ Esta passagem, porém, não provocou alteração a essência do processo, pois os

³ Utilizamos “*socialização capitalista da exploração da força de trabalho*” para dar ênfase às alterações do período, embora o mais usual seja “*socialização capitalista das forças produtivas*”.

⁴ Sob o sistema anterior, o trabalhador tinha direito a receber como indenização um (1) mês de salário-valor do último salário por ano de trabalho e garantia de estabilidade no emprego após 9 anos e 6 meses. Com a instituição do FGTS os depósitos passaram a poder ser retirados em sua totalidade em casos de demissão, aposentadoria ou pela sua família em caso de morte do trabalhador. Quando a rescisão for feita a pedido do empregador o FGTS pode ser retirado total ou parcialmente para, entre outros motivos, adquirir sua casa própria.

⁵ Sobre como a política do período *politiza o espaço*, ver Schmidt (1982).

⁶ Apresentamos este tema de forma mais completo em texto que está no prelo e será publicado pela *Revista Cidades* com o título de “Políticas Públicas”.

recursos do FGTS continuam a ser administrados pelo setor financeiro. É a continuidade do processo de financeirização dos investimentos urbanos, com atuação explícita do Estado desde a década de 60.⁷ Houve ao longo do tempo algumas mudanças em relação ao tipo de produção habitacional, como a alteração geral de grandes conjuntos para pequenos conjuntos habitacionais ou unidades isoladas; além disso, implementaram-se outros programas como o PAR (Programa de Arrendamento Residencial), Programa de Crédito Solidário e Carta de Crédito do FGTS.

Atendendo ao disposto na Constituição Federal de 1988, foi instituído o Conselho Curador do FGTS – CCFGTS – (BRASIL, 1990), órgão colegiado tripartite composto por representantes de três centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical); três representantes dos empregadores (Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional do Comércio – CNC e Confederação Nacional das Instituições Financeiras, CNF) e; seis representantes do governo (Ministérios do Planejamento, Trabalho e Emprego, Fazenda, Desenvolvimento; CEF e Banco Central), presidido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.⁸ O CCFGTS tem como função estabelecer as diretrizes e as normas para utilização de recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano.

Apesar de modificações, as políticas urbanas mantiveram a mesma lógica de financiamento, como se verifica nas propostas contidas na Política Nacional de Habitação (PNH) e no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (Lei no. 11.977 de 7 de julho de 2009). Vários problemas podem ser apontados sobre o programa MCMV, em especial no que diz respeito ao aumento do preço da terra, não apenas nas imediações onde estão sendo construídas as unidades, mas de forma geral em todas as cidades onde o programa tem sido implementado.⁹

Com relação ao PAC–Copa para atender as exigências da FIFA, estádios estão sendo destruídos para se construir outros no mesmo lugar, como, por exemplo, em Cuiabá e Natal. As obras de infraestrutura, que teriam como objetivo facilitar o acesso aos estádios, têm provocado a remoção de um grande número de famílias, o que implica

⁷ Os dados podem ser observados em Royer (2009).

⁸ Lei no. 8036 - Art. 3º de 11 de maio de 1990.

⁹ Ver Bastos (2011).

no desrespeito a função social da cidade, como previsto na Constituição Brasileira. O mundo do trabalho continua “financiando” a produção do urbano em grandes intervenções.¹⁰

Houve ampliação de recursos da União na produção de habitação, como se verifica na Lei 11.124 de 16 de junho de 2005 na qual o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – é formado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Amparo ao Trabalhador¹¹ (FAT) e do FGTS nas condições estabelecidas pelo CCFGTS. Cabe ressaltar que os recursos provenientes da OGU tem tido aumento expressivo em função das pressões dos movimentos populares e do ConCidades.

3. Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

O capítulo cinco do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975/1979) diz respeito à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano que tem como objetivos melhorar a estrutura do sistema urbano nacional e dinamizar os centros urbanos em todas as regiões do país. A premissa fundamental era promover o desenvolvimento urbano nos moldes da modernização capitalista, contando com recursos do FGTS. Para implantar esta política os municípios deveriam elaborar o PDDI – Plano Diretor Integrado¹². Como instância nacional para tratar da questão urbana, em especial para a implementação da política, foi criada a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1975).

Considerando o contexto político ditatorial do período, o processo de elaboração do PNDU de 1975 foi conduzido de forma restrita a técnicos especialistas em planejamento urbano e regional, num processo dito de “gabinete”, conduzido unicamente pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral como “resolução ministerial” (ADEODATO, 2010:68).

¹⁰ Notícias da *Folha* em janeiro de 2010 apontava que nove (9) bilhões de recursos do FGTS poderiam ser utilizados para obras de infraestrutura em transporte urbana nas 12 cidades-sede da Copa de 2014 (FGTS emprestará R\$ 9 bilhões para obras da Copa de 2014, *Folha Online*, 12 de jan de 2010).

¹¹ O FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970.

¹² Para a elaboração do PDDI foram utilizados recursos do FGTS.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano de 2004 (Ministério das Cidades, 2004) foi elaborada com ampla participação social na 1ª. Conferência das Cidades realizada em 2003.

O objetivo fundamental foi o de definir, com participação social, os princípios para uma política nacional de desenvolvimento urbano, que foi elaborada pelo Ministério das Cidades, criado em 2003, logo após a posse do governo, atendendo a reivindicação dos movimentos populares urbanos e ao que constava da plataforma política do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. A criação do Ministério das Cidades implicava em procurar romper as políticas setoriais de habitação, saneamento, transportes (mobilidade) e trânsito, mas esta integração até o momento não se concretizou. Políticas setoriais que estavam difusas por vários ministérios e que passaram a compor as secretárias nacionais do Ministério das Cidades. No site do Ministério das Cidades há uma síntese relacionada à sua criação:

Entre 1985 e 2002 ocorreram mudanças constantes tanto na estrutura institucional da política de habitação e saneamento – quanto nos programas e recursos. A política urbana não mereceu maiores cuidados, ao contrário, ela é objeto de organismos que emergem e desaparecem desde o regime militar, a partir de 1964. Em verdade a política urbana tem sido, durante esse tempo todo, fortemente influenciada pelos bancos públicos responsáveis pelos financiamentos à habitação e ao saneamento. Isso aconteceu no período do BNH que se sobrepôs ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado em 1964 e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), como também aconteceu com a Caixa Econômica Federal que subjugou a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), criada em 1995, e a sua sucessora, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) (CIDADES, 2003).¹³

O Ministério da Cidade promoveu no mesmo ano de sua criação, a 1ª. Conferência Nacional das Cidades, contando para a elaboração do texto base com a participação de entidades e movimentos reconhecidos como de caráter nacional. Foram realizadas conferências municipais, estaduais e a Nacional tendo como meta principal a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano e a criação do Conselho das Cidades.

¹³ Ministério das Cidades – www.cidades.gov.br – Acesso em maio de 2011.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano tem entre seus princípios: Direito à Cidade como direito coletivo; aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade em Planos Diretores Participativos; garantia de desenvolvimento urbano com igualdade de acesso aos padrões urbanos; criação de Sistema Nacional de Habitação (SFH), tendo como premissa a moradia digna como direito humano; saneamento ambiental público como direito humano; criação do Sistema Financeiro de Habitação com prioridade no atendimento para os que ganham até 5 salário mínimos; mobilidade, transporte público coletivo urbano tendo como objetivo democratizar os espaços públicos (RODRIGUES, 2010).

A instalação do Conselho das Cidades (ConCidades) aprovada pela 1ª. Conferência tem entre suas funções viabilizar as propostas aprovadas nas conferências. O decreto de sua criação define atribuições, competências e a composição do Conselho a nível nacional. É considerado um problema o fato do Conselho não ser deliberativo, mas ter caráter de natureza deliberativa e consultiva.¹⁴

Esta forma de elaborar o PNDU significou mudança de conteúdo considerando que os princípios são diferentes do que consta no PNDU de 1975. O objetivo é o atendimento universal das políticas públicas urbanas.

4. A função social da cidade e da propriedade

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), além de reafirmar a competência do município para a implementação da política urbana, explicita o significado de função social da cidade e da propriedade urbana. Remeteu, porém, a aplicação dos instrumentos que possibilitariam atingir-se a função social da cidade e da propriedade aos Planos Diretores (PD), obrigatórios para os municípios com mais de 20 mil habitantes, ou seja, definiu o planejamento, em especial o PD como fundamento para a política urbana. O Estatuto da Cidade - Lei 10.237/2001 e

¹⁴ Art. 1º. – Decreto nº. 5.031 de 2 de abril de 2004: “O Conselho das Cidades, órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.”

medida provisória 2220 de setembro de 2011, (BRASIL, 2011)¹⁵ regulamentaram os artigos da Constituição Federal que tratam do tema.¹⁶

Assim, as premissas da função social da propriedade e da cidade só podem ser obtidas com a elaboração e implantação de planos diretores, ou seja, com o planejamento urbano. Pode-se assim considerar que a partir da Constituição de 1988 é o planejamento que define a função social da cidade e da propriedade. Após 1988, o planejamento urbano torna-se a política urbana por excelência e, desse modo, a política urbana no governo Lula seguiu os parâmetros constitucionais regulamentados pelo Estatuto da Cidade.

Na 4ª. Conferência das Cidades foi aprovada a proposta de que a obrigatoriedade do Plano Diretor fosse estendida para todos os municípios. Esta proposta é muito importante e tem que ser debatida juntamente com os Projetos de Lei (PL) sobre criação, desmembramento e remembramento de municípios e de Projetos de emenda Constitucional (PEC) que objetivam alterar o Estatuto da Cidade, em especial quando se tenta colocar que as Igrejas devem ser isentas de elaborar o Estudo de Impacto de Vizinhança.

Com relação às propostas de criação de municípios há vários PLs e PECs que propõem que os estados possam criar municípios antes que sejam estabelecidos critérios territoriais, econômicos, sociais e políticos e as características do distrito sede do município denominado de cidade (RODRIGUES, 2007). O critério dos projetos é predominantemente populacional (de 5 a 15 mil habitantes dependendo da região) como se observa, no Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002. Assim é realmente fundamental que os Planos Diretores sejam obrigatórios para todos os municípios, independentemente do número de habitantes para que pelo menos a função social da cidade seja pensada em todas as instâncias da Federação.

¹⁵ A Medida Provisória 2220/2001 foi resultado de pressão de movimentos populares urbanos considerando que o Executivo havia vetado os artigos que consideravam o direito de posse nas terras públicas.

¹⁶ Os recursos para auxiliar alguns municípios a elaborar PD foram oriundos do Orçamento Geral da União, o que aponta uma diferença fundamental com relação do PDDI cujos recursos foram provenientes do FGTS.

Em 1988, cerca de 50% dos municípios tinham mais de 20 mil habitantes, mas a Constituição de 1988 passou a atribuição de criar, desmembrar, remembrar municípios para os estados, sem regras nacionais. Entre 1991 e 2000 foram criados mais de 1000 municípios e hoje apenas 30% de municípios têm mais de 20 mil habitantes, embora concentrem a maior parte da população urbana. Isto implica que 70% dos municípios, que representam a maior parte do território brasileiro, não são obrigados a cumprir a função social da cidade e podem crescer sem nenhum planejamento.

A criação de municípios sem parâmetros econômicos, sociais, territoriais implica em que estes sobrevivam de recursos federais e estaduais, desviando recursos que poderiam ser utilizados para potencializar o direito a cidade. Trata-se de um tema fundamental para pensar a integração das políticas urbanas que até agora não tem sido objeto de debates consistentes. Apesar da integração das políticas setoriais ser tema recorrente em todas as conferências das cidades a idéia dominante é que se trata de políticas setoriais de habitação, saneamento e mobilidade urbana. O que demonstra a permanência da política urbana sem considerar a complexidade da produção e reprodução do espaço urbano.

5. Conferências das Cidades

As conferências têm como objetivo ampliar a participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas urbanas. São realizadas em âmbito municipal, estadual e nacional permitindo um reconhecimento das diferenças existentes nos 5.565 municípios brasileiros (diferenças relativas à localização regional, à população, tamanho dos municípios e principais carências) e possibilitam pensar na política urbana considerando a diversidade.

As conferências das cidades se configuram como produto de uma política urbana que considera fundamental a participação social na definição das políticas urbanas, e decorreram da própria criação do Conselho das Cidades. Desse modo, tanto a criação do Ministério das Cidades como a implementação de conselhos e conferências caracterizam uma inovação da política urbana após 2003.

Desde o início da década de 90 do século XX foram realizadas 80 conferências nacionais, sendo que 86% delas ocorreram de 2003 a 2009 sobre os temas: Direitos Humanos, Educação, Cultura, Assistência Social, Saúde, Minorias, Meio ambiente, Cidades. As conferências “representam um experimento institucional cuja função é furar o cerco da unidimensionalidade”.¹⁷ Fortalecem a democracia representativa ao introduzir, no debate político, novos protagonistas e novos temas, e também ampliar a representação política. Incentivam a participação na deliberação de propostas, de parâmetros, programas, projetos e execução de políticas públicas. Um sistema de conferências municipais, estaduais e nacional permite conhecer as realidades locais, estaduais, regionais e estabelecer programas que atendam as especificidades sociais e territoriais. Trata-se da possibilidade de romper o pensamento único sobre a cidade calcada em parâmetros que apenas destacam aspectos duais da produção e reprodução do espaço urbano, e que tem como premissa considerar o que ocorre de fato nas metrópoles e grandes cidades.

As conferências das cidades colocaram na agenda pública questões urbanas que sempre foram preteridas ou tratadas apenas no âmbito local. Dão destaque à participação social trazendo a tona contradições e conflitos do processo de produção e reprodução do espaço urbano. A sucessão de conferências mantém na pauta nacional a questão urbana para tentar reduzir ou eliminar os problemas de desigualdades sociais, espaciais, territoriais. Tem permitido também a formação de redes de difusão de informações sobre a função social da cidade e da propriedade.¹⁸

As conferências de saúde e meio ambiente iniciaram-se em governos anteriores, mas as conferências das cidades só ocorrem a partir de 2003, o que implica numa inovação política em relação ao urbano. Sinteticamente apresentamos algumas das resoluções aprovadas pelas conferências que foram ou estão em vias de ser aplicadas. Mas, do ponto de vista político, qual o significado real da participação social?

¹⁷ IUPERJ, 2010: “Entre Representações e Participação – As Conferências Nacionais e o Experimentalismo Democrático Brasileiro”. In: www.iuperj.gov.br.

¹⁸ Apresentamos um “balanço” das Conferências das Cidades com síntese das resoluções aprovadas nas quatro conferências realizadas até 2010 (RODRIGUES, 2010).

1ª. Conferência das Cidades A 1ª. Conferência, como já dito, realizada em 2003, estabeleceu os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, as funções, o caráter e a composição do Conselho das Cidades. Definiu também o sistema de realização de conferências nas escalas municipal, estadual e nacional.

Aprovou também a resolução de que os consórcios municipais deveriam passar a ser de direito público ao invés de permanecer na esfera do direito privado. Após o encaminhamento dado pelo Conselho das Cidades, tornou-se realidade com a Lei n.º 11.107/2005.

2ª. Conferência das Cidades

A 2ª. Conferência (2005), realizada pelo Ministério das Cidades com participação do ConCidades, considerou urgente a integração de políticas setoriais de habitação, saneamento, mobilidade e transportes coletivos que continuam ainda estanques umas das outras. Está é uma questão que até agora não foi resolvida. Definiu o marco regulatório do saneamento, aprovado como Lei no. 11. 445, de 5 de janeiro de 2007. Aprovou a regulamentação do FNHIS Lei 11.124 de 16 de junho de 2005 e do seu Conselho Gestor, que está efetivamente em funcionamento. Estabeleceu como prioridade a regularização fundiária de interesse social com os instrumentos previsto no Estatuto da Cidade que vai ganhar novo impulso com a lei que criou o Programa Minha Casa Minha Vida. Esta lei tem aspectos contraditórios, pois ao mesmo tempo em que cria diretrizes para a produção de habitação de interesse social diretamente pela iniciativa privada estabeleceu normas simplificadas para a regularização fundiária de interesse social.

Referendou a Campanha Nacional do Plano Diretor concomitante a 2ª. Conferência; propôs capacitação de técnicos e conselheiros com recursos, ainda que restritos, da OGU, mostrando diferença fundamental com o PDDI de 1975 que utilizava recursos do FGTS.

3ª Conferência das Cidades

A 3ª Conferência (2007) teve como protagonista principal o Conselho das Cidades. Entre as 22 diretrizes aprovadas nesta conferência destaca-se: a proposta de criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) que incluísse Conselhos das Cidades nos níveis Estaduais e Municipais para concatenar a política urbana nos vários níveis da federação brasileira; definiu as formas de implementação da Lei 11.445/2007 do saneamento básico e ambiental. Aprovou a criação do Programa de Habitação de interesse social no âmbito do Conselho Gestor – FNHIS, com critérios para o repasse de recursos. Estabeleceu normas para a Assistência Técnica Gratuita que foi aprovada como Lei no. 11.888 de 24 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008). Propôs formas para a atuação dos governos na mediação e prevenção de conflitos fundiários. Após esta deliberação o Conselho das Cidades realizou seminários para equacionar formas de atuação como consta da Resolução Recomendada n. 87 de 8 de dezembro de 2009.¹⁹

4ª Conferência das Cidades

A 4ª Conferência das Cidades, também protagonizada pelo ConCidades, foi realizada em 2009/2010,²⁰ tinha como objetivo avaliar a atuação do ConCidades bem como se houve ou não implementação das políticas propostas nas conferências anteriores. O resultado apontou que várias propostas aprovadas nas conferências anteriores não foram colocadas em prática, entre as quais destacamos: a urgência de transformar em deliberativo os Conselhos das Cidades, em todas as unidades da federação; encaminhar Projeto de Lei para criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – integrando políticas, conselhos e conferências; encaminhar propostas para o legislativo tornando os Planos Diretores obrigatórios para todos os municípios independentemente do tamanho de sua população.

¹⁹ www.cidades.gov.br.

²⁰ As conferências municipais foram realizadas em 2009 e as estaduais e a nacional em 2010. Este arranjo foi considerado necessário pelo ConCidades tendo em vista as eleições de 2010.

6. Conselhos

Aprovado na 1ª. Conferência com caráter deliberativo, a criação de conselhos teve caráter consultivo e formulador de políticas urbanas, o que gera problemas em relação à aplicabilidade das políticas públicas urbanas.

É formado pelos segmentos: Movimentos Sociais; Empresários (ligados à produção do espaço urbano); ONGs: Trabalhadores; Entidades Acadêmicas e Profissionais: Poder Público Federal, Estadual e Municipal e; sociedades civis do legislativo municipal, estadual e federal.²¹

Os conselhos são lugares de debate de políticas. Deveriam assim evidenciar as contradições e os interesses conflitantes entre os diferentes segmentos para construir

“As interferências internacionais como a da FIFA para a Copa de 2014 mostram que a produção do espaço urbano deixou a esfera do local, do nacional para a esfera das interferências de corporações internacionais.”

uma política nacional de desenvolvimento urbano que universalize o acesso a uma vida digna. As contradições precisam ser explicitadas para que o urbano seja entendido em sua concretude, em sua multiplicidade e complexidade para que o planejamento seja participativo, esteja integrado com o Plano Diretor e com as políticas públicas que interferem na vida da cidade. A explicitação de interesses diferentes permite entender que a política não se realiza apenas nos gabinetes. Nas

questões contraditórias, conflitantes o papel do conselho deveria ser o de pactuação, para se obter unidade na diversidade de questões e não forjar consensos.

Porém nem sempre o ConCidades tem sido o lugar dos pactos e da política urbana que atende aos princípios da função social da cidade. Exemplos: Em relação ao PL 3057 de 2000 que propõe alteração da Lei 6766/1979, que rege o parcelamento e o uso do solo urbano, o grupo de trabalho do ConCidades – apesar de ter organizado seminários em todas as regiões do país – não incorporou questões fundamentais debatidas nos seminários. Assim importantes questões não constam da Resolução do Conselho

²¹ A composição do Conselho pode ser verificada em: www.conselhos.gov.br.

(RODRIGUES, 2010). Esta resolução contém apenas os consensos sem mostrar as contradições e conflitos; falta aprimorar o debate em relação os interesses divergentes e/ou conflitantes.

Permanecem dessa forma vários desafios a serem empreendidos para que a cidade seja entendida em sua totalidade e não em partes separadas entre si, e o planejamento seja compreendido como um processo que considere todos os aspectos da dinâmica econômica, territorial, social e política, evitando que permaneçam os *lobbies* nos gabinetes dos deputados e senadores.

7. Considerações finais

A política urbana no governo Lula tem permanências entre as quais se destaca que o FGTS (proveniente das relações de trabalho, como se verifica pela composição do CCFGTS) continua a ser recurso para se investir no urbano, caracterizando a socialização capitalista da exploração da força de trabalho. Mesmo que as normas criadas em 1964/66 não tenham possibilidade de alteração no processo de produção e reprodução capitalista do espaço urbano, faltam debates consistentes sobre a questão. As interferências internacionais como a da FIFA para a Copa de 2014 mostram que a produção do espaço urbano deixou a esfera do local, do nacional para a esfera das interferências de corporações internacionais.

Apesar da criação do Ministério das Cidades e da proposição de políticas urbanas integradas o que se observa é que as mesmas continuam a serem políticas setoriais sem levar em conta o espaço e o território. A base territorial implicaria em compreender que para produzir habitação teria que ser em locais onde há infraestrutura ou realizar os projetos ao mesmo tempo. Porém cada município define o seu planejamento o que implica em complexidades ainda não debatidas em sua concretude. Para esta questão, as Conferências e o Conselho das cidades propõem um sistema de conselhos – municipais e estaduais para que as intervenções sejam debatidas com a sociedade, mas este é um longo processo e não tem sido facilmente aceito nem mesmo pelo Ministério das Cidades.

Os avanços importantes estão relacionados com a ampliação da participação social, por meio das conferências das cidades e dos conselhos da cidade em níveis nacional, estaduais e municipais. Falta, contudo, um debate consistente sobre o significado da participação neste processo. Há também entraves que precisam ser contornados ou removidos como o fato do Conselho Nacional das Cidades não ter caráter deliberativo. Além disso, para haver avanços é necessário que os movimentos populares urbanos não fiquem atrelados aos conselhos e que sua pauta de reivindicação vá além da que é definida pelos governos.

8. Referências bibliográficas

ADEODATO, Marise Tissyana. *A razão e os limites das políticas nacionais de desenvolvimento urbano – uma análise comparativa das proposições de 1975 e 2004*. Tese de doutorado, USP/FAU, 2010.

BASTOS, R. D. Caras cidades, cidades caras: pequena crítica da economia política da terra urbana no Brasil contemporâneo. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional*, 2011.

DIEESE. Nota Técnica –FGTS, no. 13, 2006. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec13FGTS.pdf>-em maio de 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. In: *Cadernos MCidades*, novembro de 2004.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. *II Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano*, Brasília, 1975.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Conceito e Definição de cidade. In: Ribeiro, Luiz C.de Q.; Santos Jr, Orlando A (orgs.). *As metrópoles e a questão Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

_____. Conselho das Cidades: Uma avaliação. In: *Revista Terra Livre*, no. 34 v. 1, 2010, p.223-220.

_____. O Projeto de Lei de Responsabilidade Territorial e a Atuação de Geógrafos Urbanos. In: *Revista Cidades – Brasil Urbano: desafios e agendas*, v. 12, 2010, p. 273-290.

ROYER, Luciana. *Financeirização da Política Habitacional – Limites e Perspectivas*. Tese de doutorado, FAU/USP, 2009.

SCHMIDT, Benício V. A Politização do Espaço Urbano no Brasil. In: *Espaço & Debates*, ano 2, n. 6, São Paulo, 1982, p.5-50.

9. Legislação citada

BRASIL – 1964. Presidência da República. Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964. Institui correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. DOU de 21 de agosto de 1964.

_____. 1966. Presidência da República – Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966. Cria Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, DOU de 14 de setembro de 1966.

_____. 1974. Presidência da República – Decreto Lei no 74.156 de 6.6.1974.

_____. 1988. Presidência da República Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, DOU, Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. 1990. Presidência da República - Lei nº 8.036 – de 11 de maio de 1990. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. DOU- 14/5/90.

_____. 2004. Decreto 5.031 de 2 de abril de 2004 – Dispõe sobre a composição, estruturação e competências e funcionamento do Conselho Nacional das Cidades e dá outras providências.

_____. 2005. Presidência da República- Lei no. 11.124 de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, Cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse social e Institui o Conselho Gestor do FNHIS.

_____. 2005. Presidência da República - Lei no 11.107 de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Brasília, DOU de 7.4.2005.

_____. 2007. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de

fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. DOU de 8.1.2007 e retificado no DOU de 11.1.2007.

_____. 2008. Lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Assegura as família de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social DOU de 26 de dezembro de 2008.

_____. 2009. Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- Resolução n. 593 de 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselho das Cidades Resolução Recomendada no. 87, de 8 de Dezembro de 2009. Recomenda ao Ministério das Cidades instituir a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. DOU de 25/05/1.0 seção 01, nº 98, p. 88.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei no. 98 de 2002. Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios para regulamentar o artigo 18 da Constituição Federal, Brasília, Senado Federal.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA REVITALIZAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO: Um Estudo do Projeto “Porto Maravilha”

Caroline Rodrigues da Silva*

Resumo: este artigo apresentará o processo de revitalização e revalorização do espaço urbano no Rio de Janeiro a partir do Projeto Porto Maravilha, visando demonstrar que os processos de revitalização urbana são parte de um projeto global de renovação do capital, promovido pelo Estado. Para tanto, faremos um breve resgate histórico da zona portuária, bem como uma exposição sobre as propostas do Porto Maravilha e seus significados à luz do materialismo histórico-dialético.

Palavras-Chave: acumulação de capital; cidade; revitalização urbana; Rio de Janeiro; Projeto Porto Maravilha.

THE POLITICAL DIMENSION OF RIO DE JANEIRO PORT REVITALIZATION: A STUDY OF “PORTO MARAVILHA” PROJECT.

Abstract: this paper will present the revitalization and revaluation process of the urban space in Rio de Janeiro through the project called Porto Maravilha, with the objective of demonstrating that the urban revitalization processes are part of the global capital renovation project, promoted by the State. To reach the objective, we will do a short historical of the harbor area and an exposition about the Porto Maravilha proposals and its meanings on respect of the historic-dialectical materialism.

Keywords: capital accumulation; city; urban revitalization; Rio de Janeiro; “Porto Maravilha” Project.

LA DIMENSION POLITIQUE DE LA REVITALISATION DU PORT DE RIO DE JANEIRO : ÉTUDE DE CAS DU PROJET « PORTO MARAVILHA »

* Estudante do curso de Mestrado em Serviço Social da UERJ. Uma primeira versão desse texto foi apresentada e publicada originalmente no *II Seminário Nacional Espaço e Economia: Políticas Territoriais, Intervenção do Estado e Práticas Sociais na Reestruturação do Espaço*, realizado pelo Núcleo de Pesquisas Espaço e Economia (NUPEE) na UERJ-FFP entre os dias 24 a 26 de outubro de 2011. E-mail: cora_rs@hotmail.com.

Résumé: cet article veut présenter le procès de revitalisation et de revalorisation de l'espace urbain à Rio de Janeiro à partir du projet « Porto Maravilha ». On va démontrer que les procès de revitalisation urbaine sont inscrits dans un projet global de renouvellement du capital privé patroné par l'État. Pour cela, on va récupérer l'histoire de la zone portuaire, ainsi qu'exposer les propositions du « Porto Maravilha » et leurs sens à la lumière du matérialisme historico-dialectique.

Mots-clés: l'accumulation du capital; ville; revitalisation urbaine; Rio de Janeiro; "Porto Maravilha".

1. Introdução

A crise do capital e a reestruturação produtiva que atingem os países centrais no início da década de 70 só se expressam no Brasil nas décadas de 80 e 90. Do ponto de vista econômico, essas décadas ficaram conhecidas como "décadas perdidas" e foram marcadas pelos impactos dos ajustes neoliberais. Num contexto de redução das taxas de lucro e de crise do capital, a expansão do mercado pela via da reconfiguração do espaço urbano passa a ser estratégica para o que o capital retome os elevados patamares de acumulação necessários à sua existência. Desde então ocorre um redirecionamento dos investimentos do Estado que, atendendo às determinações de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, direciona sua ação para a produção e apropriação do espaço urbano aos moldes dos países centrais. Condicionado pela lógica do capital, o desenvolvimento econômico de cidades de países periféricos como o Brasil torna-se necessário para garantir o circuito de valorização do capital. É nesse bojo que os processos de revitalização se fortalecem e se desenvolvem no Brasil.

A fim de compreender como o processo de reordenamento das cidades capitalistas tem se expressado no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, este artigo apresentará os determinantes históricos, sociais e políticos que criaram as condições específicas para a implementação do projeto de revitalização "Porto Maravilha". Não se trata de uma análise das intervenções previstas pelo projeto e de sua implicação na

vida cotidiana, mas sim uma análise da dimensão política do mesmo. O objetivo é demonstrar quais foram as estratégias utilizadas pelo Estado e pelo capital para que ele fosse implementado.

2. Características geográficas e históricas da área portuária do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro, por sua trajetória histórica como antiga capital do Império e da República, já foi o centro político e econômico do país. Teve momentos de grande expansão urbana e, até a década de 1950, era a maior cidade do Brasil. Entretanto, com o desenvolvimento da indústria de base e de bens de consumo, o Rio de Janeiro perdeu importância em relação à São Paulo, o que se agravou com a transferência da capital para Brasília em 1960.

De fato, a cidade do Rio de Janeiro sofreu, a partir da segunda metade do século XX, um forte processo de esvaziamento populacional de seu centro histórico e financeiro. No entanto, mesmo com os imensos esforços da elite brasileira e do mercado imobiliário para desvalorizar a área, o centro ainda destaca-se por ser dotado de ampla infraestrutura, bem servido de transporte e serviços. A zona portuária do Rio de Janeiro situa-se nessa área e é parte integrante deste processo de transformações urbanas, sociais e econômicas.

Como outras áreas portuárias do território brasileiro, o Porto do Rio de Janeiro sofreu fortes mudanças a partir da modernização técnica ocorrida no transporte marítimo. Os modernos e gigantescos navios de carga, o uso crescente dos contêineres, a preferência pelos terminais especializados, o aumento do calado das embarcações e as dificuldades de acomodar as novas logísticas portuárias às limitadas instalações foram fatores fundamentais para que a área se tornasse obsoleta e desvalorizada (DUARTE, 2005: 1).

A zona portuária do Rio de Janeiro é uma área historicamente popular. Berço do samba e da cultura carioca, essa área é marcada por morros, muitos deles ocupados por favelas, casarios antigos e pouco valorizados. Esteve por anos isolada do restante da cidade, relegada, principalmente, ao tráfego de caminhões e ônibus, caracterizada

como uma área de passagem. Destaca-se pela sua posição geográfica em relação aos centros de consumo, de serviços, de empregos e de decisões, bem como pela proximidade com o mar. É uma área com grande conjunto de fixos espaciais (terminais marítimos, metroviário, rodoviários e ferroviários, armazéns, etc.) que representam um vultoso estoque de capital imobilizado.

Ao analisar a participação deste capital na conformação do espaço urbano, Duarte afirma que:

O capital imobilizado na paisagem sob a forma de imóveis urbanos devolve, lenta e gradualmente, a seu proprietário, o capital que nele foi investido. Ele não pode ser demolido, pelo menos enquanto o capital investido não tiver sido recuperado, sob pena de resultar em prejuízo para o investidor (DUARTE, 2005:6)

Como parte da lógica capitalista, os processos de revitalização modelam novos espaços urbanos à custa da destruição dos espaços preexistentes, cujo capital investido na sua construção já foi recuperado. Na área portuária do Rio de Janeiro, o capital que foi investido há muitos anos já não garante a dinamicidade, a velocidade e a rotatividade necessária à acumulação capitalista. Nesse sentido, a revitalização tem sido um instrumento utilizado pelo capital para construir uma nova imagem urbana, em substituição à antiga percepção geral da área central e/ou portuária como decadente.

3. A revitalização: significado

Etimologicamente, a palavra “revitalização” significa “tornar a dar vitalidade”, “tornar a estrutura ou o lugar eficiente”.¹ Assim, revitalizar é uma ação que se dá sobre algo que já morreu ou está em vias de morte ou, ainda, o que já está ultrapassado ou não aceito por algum aspecto.

Embora essa definição seja bastante clara, ela não é capaz de esgotar as dimensões reais e em movimento que permeiam os processos de revitalização do espaço urbano.

¹ *Dicionário Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/>.

Nesse sentido, partiremos das análises teóricas já realizadas por alguns autores sobre esta problemática.

A respeito da revitalização de áreas da própria cidade, Del Rio afirma o seguinte:

Nas últimas décadas, metrópoles do mundo inteiro têm despertado para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, onde a nova fronteira é a própria cidade interior, ou seja, a concentração de investimentos e esforços para a ocupação dos vazios, a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços e a intensificação e mistura dos usos. Neste contexto, o papel da reutilização das áreas portuárias centrais e de suas frentes marítimas é fundamental (DEL RIO, 2001: 1).

Para o autor, que defende os processos de revitalização, a reutilização das áreas portuárias centrais e de suas frentes marítimas tende a gerar impactos positivos e crescentes sobre o seu entorno — o Centro — e a cidade como um todo, já que as intervenções pontuais maximizam os investimentos e garantem o sucesso nos campos econômico, cultural, habitacional, turístico, entre tantos outros que se complementam.

Com diferentes concepções, Ermínia Maricato e Ronaldo Duarte criticam o processo de revitalização e propõem novas formas de intervenções no espaço urbano. Para Maricato (MARICATO, 2008: 126), a revitalização é uma ação cirúrgica destinada a substituir edificações envelhecidas e desvalorizadas por edifícios novos e maiores, que trazem uma mudança na forma do uso do solo devido à instalação de novos serviços ligados aos setores dinâmicos da economia, expulsando os pequenos negócios de características tradicionais e a população moradora.

O grande capital imobiliário e os proprietários privados são os que defendem a renovação, pois ela viabiliza a valorização imobiliária. Por outro lado, o conceito de reabilitação ou requalificação pode ser atribuído a uma ação que preserva o ambiente construído existente e, dessa forma, também as formas de uso histórico-cultural da população moradora. Faz-se a reforma necessária na infraestrutura existente para adaptá-la às novas necessidades, sem descaracterizar o ambiente construído herdado. Os maiores interessados na reabilitação/requalificação são a população residente, além de profissionais e militantes ligados à história e à memória da cidade.

Em seu artigo “O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas”, (DUARTE, 2005), seu autor também trabalha com os conceitos de reabilitação, requalificação e renovação. Afirma que a *reabilitação* remete à visão de recuperação de uma área urbana para salvaguardar o restauro de edifícios e o tecido econômico e social, no sentido de tornar a área atrativa e dinâmica com boas condições de habitabilidade. *Requalificação* define as ações urbanas que promovem alterações numa área com o fim de conferir-lhe novas funções, diferentes daquelas pré-existentes. Já a *renovação* urbana é denominada como um processo de substituição das formas urbanas existentes por outras mais modernas. Pode ser pontual, fruto da iniciativa privada, ou ampla, promovida pelo Estado e, geralmente, apoiado pelo grande capital.

Há outros que trabalham com a temática da revitalização. Todavia, com base na elaboração dos dois autores mencionados, compreende-se que a escolha por renovar — leia-se revitalizar —, e não reabilitar ou requalificar, é uma decisão política e

“A busca por novos lugares em condições promissoras de rentabilidade e capazes de manter a lucratividade do capital determinam as ações de renovação, revitalização e modernização do espaço urbano”

estratégica implementada pelo Estado, pelas grandes corporações internacionais e pelo setor privado, que se articulam por meio do capital financeiro.

Portanto, os processos de revitalização de zonas portuárias constituem parte de um processo mais amplo de revitalização do capital. A busca por novos lugares em condições promissoras de rentabilidade e capazes de manter a lucratividade do capital determinam as ações de renovação,

revitalização e modernização do espaço urbano. As revitalizações são usadas pelas frações da burguesia no poder como estratégias para adequar a cidade às necessidades do capital. Nesse sentido, lemos em Santos que:

A valorização do espaço, disparada a partir do imprescindível papel das burocracias estatais, faz parte da linha de frente das estratégias do poder público para atrair investimentos internacionais, assim como, ao mesmo tempo, funcionam como núcleo duro capitalista em período de crise (SANTOS, 2008 :44).

Na cidade do Rio de Janeiro, o atual Projeto “Porto Maravilha” é considerado pela Prefeitura como a principal estratégia de revitalização e revalorização do espaço urbano central. No tópico a seguir, apresentaremos suas diretrizes centrais, ressaltando os principais mecanismos políticos utilizados para a sua aprovação, implementação e atual execução. Embora exista uma gama de intervenções urbanas previstas para a área portuária, cada qual com suas especificidades e conflitos, o que nos interessa aqui é a dimensão política que sustenta esse projeto e a forma como o capital tem se utilizado da esfera pública para viabilizar a valorização daquele solo urbano.

4. Dimensão política do “Porto Maravilha”

Partimos da premissa de que o Projeto “Porto Maravilha” não é apenas um projeto de revitalização da área portuária. A criação de um conjunto de leis em caráter de urgência no ano de 2009,² que modificavam o Plano Diretor de 1992, e a posterior aprovação da revisão deste Plano Diretor no início de 2011,³ conferiram respaldo legal e jurídico para a alteração da forma de apropriação não só da zona portuária, mas de todo o espaço urbano carioca.

² As leis mencionadas são as seguintes:

- Lei Complementar 101 de 23 de Novembro de 2009. Institui a Operação Urbana Consorciada, cria a Área de Especial Interesse Urbanístico do Porto (AEIU), possibilita a Outorga Onerosa do direito de construir e de alteração de uso de solo, regulamenta a utilização dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC's), expande os limites e parâmetros construtivos para a região (possibilitando a instalação de prédios de até 30 andares em alguns setores e até 50 andares em outros), e confere outras atribuições;
- Lei Complementar 102 de 23 de novembro de 2009. Cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro — CDURP — e aponta outras providências;
- Lei 5.128 de 16 de dezembro de 2009. Concede Benefícios Fiscais relacionados à Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio (sob a área administrada pela CDURP);
- Lei Complementar de 22 de dezembro de 2009. Institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (PROPAR-RIO), destinado a disciplinar e promover a realização de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Município, e dá outras providências.

³ De acordo com o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores devem ser revisados a cada dez anos. No entanto, com um considerável atraso de nove anos em relação à data prevista para a realização da revisão decenal do último Plano Diretor de 04/06/1992, em 01/02/2011 foi sancionado o *Novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro*.

No que se refere ao porto, esse conjunto de transformações jurídicas possibilitaram a criação de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) para a área,⁴ cuja abrangência é determinada pela Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) formada pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e parte dos bairros do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova, como mostra a marcação em amarelo na imagem abaixo.



Figura 1 – Área de Especial Interesse Urbanístico do Porto
Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

Por meio dessas transformações jurídicas também foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP), a quem cabe administrar a Operação Urbana Consorciada por um prazo de 30 anos.

A CDURP é uma empresa de economia mista, ou seja, parte de seu capital é público e parte privado, no entanto, goza de todos os direitos e prerrogativas do Poder Público no que tange à gestão dos serviços essenciais, tais como paisagismo, limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, iluminação pública e conservação de logradouros e de equipamentos urbanos e comunitários, dentre outros. Vale destacar que, por mais que o Poder Público Municipal tenha o controle acionário majoritário e a legitimidade para indicar os membros da diretoria dessa

⁴ A Operação Urbana Consorciada é um instrumento de planejamento urbano previsto pelo Estatuto da Cidade que busca, por meio da participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Companhia, sua lógica de atuação e seu desempenho são regidas pela lógica do mercado e expressa, nada mais, nada menos, que a privatização do espaço público.

Conforme Rose Compans (COMPANS, 1998: 79), o uso de parcerias público-privadas na implementação dos projetos de revitalização apresentam-se sob a justificativa de contribuir para solucionar, pelo menos, três grandes males que afetam a administração pública: a escassez de recursos para o financiamento da infraestrutura urbana e para novos investimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico local; a baixa capacidade de legitimação e coesão social das instituições representativas tradicionais; e a ineficiência das organizações burocráticas na representação dos serviços públicos. Sobre as parcerias público-privadas, David Harvey destaca que sua atuação na conformação do espaço urbano é uma característica do empreendedorismo urbano, ou seja, um gênero de administração que surgiu após a crise dos anos 70 que supervaloriza a ação local em detrimento do planejamento urbano e tem como objetivo principal articular as iniciativas locais com os interesses capital internacional e financeiro. Em suas palavras:

A atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois, na execução e no projeto é especulativa e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racional e planejado e coordenado. Em muitos casos isso significou que o setor público assumiu o risco e o setor privado ficou com os benefícios, ainda que haja exemplos onde isso não ocorreu, tornando arriscada qualquer generalização absoluta (HARVEY, 2005: 173).

No âmbito deste esquema, a criação da CDURP significa uma estratégia do capital para alcançar sua meta central: apropriar-se do espaço urbano e transformá-lo em uma mercadoria passível de ser comercializada via capital financeiro. Sob a justificativa de criar maior eficiência e dinamicidade na gestão da infraestrutura e dos serviços públicos, a CDURP materializa um tipo de administração do espaço urbano denominada por Harvey de “governança urbana” (HARVEY, 2005). Nela predominam, de um lado, investimentos públicos minimizando o risco do capital não alcançar seu objetivo maior, ou seja, a obtenção do lucro e, de outro, a parceria público-privada, que administrará os recursos obtidos.

No caso do “Porto Maravilha”, a prática da governança urbana torna-se evidente ao analisarmos as fontes de financiamento que sustentam suas obras. Considerando que o projeto foi dividido em duas fases, o orçamento da primeira fase foi estimado inicialmente em duzentos milhões mas, no decorrer do projeto, este valor passou para trezentos e setenta e quatro milhões. Segundo a Prefeitura, esta verba foi financiada com recursos próprios e pelo Ministério do Turismo. O financiamento da segunda fase deveria ficar a cargo da iniciativa privada.

Contudo, sabe-se que a partir de uma ação do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),⁵ em junho de 2010, aprovou-se a liberação de 3,5 dos 6 milhões disponíveis da carteira de habitação para serem utilizados no “Porto Maravilha”. Não obstante, em 13 de julho de 2011 a Caixa Econômica Federal comprou pelo Fundo de Investimento Imobiliário todos os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC’s)⁶ pelo valor de 545 reais cada unidade, somando um total de 7,6 bilhões de reais.⁷ Vale salientar que o uso de CEPAC’s é uma tentativa de captar os recursos necessários ao empreendimento junto à iniciativa privada. Trata-se de valores mobiliários emitidos pela Prefeitura por meio da Comissão de Valores Mobiliários, que possibilitam a construção acima do estabelecido pela legislação como índice de aproveitamento básico do solo ou nos parâmetros de um terreno ou projeto.

⁵ Segundo a reportagem “Projeto Porto Maravilha deve receber investimento de R\$ 3,5 bilhões do FGTS”, publicada pelo jornal *O Globo*, em 30 de junho de 2010, essa decisão do Conselho Curador do FGTS modifica a forma como o fundo pode ser aplicado, pois, até esta decisão, ele deveria ser exclusivamente aplicado em habitação, saneamento, infraestrutura ou transporte e não em Operações Urbanas Consorciadas como é o caso do “Porto Maravilha”, onde todos esses segmentos estão integrados de uma só vez.

⁶ A primeira experiência do uso de CEPAC’s foi em São Paulo, nas Operações Urbanas da Faria Lima e da Água Espreiada. A área transformou-se no símbolo da São Paulo globalizada, enquanto as periferias esquecidas pelos investimentos públicos continuaram crescendo aceleradamente. Nenhuma contrapartida foi oferecida à sociedade: na Faria Lima não há notícias das promessas de habitações de interesse social ou do terminal de ônibus. Apenas foi feita uma ciclovía ligando o nada a lugar nenhum. Nem sequer do ponto de vista da qualidade do espaço urbano público houve melhorias: ostensivas cercas continuam dividindo o espaço privado das calçadas estreitas em que se apertam ambulantes, pedestres e pontos de ônibus (FERREIRA & FIX, 2001).

⁷ A proposta inicial dos CEPAC’S era de serem vendidos no mercado financeiro, para qualquer indivíduo interessado, pelo valor mínimo de quatrocentos reais por cada unidade. Embora o único comprador habilitado tenha sido o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, cada CEPAC’S ainda foi vendido por valor superior aos quatrocentos reais iniciais, contrariando, a rigor, a própria lei da oferta e da procura.

Como se pode observar, a instituição dos CEPAC'S no Rio de Janeiro é outro mecanismo do Estado que visa criar condições para a acumulação do capital, uma vez que há uma enorme área submetida a esse novo padrão de construção. A área total prevista para revitalização é de 5 milhões de metros quadrados. Desse total, 4 milhões tiveram seu potencial de construção modificado. Esse imenso terreno que possuem CEPAC'S evidencia o interesse do mercado na área portuária. Segundo Ferreira e Fix, não é qualquer área que possui CEPAC's, pois o mercado só se interessa por espaços nas quais vislumbre certa valorização que justifique a compra do potencial construtivo adicional. Essa é a lógica das operações urbanas: fazer a iniciativa privada financiar a recuperação do própria local da operação, vendendo-lhe o direito adicional de construção. Entretanto, antes que o setor privado invista capital, a infraestrutura da área já deve ter sido recuperada pelo Estado — como demonstra a primeira fase do projeto —, bem como este Estado, no caso do “Porto Maravilha”, também é o responsável pela compra e valorização dos CEPAC'S.

De acordo com os autores acima mencionados:

Discursos como o dos CEPAC's vestem um disfarce ideológico que lhes confere uma aura de modernidade com fins supostamente sociais, e são utilizados para transformar um instrumento jurídico controverso – contestado pelos efeitos desfavoráveis que deve gerar à maior parte da população, beneficiando os poucos de sempre –, em uma solução tentadora de arrecadação em tempos de crise fiscal (FERREIRA & FIX, 2001).

Em relação à arrecadação obtida com a venda desses títulos, cabe salientar que o poder público obrigatoriamente tem que direcioná-lo, integralmente, para a própria área da operação urbana, isto é, uma área que será sempre de interesse de mercado.

Referindo-se a essa obrigatoriedade, Eduardo Paes afirmou:

A Prefeitura vende o poder de construir, dando ao comprador a certeza de que os recursos, frutos dessa venda, serão obrigatoriamente aplicados naquela região. É um título que permite ao empresário que vai construir ocupar mais a área do seu terreno, fazendo um gabarito maior, uma taxa de ocupação maior. E o dinheiro com o qual ele está comprando isso obrigatoriamente será investido na área onde

ele vai instalar sua empresa. Se eu tivesse que aplicar em alguma coisa, compraria essas ações quando fossem lançadas, pois essa área será valorizada novamente.⁸

Deste modo, os CEPAC's contribuem para viabilizar a fragmentação da cidade e a segmentação do espaço urbano por intermédio da setorialização dos investimentos, na medida em que há uma impossibilidade de transferência da arrecadação obtida pelos CEPAC's para outros locais da cidade que apresentem maiores demandas. Há que se evidenciar que, mesmo que os rendimentos do CEPAC's sejam empregados na zona portuária, dificilmente beneficiarão a população que ali já reside, uma vez que o objetivo dos investidores é aumentar o valor do solo urbano.

Uma outra crítica aos CEPAC's refere-se à sua natureza financeira. Como qualquer título financeiro, pode variar e gerar um novo tipo de especulação imobiliária que chamada de especulação "financeirizada" (cf. FERREIRA E FIX, 2001). A partir do momento em que o CEPAC é vendido a um proprietário individual, toda a valorização que obtiver devido à especulação imobiliária não beneficiará mais ao Estado e sim ao seu proprietário. Para Ferreira e Fix, o CEPAC institucionaliza a especulação imobiliária como o principal elemento motivador da reforma urbana, isto é, a organização e o planejamento urbano do Poder Público passam a se subordinar aos interesses do mercado. Deste modo, os CEPAC's contribuem para a concentração de investimentos em espaços determinados pelas frações da burguesia no poder que, não por acaso, são as que primeiro se apropriam dos benefícios que este tipo de intervenção promove.

Sobre a parceria entre o capital financeiro e o capital imobiliário na conformação do espaço urbano, Botelho assevera que há um favorecimento da lógica da acumulação

“a revitalização é um instrumento necessário para a incorporação das cidades à nova ordem econômica internacional, que requer uma cidade produtiva, competitiva e consumidora.”

⁸ Discurso de Eduardo Paes na criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP), em 06/01/2010.

do capital na medida em que se transforma um título de propriedade, que é fixa, em uma ação negociável no mercado financeiro. Examinando este processo, ele sustenta:

O capital “imobiliza-se no imobiliário”, o ambiente construído e o solo, de bens imóveis passam a ser “bens móveis”, que circulam através dos títulos de propriedade que a cada momento podem ser transformados em dinheiro (BOTELHO, 2007: 18).

Em outras palavras, o capital financeiro possibilita que o capital investido no imóvel circule e se mova, criando dinamismo na acumulação.

Considerando que o processo de revitalização requalificará a zona portuária do Rio de Janeiro por meio de estratégias do capital para mudar a percepção, o uso, e a ocupação dos habitantes da cidade quanto ao seu espaço central, o Projeto “Porto Maravilha” prepara o caminho para a revalorização desses espaços para fins diferentes dos que eles possuem atualmente. Para Duarte, esse processo (DUARTE, 2005) pode resultar ainda num outro efeito, conhecido como gentrificação (*gentrification*).⁹ Para o autor, trata-se, de forma muito resumida e simplificada, do retorno da população de alto *status* à área central metropolitana enquanto local de moradia. Na mesma linha de Duarte, estudiosos como Botelho entendem a gentrificação como o processo de “aburguesamento” de uma área (BOTELHO, 2007: 20).

Analisar o processo de revitalização do Porto do Rio de Janeiro tendo em vista uma possível gentrificação parece ter sentido desde que se considere que o “aburguesamento” não significa, necessariamente, a vinda da classe dominante para a área somente para moradia. A implementação de infraestrutura prevista pelo Projeto “Porto Maravilha”, o incentivo aos grandes empreendimentos internacionais e a construção de um conjunto de aparatos comerciais e culturais voltados para o turismo aumentam a possibilidade de aproveitamento desse espaço por empresários de diversos setores.

⁹ O termo *gentrificação* foi cunhado pela primeira vez pela socióloga inglesa Ruth Glass a partir de seus estudos sobre Londres em 1964. A autora usou o vocábulo para denominar o processo de expulsão da população de baixa renda de certos bairros centrais da cidade, sua substituição por moradores de classe média e a renovação das moradias, transformando completamente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos (DUARTE, 2005: 6).

Fazendo uma analogia, os processos de revitalização podem ser comparados a uma nova política de higienização de Pereira Passos.¹⁰ Segundo as frações da burguesia no poder que defendem a revitalização, ela é um instrumento necessário para a incorporação das cidades à nova ordem econômica internacional, que requer uma cidade produtiva, competitiva e consumidora. Esse é o caso do “Porto Maravilha”, que projeta, mas não de maneira explícita, a expulsão dos moradores vinculados aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora. Tanto que as intervenções de cunho social só se tornaram públicas neste ano por meio do Projeto Porto Cultural e Projeto Porto Cidadão. Sem entrar na discussão dos mesmos, cabe ressaltar que, embora as intervenções sociais sejam obrigatórias em Operações Urbanas Consorciadas, elas expressam, sobretudo, a falta de um planejamento que considere a área portuária enquanto um local vivo, dotado de memória e história.

5. Considerações finais

É preciso reconhecer que o Projeto “Porto Maravilha” significou uma estratégia política encontrada pelo Estado para viabilizar a especulação imobiliária, a atração de novos capitais e a manutenção do lucro dos grandes investidores internacionais. Portanto, o atual reordenamento da cidade do Rio de Janeiro orienta-se para o atendimento dos interesses da fração hegemônica no poder, ainda que seu desenrolar não esteja ocorrendo sem objeção e resistência por parte dos segmentos sociais que têm tido suas condições de vida prejudicadas pelas mudanças em curso.

Deste modo, desde o início do ano de 2010 tem sido edificado um projeto coletivo, denominado Fórum Comunitário do Porto, para fazer frente a esse modelo de cidade fragmentada e socialmente desigual que tem o “Porto Maravilha” como

¹⁰ Entre 1902 e 1906, na administração de Francisco Pereira Passos, então prefeito da capital brasileira, ocorreu o chamado bota-abixo. Operado por meio de um conjunto de medidas de remodelação e “embelezamento” da cidade, buscou-se adequar as matrizes estéticas da cidade às de Paris de Haussmann. Seu principal objetivo era fazer uma “cirurgia” em toda a cidade, a fim de higienizá-la, acabando com a epidemia de febre amarela e, ao mesmo tempo, traçar um novo alinhamento das praças, ruas e casas, em diversos bairros da cidade, para facilitar a circulação de mercadorias e de pessoas e embelezamento da cidade (BENCHIMOL, 1990).

potencializador.¹¹ Além do questionamento à revitalização, este Fórum trabalha com as questões sociais advindas de outros dois projetos que atualmente também promovem transformações urbanas na área — o Projeto Porto Olímpico e o Projeto de Urbanização Morar Carioca, no Morro da Providência.

O Fórum Comunitário do Porto foi formado por iniciativa de alguns moradores e hoje conta com um conjunto de representantes das associações da zona portuária, dos movimentos sociais, do mundo acadêmico e de dois mandatos parlamentares da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.¹² Reúne-se semanalmente para debater as implicações sociais, econômicas e culturais que esses projetos urbanos trazem para a população moradora, para as ocupações da área, para o patrimônio cultural e para a tradicional história daquele local. O objetivo é garantir o direito à cidade, à moradia, à cultura e à memória do local, principalmente por meio da manutenção da identificação com o local. Para tanto, articula-se com os diversos segmentos sociais do espaço, as instituições e os grupos que já desenvolvem atividades culturais, lutando pelos direitos humanos e pelo direito à moradia e assessorando juridicamente os moradores. A mobilização coletiva é a alternativa para que os movimentos populares façam frente ao processo de revitalização proposto pelo poder hegemônico.

6. Referências bibliográficas

AULETE. *Dicionário Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/>.

BOTELHO. Adriano. “A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de barcelona e seu fórum das culturas de 2004”. In: *Geosp - espaço e tempo*, nº 16, p. 111 - 124, 2004.

_____. “A cidade como um negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo”. In: *Cadernos da Metrópole*, n. 18, p 15-38, 2º sem., 2007.

¹¹ Mais informações sobre o Fórum Comunitário do Porto podem ser obtidas em: <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>.

_____. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1990.

DEL RIO, Vicente. “Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos”. In: *Arquitextos* (Online), ano 02, agosto, 2001.

DUARTE, Ronaldo Goulart. “O Processo de Reabilitação e Renovação Urbana na Cidade do Rio De Janeiro e suas Perspectivas”. *Revista electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*, vol. IX, núm. 194 (44), 2005.

FERREIRA, João Sette Whitaker, FIX, Mariana. “A urbanização e o falso milagre do CEPAC”. In: *Folha de S. Paulo*, Tendências e Debates, terça, 17 de abril, 2001.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, p. 163-190, 2005.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, César Ricardo Simoni. “Da urbanização do território ao urbanismo da requalificação dos espaços centrais: a reprodução do espaço urbano como fronteira interna da expansão capitalista”. *Geosp – espaço e tempo*, USP, n. 24, p. 28-49, 2008.

OS “LIMITES DO CRESCIMENTO” 40 ANOS DEPOIS: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”

Leandro Dias de Oliveira*

Resumo: quarenta anos após a sua publicação, “*Limites do Crescimento*” permanece como uma obra fundamental no debate ecológico-econômico contemporâneo, e que em tempos de “Rio + 20”, “desenvolvimento sustentável” e “economia verde” merece uma criteriosa análise sobre os impactos, limites e legado de suas proposições.

Palavras-Chave: *Limites do Crescimento*; Relatório Meadows; crescimento zero; Clube de Roma; desenvolvimento sustentável.

“THE LIMITS TO GROWTH” FORTY YEARS LATER: FROM “PROPHECIES OF ENVIRONMENTAL ARMAGEDDON” TO “ECOLOGICALLY SUSTAINABLE COMMON FUTURE”

Abstract: forty years after its publication, “The Limits to Growth” remains a fundamental work in contemporary ecological and economic debate, and that in times of “Rio + 20”, “sustainable development” and “green economy” deserves a careful analysis of its impacts, limits and legacy of its propositions.

Keywords: *The Limits to Growth*; Meadows Report; zero growth; Club of Rome; sustainable development.

“LOS LÍMITES DEL CRECIMIENTO” 40 AÑOS DESPUÉS: DE LAS “PROFECÍAS DEL APOCALIPSIS AMBIENTAL” PARA “FUTURO COMÚN ECOLÓGICAMENTE SOSTENIBLE”

Resumen: cuarenta años después de su publicación, “*Los Límites del Crescimiento*” sigue siendo un trabajo seminal en debate ecológico-económico contemporáneo, y que en tiempos de “Río + 20”, “desarrollo sostenible” y “economía verde” merece un análisis cuidadoso sobre sus impactos, límites y legado de sus proposiciones.

* Doutor em Geografia – UNICAMP. Professor Adjunto do Depto. de Geociências da UFRRJ, *campus Seropédica*. Líder do Grupo de Pesquisa REC-LAGEPPE [Reestruturação Espacial Contemporânea - Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas]. E-mail: leandrodias@ufrrj.br.

Palabras clave: *Los Límites del Crecimiento*; Meadows Informe; crecimiento cero; Club de Roma; desarrollo sostenible.

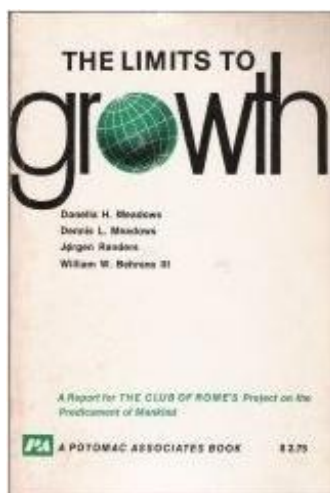


Figura 1 - capa da primeira edição de “*Limites do Crescimento*” (MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William. *The Limits to Growth*. New York, Universe Books, 1972)¹. A versão brasileira foi publicada em 1973 pela Editora Perspectiva.

1. Introdução

Ao percorrermos a história recente do ambientalismo, logo notaremos que não são poucas as obras que produziram grande impulso nos debates internacionais sobre a temática. Além de *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, podemos destacar que trabalhos como “*This Endangered Planet*”² (1971), de Richard Falk³ e “*Blueprint for Survival*”⁴ (publicado em janeiro de 1972 pela revista inglesa *The Ecologist*), e ainda os ensaios e livros de Garrett Hardin⁵, como “*Exploring New Ethics for Survival*”⁶ (1962) e “*The Tragedy of Commons*” (1968)⁷ (LAGO, 2007: 28-30), foram obras importantíssimas para a consolidação da problemática ambiental em escala global.

¹ Imagem disponível em: <http://projectawake.wordpress.com/2010/12/30/the-grotesque-overpopulation-lie-legalized-murder-of-billions/cover-first-edition-limits-to-growth/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2011.

² “*Este Planeta em Perigo*” (livre tradução do autor).

³ O norte-americano Richard Falk é atualmente professor emérito de direito internacional da Universidade de Princeton.

⁴ “*Projeto para a Sobrevivência*” (livre tradução do autor) foi publicado inicialmente em uma edição especial da revista *The Ecologist* no mês de janeiro de 1972, mas posteriormente foi lançado como livro e vendeu mais de 750.000 cópias. Entre os mais de trinta autores, encontramos Julian Huxley, membro da Sociedade Eugênica Norte-Americana, e Peter Scott, um dos fundadores da WWF.

⁵ Também norte-americano, Garret Hardin, zoólogo e doutor em biologia, foi professor de Ecologia Humana da Universidade da Califórnia em Santa Barbara.

⁶ “*Explorando a nova ética para a sobrevivência*” (livre tradução do autor).

⁷ “*A Tragédia dos Comuns*” (livre tradução do autor). A *tragédia dos comuns* é um tipo de armadilha social que envolve um conflito entre interesses individuais e coletivos no uso de recursos finitos, que

Contudo, o trabalho intitulado *“The Limits to Growth”* (1972) [*Limites do Crescimento*, na tradução brasileira de 1973] teve especial importância para a problemática ambiental, principalmente pela imensa divulgação internacional que acabou por colocar a questão ambiental na agenda política mundial (OLIVEIRA, 2006: 43), mas também por trazer *“para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico sempre deixaram à sombra”* (FURTADO, 1998: 09). A proposta central de *“Limites do Crescimento”* era parar o crescimento (RATTNER, 1979: 191) econômico e populacional. Neste item, o *“Limites do Crescimento”* apresenta tom pessimista (*Id.*: 177; TIETENBERG, 2000), assim como a primeira edição (1798) do *“Ensaio sobre o Princípio da População”*, de Thomas Robert Malthus (DROUIN, 2008: 59). Desta forma, *“Limites do Crescimento”* se enquadra no conjunto de obras as quais John McCormick (1992) se refere como escritas por *“Profetas do Apocalipse”* (ou ainda, *“Novos Jeremias”*), pelo tom catastrofista dos apontamentos e conclusões dos autores.

2. Os *“Profetas do Apocalipse”* Ambiental

John McCormick (1992) relaciona como *“Profetas do Apocalipse”*: Paul Erlich, de Stanford, Barry Commoner, de Washington (St. Louis), La Mont Cole, de Cornell, Eugene Odum, da Geórgia, Kenneth Watt, da Universidade da Califórnia em Davis, e Garret Hardin, da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (este último citado anteriormente pela autoria de *“Exploring New Ethics for Survival”* e *“The Tragedy of Commons”*). Em comum entre todos os trabalhos destes autores – os *“estudos sobre o futuro global”*, segundo Jennifer A. Elliott (2006) –, podemos destacar que existe uma mensagem: *há limites claros para o crescimento econômico*, baseado em três questões centrais: poluição, crescimento populacional e tecnologia. Podemos especificar como exemplos máximos desta perspectiva os escritos de dois biólogos, Paul Erlich e Barry Commoner, cujas obras se relacionam profundamente com *“Limites do Crescimento”*.

devido ao livre acesso, termina por condenar o equilíbrio dos recursos disponíveis. Trata-se de um trabalho de cunho neomalthusiano, que, segundo palavras do próprio autor, refuta a mão invisível no controle da população e prevê como inevitabilidade do destino a tragédia do fim dos recursos naturais, caso não ocorra um cerceamento às liberdades de produção econômica e reprodução humana.

Segundo John McCormick (1992), o que há em comum entre os dois autores é o olhar voltado para a realidade dos países desenvolvidos.

Paul Erlich escreveu *"The Population Bomb"*, publicado em 1968 pelo *Sierra Club*, a organização preservacionista fundada por John Muir. Tratou-se de um best-seller⁸ que indicava com profunda urgência a necessidade de controlar o crescimento populacional, sob a pena de centenas de milhões de pessoas enfrentarem a fome nas décadas de 70 e 80, uma vez que os limites de produção de alimentos já haviam sido alcançados e as tentativas de aumentar a produção deteriorariam ambientalmente a Terra. Erlich indicava como caminho a mudança das atitudes humanas através da adoção dos auspícios do controle de natalidade, para que fosse possível evitar guerras, epidemias e o próprio fim da espécie humana na Terra (McCORMICK, 1992: 82). O livro, como já indicava o sugestivo nome *"A Bomba Populacional"*, possui marcante influência neomalthusiana (PALMER, 2006: 253), que era uma referência comum após o aumento das taxas de crescimento populacional do pós-guerra. Erlich discute as imbricações entre crescimento populacional e agricultura intensiva, as altas taxas de uso de minerais e energia, e também o uso de contaminantes ambientais. Os defensores do neomalthusianismo "vestiam" em Malthus, a partir deste trabalho, uma indumentária "verde": se no malthusianismo clássico a população humana, em crescimento por progressão geométrica, poderia se autodestruir pela luta cotidiana por alimentos em crescimento por progressão aritmética, agora sob a ótica do *"neomalthusianismo verde"* o problema não seria somente o estrangulamento da produção de alimentos, mas também os limites ambientais para o crescimento da sua produção, e também pela própria multiplicação das necessidades cotidianas que implicariam em maior esgotamento da natureza (RODRIGUES, 2007). Podemos asseverar que *"Limites do Crescimento"*, publicado posteriormente a *"The Population Bomb"*, também elegeu como causa dos problemas ambientais a pressão exercida pelo elevado crescimento populacional mundial sobre os recursos naturais (LEMOS, 1991; RATTNER, 1979).

⁸ Segundo John McCormick (1992), o livro de Paul Erlich, *The Population Bomb*, vendeu mais de três milhões de cópias somente na década de 70, se tornando um dos livros mais vendidos sobre meio ambiente de todos os tempos.

Já Barry Commoner⁹, que escreveu *“The Closing Circle”*¹⁰, em 1971, afirmava que o grande problema ambiental da humanidade era o advento de uma “tecnologia defeituosa”, resultando em crescimento do uso de sintéticos, produtos descartáveis, pesticidas e detergentes. Uma vez que a poluição era o grande inimigo (juntamente com a exaustão dos recursos minerais), seu controle seria o principal desafio (McCORMICK, 1992: 83), independentemente das formas de inibição de crescimento populacional. Estes princípios são hoje adotados através da defesa do uso de MDLs (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo)¹¹, e consequente utilização de instrumentos de despoluição e filtragem de contaminantes do ar, água e solo, bem como no processo de recuperação de áreas degradadas.

Os *“Profetas do Apocalipse”*, como salienta McCormick (1992), não somente ressuscitaram o conceito de “superpopulação”, mas também a proposição de “limites do crescimento exponencial”, que se consolidava como raiz da crise ambiental. *“Limites do Crescimento”* exigia, por exemplo, uma redução de 75 % do consumo atual de certas matérias-primas, e o controle do crescimento demográfico ao nível zero, para evitar o colapso (RATTNER, 1979: 172), uma postura adequada aos países centrais (ROGGERO, 1976: 65) que já completavam o processo de transição demográfica.¹² A ideia-chave do documento, sintetizada sob o estigma de *“crescimento zero”*, era dificilmente aceitável tanto do ponto de vista econômico quanto do político, principalmente em curto prazo (LAGO, 2007: 28).

⁹ Barry Commoner, além de professor universitário, enveredou pela política, candidatando-se às eleições para Presidente dos Estados Unidos da América nas eleições de 1980 pelo *Citizens Party*.

¹⁰ *“Fechando o Círculo”* (livre tradução do autor).

¹¹ Os MDLs são mecanismos utilizados para a redução de emissões de gases poluentes, cujo intento é mitigar o Efeito Estufa e o Aquecimento Global. A proposta de utilização de MDLs advém do Protocolo de Quioto, um compromisso internacional articulado pela ONU para o combate ao Aquecimento Global.

¹² Observamos a utilização da retórica neomalthusiana em várias das conclusões do *“Limites do Crescimento”*, como é possível notar no seguinte excerto: *“(...) Mesmo se a escolha da mais alta prioridade fosse sempre a de produzir alimentos, um crescimento continuado da população, e a lei do aumento dos custos, poderiam levar rapidamente o sistema ao ponto que todos os recursos disponíveis seriam postos a serviço da produção de alimentos, não deixando possibilidade para expansão”* (MEADOWS et. al., 1973:51)

3. Clube de Roma e o “Crescimento Zero”

“*Limites do Crescimento*” (*The Limits to Growth*) corresponde a um relatório realizado pelo MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets), com a liderança de Dennis Meadows e sob encomenda do Clube de Roma. Tratava-se, segundo John McCormick (1992), de um resumo não-técnico das descobertas do MIT, e sua publicação pretendeu realmente chocar as pessoas a ponto de fazê-las abandonar a complacência em relação à questão ambiental.

O Clube de Roma foi uma organização fundada pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurelio Peccei, em cerimônia na propriedade da família Rockefeller em Bellagio, Itália. Aurélio Peccei era um consultor administrativo italiano (foi executivo da FIAT e da Olivetti¹³) que esboçou suas ideias ambientalistas na obra “*The Chasm Ahead*”, publicado em 1969 (“O Abismo à Frente”, *tradução livre nossa*). Peccei reuniu em 1968 um grupo informal de trinta economistas, cientistas, educadores e industriais num encontro em Roma, mas já em 1970 este clube possuía 75 membros de 25 países¹⁴, com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental.

A proposta do Clube de Roma era repensar a conjuntura mundial a partir da ótica industrial dominante, já que os seus integrantes eram, em grande parte, importantes líderes empresariais. Seus trabalhos sempre contaram com o financiamento da Fundação Volkswagen, da FIAT, da Fundação Ford, da Royal Dutch Shell, da Fundação Rockefeller etc. (REBÊLO Jr., 2002). Entre os seus integrantes figurava Maurice Strong, um homem de negócios canadense e milionário *self-made*, com inúmeros empreendimentos (como a Petro-Canadá) (McCORMICK, 1992), que mais tarde seria secretário geral da ONU em assuntos sobre Meio Ambiente, inclusive nas Conferências

¹³ Aurelio Peccei foi o encarregado de reiniciar as operações da FIAT na América Latina, no final da Segunda Grande Guerra, o que o levou a viver com sua família por quase uma década na Argentina (MASINI, 2004).

¹⁴ O Clube de Roma (www.clubofrome.org) permanece como grupo de debates diversos, incluindo a problemática ambiental e desenvolvimento sustentável. Entre os membros efetivos, destacam-se personalidades como Mikhail Gorbachev, último presidente da extinta União Soviética, o rei Juan Carlos I, da Espanha, e Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, além de, especificamente, Jay W. Forrester, engenheiro de computação que foi precursor do modelo da Dinâmica de Sistemas, que fundamentaria a obra “*Limites do Crescimento*”.

das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Estocolmo – 1972 e do Rio de Janeiro – 1992 (PENNA, 2002: 99), e grande interlocutor do *desenvolvimento sustentável* enquanto novo padrão de ação global.

Este clube encomendou ao MIT um estudo, alicerçado em modelos informáticos (com base nos *World 1, 2 e 3*, baseados no método da dinâmica de sistemas de Forrester), sobre as tendências ambientais do mundo. Segundo McCormick (1992), os estudos do MIT, sob encomenda do Clube de Roma, apontavam três conclusões principais: [1] se a tendência do crescimento da população (e, por conseguinte, da poluição, industrialização, produção de alimentos e exaustão de “recursos” naturais) se mantivesse, os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos; [2] era possível alterar esta tendência através de uma possibilidade *sustentável* de estabilização econômico-ecológica; e [3] as pessoas deveriam o mais rapidamente possível adotar como meta a perspectiva de estabilização, para lograr sucesso nesta empreitada.

O caráter catastrófico, que indicava a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões de um futuro sombrio, ressaltava a importância da *contenção do crescimento* e proclamava a adoção da política do “crescimento zero” para todos os países. Estas conclusões, calcadas sob a análise da relação centro-periferia, “condenaria a maioria dos países da Terra a situações de permanente *subdesenvolvimento*” (LEMOS, 1991: 4), indicando como anátemas o crescimento econômico e da população mundial.

“*Limites do Crescimento*”, ou simplesmente *Relatório Meadows*, gerou controvérsias profundas¹⁵. McCormick (1992) destaca que a crítica mais severa ao relatório advém de uma pesquisa realizada por ensaístas vinculados à Unidade de Pesquisa de Ciência Política da Universidade de Sussex, na Grã-Bretanha, que afirmava que o maior erro do relatório consistia no “fetichismo do computador”, com consequente fraqueza da metodologia, do valor técnico do modelo e na própria filiação teórica dos seus

¹⁵ André Aranha Corrêa do Lago (2007) assevera que as teorias do Clube de Roma, que envolvem a defesa do meio ambiente pela elite empresarial, podem ser vistas sob a ótica *ecofacista*, em um planejamento austero que envolveria sacrifícios em um quadro deveras reacionário de controle da população. O autor lembra que Ernst Haeckel, o biólogo que cunhou o termo “ecologia”, acreditava na superioridade da raça nórdica, e ainda que o nazismo alemão também adotou pressupostos ambientais, como a preservação severa da flora, fauna e monumentos naturais no território alemão.

criadores. “*Limites do Crescimento*” se tratava de uma redescoberta das leis da natureza por computador, a fim de provar a falácia do desenvolvimento industrial (RATTNER, 1979: 189). Sem condenar o estudo, é possível apontar três aspectos fundamentais de crítica por parte dos ingleses: [1] os limites do crescimento são mais políticos e sociais que econômicos; [2] subestimou-se o progresso técnico; e [3] havia um limite na abordagem da dinâmica de sistemas.

O próprio “crescimento zero” é um raciocínio demasiado simplista (PERROUX, 1981: 62), e se tratou de uma proposta que só teria sentido para os países ricos (SINGER, 1992: 155) como manutenção da pressão centro-periferia. Uma vez que os países industrializados evoluem por sucessivas reestruturações produtivas (PERROUX, *op. cit.*: 63), o desenvolvimento não é compatível com o crescimento zero salvo distorções e incertezas. Segundo François Perroux (1981: 64), se o crescimento sem desenvolvimento é um fenômeno observável, o desenvolvimento sem crescimento permaneceria uma hipótese gratuita. Desta maneira, é possível concluir que a própria proposta de “crescimento zero” se tratava de uma farsa, uma vez que contraria os próprios fundamentos do capitalismo. O “crescimento zero”, sob o viés político-econômico, significava um embrutecimento na relação Norte-Sul, com um esmagamento das supostas pretensões de desenvolvimento dos países periféricos.

Segundo Celso Furtado (1998: 11), “*a importância do estudo feito para o Clube de Roma deriva exatamente do fato de que nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais*”. Este autor lembra não haver neste estudo “*qualquer preocupação com o respeito à crescente dependência dos países altamente industrializados vis-à-vis dos recursos naturais dos demais países*”, e tampouco “*com as conseqüências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos*” (*Id., Ibid.*). Assim, Celso Furtado (1998: 11), mostra que:

A novidade está em que o sistema pôde ser fechado em escala planetária, numa primeira aproximação, no que se refere aos recursos não-renováveis. Uma vez fechado o sistema, os autores do estudo formularam-se a seguinte questão: que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não

renováveis e a poluição do meio ambiente seria de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso.

Para Celso Furtado, o espraiamento do modo de vida das populações dos países mais ricos aos países mais pobres é insustentável, de maneira que o modelo de desenvolvimento dominante a ser copiado pelas nações periféricas colocaria em risco a própria existência humana na Terra. A solução propugnada no *“Limites do Crescimento”* não implicava, evidentemente, em distribuir a riqueza já produzida mundialmente, mas congelar o crescimento para que as nações periféricas não atingissem o mesmo grau de desenvolvimento dos países mais ricos, e, por conseguinte, aumentasse a pressão sobre os “recursos” da natureza.

O impacto deste estudo é um ponto fundamental para que se entenda a importância de suas conclusões. É Porto-Gonçalves (1985: 37), preocupado em mostrar inicialmente a filiação do *“Limites do Crescimento”* ao *Positivismo Lógico*, quem destaca o fato de uma instituição como o MIT e de seus pesquisadores se interessarem pela problemática ecológica relegada até então a protestos da juventude transviada¹⁶. O universo alcançado por estas conclusões do *Limites do Crescimento* mostra a preocupação do poder hegemônico com os caminhos da exploração da natureza e os movimentos populares resultantes disso. À revelia da proposta de “crescimento zero”, as soluções não deveriam ter alterações profundas no modelo produtivo vigente.

A obra *“Limites do Crescimento”*, âncora da Conferência de Estocolmo (BRAUN, 2005), é um estudo de importância peculiar na questão ambiental devido principalmente: [1] ao pioneirismo no que se refere à questão do *meio ambiente x desenvolvimento econômico* no debate geopolítico contemporâneo; [2] à consolidação, no âmbito acadêmico-universitário, da questão ambiental, uma vez que se multiplicou o número de trabalhos envolvendo a temática; e ainda [3] à sua dimensão global de divulgação, com grande diáspora de ideias, pois sua publicação atingiu cifras extraordinárias, ao

¹⁶ Lago (2007: 27) afirma que a força do movimento ecológico, nos anos 60, vem, sobretudo, do fato de as consequências negativas da industrialização, como poluição, tráfego e barulho, passarem a afetar a maior faixa da população dos países ricos e, por consequência, extravasarem os limites dos grupos diretamente vinculados à questão ambiental.

mesmo tempo em que suas conclusões atingiram diferentes públicos e colocaram definitivamente a problemática ambiental na pauta dos assuntos cotidianos.

Em relação ao fato do *“Limites do Crescimento”* ter se tornado a “âncora” da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano [Estocolmo, 1972], é importante asseverar que não foi possível encontrar neste estudo uma ideia-força capaz de aproximar os interesses dos diferentes conjuntos de países, de servir de motor para os acordos da Conferência de Estocolmo, o que explica os desencontros desta conferência marcada pela grave cisão *Norte x Sul* – os *“Países do Norte”* propugnando o “crescimento zero”, enquanto os *“Países do Sul”* apostavam no “desenvolvimento a qualquer custo”. Mas é possível considerar que a união entre *desenvolvimento* e *sustentabilidade* estava sendo desenhada, quando lemos no documento que:

Medidas tecnológicas são acrescentadas às políticas que regulam o crescimento do processamento anterior, com o fim de produzir um estado de equilíbrio que seja sustentável em um futuro longínquo. (MEADOWS, 1973:162, *grifo nosso*)

Mesmo não existindo o termo desenvolvimento sustentável, já é perceptível preocupações com o “equilíbrio” e o “futuro”, que irão nortear os documentos ambientais propugnados pela ONU, especialmente o *“Nosso Futuro Comum”* (também conhecido como Relatório Brundtland) e a *Agenda 21*, assinada durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. Desta maneira, *“Limites do Crescimento”* antecipa alguns debates que somente se consolidarão no decorrer da década de 1980, na busca de uma suposta *“sociedade ambientalmente sustentável”*.

4. Uma breve exercício de analogia entre *“Limites do Crescimento”* e o *“Nosso Futuro Comum”*

Ao contrário do *“Limites do Crescimento”*, que preconizava o divórcio entre ecologia e economia – uma vez que o *“crescimento zero” strictu sensu* é antagônico ao modo de produção capitalista –, a publicação do extenso Relatório Brundtland, que adquiriu o sugestivo título de *“Nosso Futuro Comum”* (*“Our Common Future”*, 1987) foi o

corolário do processo de alinhamento dos interesses econômicos com a questão ambiental. Tal documento é a adequação entre economia e ecologia, através da combinação entre a idéia do *desenvolvimento sustentável* e o *neoliberalismo econômico* enquanto proposta hegemônica na nova ordem.

Asseveramos que esta analogia entre “*Limites do Crescimento*” e “*Nosso Futuro Comum*” é pertinente, pois se trata, sem dúvidas, de comparar as duas obras que influenciaram diretamente a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972 (“*Limites do Crescimento*”) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 (“*Nosso Futuro Comum*”). O “*Nosso Futuro Comum*” pretendeu mostrar que o crescimento é possível desde que todos os países, especialmente da periferia, sigam suas normas, em oposição ao *Limites do Crescimento*, que revelava os interesses dos países centrais em manter a divisão territorial do trabalho e também os conflitos e as contradições entre o “norte desenvolvido” e o “sul subdesenvolvido”.

“Ao contrário do *Limites do Crescimento*, que preconizava o divórcio entre ecologia e economia, o Relatório Brundtland foi o corolário do processo de alinhamento dos interesses econômicos com a questão ambiental.”

O Relatório Brundtland apresenta uma visão otimista, ao contrário do que apresentava a obra “*Limites do Crescimento*”. Lança com esta perspectiva uma cortina de fumaça nas contradições e conflitos com a constituição de uma ideia capaz de preconizar um futuro comum para todos, através de uma estratégia de desenvolvimento dentro do sistema capitalista: o desenvolvimento sustentável. As catástrofes relatadas no documento, como a seca prolongada

na África, os acidentes nucleares de Tchernobyl, um vazamento em uma fábrica de pesticidas na Índia e de produtos tóxicos no Rio Reno – todos de gigantescas proporções e vários óbitos – não abalaram a confiança da proposta de desenvolvimento sustentável, contida no Relatório Brundtland. Para José Carlos Barbieri (2007: 22), e também David Carvalho (2003: 197), o otimismo presente neste

relatório baseia-se no entendimento de que a humanidade seria capaz de aprimorar suas atividades de acordo com os limites do planeta.

Entendemos que o Relatório Brundtland atingiu seu objetivo ao preconizar uma estratégia dominante, de caráter universalizante, sob o manto ideológico da natureza como bem comum da humanidade como se houvesse uma apropriação igual das riquezas. *Assim, é importante salientar que a formulação do desenvolvimento sustentável somente pode ser compreendida em consonância à consolidação do neoliberalismo, que se tornou, paulatinamente, a matriz econômica dominante da ordem mundial da globalização.*

Afinal, é justamente devido ao consenso em torno do neoliberalismo que ocorreu a aprovação pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1983 (ou seja, após a chegada ao poder de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, entre outras experiências) da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Em dezembro de 1983, atendendo a uma resolução da Assembleia Geral da ONU, o Secretário Geral Perez de Cuellar designou Gro Harlem Brundtland para a presidência de uma comissão independente, a comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; para a vice-presidência nomeou Mansour Khalid, cabendo a Gro Harlem Brundtland e Khalid designar os demais membros, de acordo com suas competências e não como representantes de governos e instituições (STARKE, 1991: 03). As audiências da Comissão Brundtland ocorreram em Jacarta, Oslo, São Paulo, Brasília, Harare, Nairóbi, Moscou, Tóquio e seis cidades canadenses (Id.: 06).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento se constituiu como uma referência para a gênese do processo que culminou com a formulação dos pressupostos, em tons consensuais, da concepção de desenvolvimento sustentável adequado a esta doutrina econômica. Ressaltamos que apesar de, especificamente, a terminologia desenvolvimento sustentável surgir em um trabalho anterior intitulado *“Estratégia de Conservação Mundial”*, resultado dos esforços comuns da UICN¹⁷ e

¹⁷ Sigla da União Internacional para a Conservação da Natureza, organização não-governamental que agrupa Estados e instituições científicas e de interesse geral, com o propósito de elaborar estratégias para a conservação da natureza.

WWF¹⁸, em solicitação do PNUMA — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no ano de 1980¹⁹ (BAKER, 2006; BAYLISS-SMITH, 1996; BARBIERI, 2007; HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005; VIEIRA, 2002), efetivamente, é a partir da formação da CMMAD que o desenvolvimento sustentável ganha contornos mais incisivos.

Durante os quatro anos de trabalho da equipe presidida pela primeira ministra norueguesa (e líder do partido trabalhista) Gro Harlem Brundtland²⁰ foram apreciadas possíveis “soluções” para os grandes problemas ambientais (e sociais), visando paulatinamente indicar a implementação de mudanças práticas e apontar os principais entraves para a execução das reformas propostas. Estas constituíam, antes de mais, um ajuste, sob forma de acordo, para intercâmbio de tecnologias, informações e investimentos, que consolidasse uma interferência “mútua” internacional como chave para a construção de um novo padrão de desenvolvimento menos agressivo com a natureza. Neste caso, vale destacar que, na pauta desta equipe da ONU, a natureza global cada vez mais acaba incorporada como uma mercadoria de valor crescente, e por isso, incomensurável a médio e longo prazo.

Com a publicação em 1987 dos trabalhos da CMMAD, elabora-se a matriz discursiva do desenvolvimento sustentável, que segundo os pressupostos contidos no documento é a base para uma utilização mais adequada da natureza para satisfação das necessidades humanas. Além das necessidades básicas – alimentos, roupas, habitação, emprego – outras aspirações parecem tornar-se legítimas neste documento, que

¹⁸ Sigla da *World Wide Fund for Nature* (Fundo Mundial para a Natureza), organização não-governamental sediada na Suíça. Foi fundada em 1961, e na época sua sigla significava *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para a Vida Selvagem). O objetivo desta ONG consiste em financiar atividades ou organizações de combate aos problemas ambientais.

¹⁹ Alguns autores (CAMARGO, 2005; JIMENEZ, TERCEIRO, 2009; LUCENA, TRAVASSOS, 2009; TAYRA, 2002, entre outros) especificam que o termo “desenvolvimento sustentável” aparece logo no sumário desta obra, escrito por Robert Allen, intitulado “*How to save the world*” (“*Como salvar o mundo*”).

²⁰ A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento era composta por 23 comissários de 22 países, que atuaram sem vinculação com seus governos: Noruega (Presidente), Sudão (Vice-Presidente), Alemanha, Arábia Saudita, Argélia, Brasil (Paulo Nogueira Neto), Canadá (dois representantes, um dos quais Maurice Strong), China, Colômbia, Costa do Marfim, Estados Unidos, Guiana, Hungria, Índia, Indonésia, Itália, Iugoslávia, Japão, México, Nigéria, a então União Soviética e Zimbábue (LAGO, 2007: 64).

resume este propósito inscrevendo a melhoria da “qualidade de vida” da população mundial enquanto meta central a ser alcançada (BRUNDTLAND, 1988).

O crescimento econômico e efetivação do capitalismo em escala planetária não são pressupostos de promoção de equidade social nem significam a satisfação das necessidades. Já asseveramos em ocasiões anteriores (OLIVEIRA, 2001, 2003, 2005, 2006 e 2007, e também OLIVEIRA, RAMÃO, MELO, 2011), que o desenvolvimento sustentável não se preocupa com as necessidades presentes e tampouco futuras da sociedade, pois não é objetivo do sistema capitalista a satisfação dos interesses coletivos, mas sim a manutenção de classes sociais desiguais. *O desenvolvimento sustentável significa, acima de tudo, um ajuste técnico na ordem vigente.* Henri Acselrad (2000) define que o desenvolvimento sustentável é a fórmula encontrada para responder aos impactos negativos da concepção industrialista de progresso, incorporando o capital ambiental e abandonando a visão de que a natureza é um bem livre e dando à mesma um preço justo (*Id.*, 1993).

A institucionalização do desenvolvimento sustentável (NOBRE, AMAZONAS, 2002) enquanto norma, e da hegemonia da economia neoclássica sob vestes neoliberais (*Id.*, *Ibid.*) no *Relatório Brundtland* não traz consigo uma definição clara acerca desta concepção. A famosa definição de desenvolvimento sustentável como aquele que atende “*as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (BRUNDTLAND, 1988: 46) – propalada em diversos documentos de diferentes escalas de tempo e espaço e de organismos diversos (universidade, órgãos governamentais, ONGs, empresas de diferentes portes etc.) – não esclarece pontos importantes e faz da criação de lacunas um importante artifício ideológico. Entre as lacunas desta concepção, e das propostas contidas no *Relatório Brundtland* (e da Agenda 21, assinada durante a Conferência do Rio de Janeiro – 1992), é possível enumerar: [1] apresenta estratégias estanques, que não compreendem uma totalidade de ações concatenadas para a edificação de um modelo alternativo; [2] não elucida os *sujeitos*, e descaracteriza as particularidades, desde as diferenças de classe até o estágio de desenvolvimento de países; [3] não apresenta perspectiva temporal de ação – a Agenda 21 é a agenda de um século! –

sem definição de prazos a serem obedecidos; [4] não apresenta recorte espacial – a escala é a superfície terrestre, tratada como desprovida de diferenças políticas, culturais, étnicas, climato-botânicas e geomorfológicas; [5] utiliza, sem a realização de um debate profícuo, o conceito “de necessidade”, e, conforme argumentação anterior, o capitalismo não se preocupa com necessidades presentes e futuras, e ainda cria novas necessidades cotidianamente; e [6], acima de tudo, não deixa claro o que a adição do termo “sustentável” ocasiona de transformação na concepção vigente de *desenvolvimento*.

À revelia de uma aparência vaga, imprecisa (BRÜGGUER, 1994: 66; MATTOS, 1997: 106), ambígua (O’CONNOR, 2003) e paradoxal (GUIMARÃES, 1997: 22), o desenvolvimento sustentável é um modelo pragmático baseado no contexto político-econômico vigente, que atende às demandas ambientais do mercado global, oferecendo um mecanismo de regulação para aproveitamento máximo dos recursos. Apresenta importante caráter geopolítico, através de uma nova logística de ordenamento territorial baseada em um planejamento de maior eficácia na gestão das riquezas naturais consideradas como capital e da criação de uma ordem hegemônica que implica na constante vigilância para com o *território*, onde o processo de reestruturação é cabal para a manutenção do domínio. Trata-se de uma “pseudo”-solução (RAMÃO, 2008) dos problemas ambientais, mas um importante ajuste ecológico econômico. *E a Conferência do Rio de Janeiro é o grande palco da celebração do desenvolvimento sustentável, inserido na ordem político-econômica vigente* (OLIVEIRA, 2011).

Por detrás de todas as premissas do *Relatório Brundtland*, é objetivamente exclusiva a propaganda – agora com gabarito técnico – da utilização racional (conservação / preservação / proteção) das riquezas naturais, entendidas como “recurso” para o sistema capitalista. O *Relatório Brundtland* (“*Nosso Futuro Comum*”), quando comparado com o documento *Relatório Meadows* (“*Limites do Crescimento*”), apresenta um artifício de convencimento: apesar de apresentar-se com observações vagas e difusas, é um texto fluente, com o estatuto de promover uma verdadeira bula para um “futuro comum” melhor e ambientalmente saudável. Construído um tom

consensual em torno do desenvolvimento sustentável, e “aparadas as arestas” do desenvolvimento com o meio ambiente, restava, então, estruturar um evento capaz de coroar, em nível mundial, o novo modelo de produção eco-lucrativo, que se explicita melhor na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992.

Apresentamos no *Quadro-Síntese* a seguir uma comparação que pode demonstrar algumas vicissitudes entre os dois documentos (“*Limites do Crescimento*” e o “*Relatório Brundtand*”) e esclarecer o porquê do “Nosso Futuro Comum” ter sido tão vitorioso e determinar os resultados da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. Apesar de, evidentemente, exercícios teórico-interpretativos desta natureza apresentarem limitações – pois não é possível que se desenvolvam todas as premissas conceituais e tampouco elucidar todas as vicissitudes existentes entre os documentos – através do quadro-síntese, é possível auferir as marcantes diferenças entre os documentos, no que tange a origem e natureza das ideias, ao contexto histórico e geopolítico, e ainda, às indicações promulgadas. Ambos tiveram profunda importância para as conferências que ocorreram de forma subsequente: o “*Limites do Crescimento*”, na Conferência de Estocolmo, em 1972; o “*Nosso Futuro Comum*”, na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. As proposições expressas pelas delegações dos países centrais nas duas conferências refletiram com clareza as indicações contidas em ambos os documentos analisados.

QUADRO-SÍNTESE:

Comparativo entre as premissas do “Limites do Crescimento” e o
“Relatório Brundtland”

<i>Os Limites do Crescimento</i> (Relatório Meadows, 1968-1972)	<i>Nosso Futuro Comum</i> (Relatório Brundtland, 1983-1987)
Construído por uma equipe de pesquisadores do MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets), sob encomenda do <u>Clube de Roma</u>	Construído por uma comissão da <u>ONU</u> composta por membros de múltiplas nacionalidades (oriundos de nações centrais e periféricas), presidida pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland
Égide do <i>welfare state</i> [ainda que em vias de crise]	Hegemonia do neoliberalismo econômico
Momento de incertezas ambientais, com a crise ambiental ainda no obscurantismo	Momento de busca de “pseudo”-soluções, com a crise ambiental alçada à condição de “modismo”
Tom pessimista, com descrença nas perspectivas de solução dos problemas ambientais	Tom otimista, e proposta de capilarização do desenvolvimento sustentável como solução incontestes dos problemas ambientais
<u>Crescimento Zero</u> : O desenvolvimento deveria ser desacelerado, pois o crescimento econômico apresentava limites próximos	<u>Desenvolvimento Sustentável</u> : Aceleração do desenvolvimento, destacadamente o tecnológico com base em “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”
<u>Neomalthusianismo</u> , onde o aumento da população colocaria em risco a satisfação das <i>necessidades</i> imediatas e a própria sobrevivência humana	Uso do termo <i>necessidade</i> como imbróglio ideológico, e constituição de um conflito imaginário entre as gerações presente e futura
Clareza de ideias, com base no Positivismo Lógico	Ideias vagas, improfícuas e difusas, com base em noções de inter- e transdisciplinaridade
Ordem Mundial da <u>Guerra Fria</u> , em um <u>mundo bipolar</u> (EUA x URSS), com base no poder bélico-militar e massiva beligerância ideológica entre Capitalismo e Socialismo (“real”)	“Des”-Ordem Mundial da <u>Globalização</u> , em um mundo economicamente <u>multipolar</u> (EUA, União Européia, Japão e China) e militarmente <u>unipolar</u> (EUA — Novo Imperialismo), com base no domínio ideológico do “ <i>american way-of-life</i> ” e na multiplicação dos meios de informação

Organizado por: OLIVEIRA, Leandro Dias de, 2011.

5. Considerações Finais: Para além do “*Limites do Crescimento*”

Após a publicação do Relatório Brundtland (“*Nosso Futuro Comum*”) e da Agenda 21, e com o desenvolvimento sustentável celebrado nas conferências do Rio de Janeiro – 1992 e 2012 (Eco-92 e Rio + 20) é possível afirmar que, segundo a leitura dominante, não há limites para o crescimento, tanto na esfera econômica quanto tecnológica. O “crescimento zero”, preconizado no “*Limites do Crescimento*”, deu lugar ao “desenvolvimento sustentável”, que emerge a partir do “*Nosso Futuro Comum*”. Segundo os preceitos atuais da ONU e demais organismos internacionais, há que se estimular o *desenvolvimento*, desde que seja *sustentável*. É possível afirmar que a economia venceu a ecologia!

Todavia, após 40 anos, “*Limites do Crescimento*” ainda se apresenta como leitura importante para a compreensão da problemática ambiental contemporânea (OLIVEIRA, 2011), e por que não, do próprio século XX. O geógrafo, este artífice que carrega consigo de maneira inequívoca a necessidade premente de oferecer uma interpretação do mundo – na criação de uma *cosmovisão*, uma procura explicativa por uma ordem espacial para o diverso (GOMES, 1997: 34) – ainda encontra nesta obra importantes elementos analíticos para se pensar a ordem espacial da atualidade.

Destarte, é possível afirmar que o maior legado do “*Limites do Crescimento*” é um interessante paradoxo: [1] em um primeiro plano, os modelos baseados em projeções computacionais ganharam força a partir deste estudo, de maneira que grande parte dos estudos de ordem ecológico-ambiental passou a utilizar *softwares* para construção de perspectivas futuras, como o caso do IPCC¹ e a questão do Aquecimento Global², ou

¹ O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), formado em 1988 seguindo a recomendação de cientistas governamentais associados à Organização Mundial de Meteorologia (OMM), é um conjunto de cientistas, especialistas e consultores políticos que tratam destacadamente da questão do aquecimento global e se apoiam em redes de pesquisa entre colaboradores de diversas universidades do mundo (BOEHMER-CHRISTIANSEN, 1999).

² As indicações de “mudança climática” são, acima de tudo, polêmicas. *A única verdade incontestável é a incerteza atual acerca de um processo antropogênico de aquecimento global*. O IPCC apresenta índices catastrofistas que mostram o perigo próximo de alteração climática ocasionado pela emissão incontrolável de gases poluentes. Por outro lado, alguns autores, como o cientista brasileiro Luiz Carlos Molion (2008a e 2008b), ensinam que a ação do homem, ainda que predatória e com impactos

ainda em estudos de caso como a questão climática urbana³; [2] Em contraposição, assim como afirmava Garret Hardim (citado no *“Limites do Crescimento”*), tal estudo apontava os *“efeitos colaterais da tecnologia”* (MEADOWS et. al., 1973: 144), como os problemas de ordem social, exemplificado no relatório a partir da Revolução Verde estimulando o latifúndio nos países do *“Terceiro Mundo”* (*Idem*: 145). *“Limites do Crescimento”* expõe sua contradição maior, quando perfaz uma interessante crítica na crença na *“capacidade redentora da técnica”* (PORTO-GONÇALVES, 2002; assim como, utilizando outras palavras, ELLUL, 1968; HABERMAS, 1983), ao mesmo tempo em que utiliza maciçamente a mesma para justificar seus argumentos.

Por fim, em uma época em que as fábricas migraram dos países centrais para os periféricos, exportando o lado sombrio da produção fabril (trabalho disciplinado e hierarquizado, contaminação ambiental) para lugares invisíveis ao mundo desenvolvido (ŽIŽEK, 2009), levando o *“desenvolvimento”* e seus dissabores então exigidos pela periferia na década de 70; onde o atual momento da *“des”-Ordem Mundial da Globalização* tem implicado em crise nos países centrais e fortalecimento do Estado na periferia, como o protagonismo do BRICS, em detrimento da Era de Ouro norte-americana (HOBBSAWM, 1995) e fortalecimento de Europa e Japão; em que vivemos em um mundo economicamente multipolar (EUA, União Européia, Japão e China) e militarmente unipolar, sob o Novo Imperialismo estadunidense (HARVEY, 2004), ao contrário da bipolaridade de um mundo sob a suspeita incessante de guerra, a leitura de *“Limites do Crescimento”* oferece uma importante visão do singular momento geopolítico do período de sua publicação. E em tempos de Rio + 20 desfraldando a ideia de *“Economia Verde”*, em um meta-capitalismo com viés ecológico, pensar em *“limites do crescimento”* não deixa de ser uma posição de vanguarda.

destacados na natureza e na saúde humana, não é capaz de alterar a dinâmica da atmosfera e ocasionar uma elevação da temperatura. Para Molion, o "aquecimento global é terrorismo climático"!

³ Ver o trabalho de Andrews Lucena (2012), onde o autor analisa o fenômeno da *Ilha de Calor Metropolitana (ICM)* na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

6. Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento Sustentável: A Luta por um Conceito. *Proposta: Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, FASE, N.º 56, Ano XVII: 5-8, Março/1993.

_____. Sustentabilidade, Espaço e Tempo. In: HERCULANO, Selene C. *Meio Ambiente: Questões Conceituais I*. Niterói, RJ: PGCA – Riocor, 2000.

BAKER, Susan. *Sustainable Development*. London, New York: Routledge — Taylor e Francis Group, 2006.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

BAYLISS-SMITH, Tim; OWENS, Sandra. O Desafio Ambiental. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BOEHMER-CHRISTIANSEN, Sonja. Globalização e valor de vidas humanas: implicações políticas para os países em desenvolvimento (a polêmica do IPCC). *Ambiente e Sociedade*. Campinas, SP, ano II, n.º 03 e 04, NEPAM / UNICAMP, 1.º Semestre de 1999

BRAUN, Ricardo. *Novos Paradigmas Ambientais: Desenvolvimento ao ponto sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRÜGGUER, Paula. *Educação ou Adestramento Ambiental?* Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – 1988. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2005.

CARVALHO, David Ferreira. Desenvolvimento Sustentável e seus limites teórico-metodológicos. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Orgs.). *Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém, PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

DROUIN, Jean-Claude. *Os Grandes Economistas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- ELLIOTT, Jennifer A. *An Introduction to Sustainable Development*. 3. ed. London, New York: Routledge — Taylor & Francis Group, 2006.
- ELLUL, Jacques. *A Técnica e o Desafio do Século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio de Janeiro, Johannesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2007.
- GOMES, Paulo César da Costa. Geografia “fin-de-siècle”: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César (orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1997).
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- HABERMAS, Jurgens. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: *Benjamin. Habermas. Horkheimer. Adorno. Seleção de Textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HARDIN, Garrett. *The Tragedy of Commons*. Science, 13 December 1968. Vol. 162, N.º 3859, pp. 1243-1248, DOI: 10.1126/science.162.3859.1243. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full>. Acesso em: 20 de junho de 2011.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914 – 1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O’BIEN, Geoff. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. *Sustainable Development*, Volume 13, Issue 1, pp. 38–52, 2005. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sd.244/pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2011.
- JIMENEZ, Susana; TERCEIRO, Emanoela. A Crise Ambiental e o Papel da Educação: Um estudo fundado na Ontologia Marxiana. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 25, nº. 03, dez. 2009, pp. 299-325. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/15.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

LEMOS, Haroldo M. de. O Homem e o Meio Ambiente. In: FÓRUM UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, *Anais*: 3-12. Rio de Janeiro: Fundação MUDES, Universidade Federal Fluminense, 1991.

LUCENA, Andrews José de. *Estudo da Ilha de Calor Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)*. Tese (Doutorado em Engenharia Civil e Ambiental) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa em Engenharia, COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LUCENA, Suênia Lopes; TRAVASSOS, Silvana Karina de Melo. Análise comparativa dos Relatórios de Sustentabilidade do *Global Reporting Initiative* com ênfase nas empresas de capital aberto com atuação no Brasil. In: *Veredas FAVIP (Faculdade do Vale do Ipojuca)* — Revista Eletrônica de Ciências. Caruaru, PE, Vol. 2, Números 1 e 2, Janeiro a Dezembro de 2009. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/index.php/veredas1/article/viewPDFInterstitial/108/105>. Acesso em: 10 de agosto de 2011.

MASINI, Eleonora Barbieri, *The Legacy of Aurelio Peccei Twenty Years after his Passing and the Continuing Relevance of his Anticipatory Vision*, 2004. Aurelio Peccei Lecture, Rome, November 23, 2004. Disponível em: http://www.clubofrome.org/archive/publications/AURELIO_PECCEI - MASINI LECTURE.pdf. Acesso em: 08 de julho de 2009.

MATTOS, Carlos A. de. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização: alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Aquecimento Global: uma visão crítica. In: VEIGA, José Eli da (Org.). *Aquecimento global: frias contendas científicas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008a.

_____. O aquecimento global antropogênico. In: SEABRA, Giovanni (Org.). *Terra: mudanças ambientais globais e soluções locais*. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008b.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. *Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito*. Brasília – DF: Edições IBAMA, 2002.

O'CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (Compilador.). *Ecología Política*. Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia*. 2001. 176 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2001.

_____. O Ensino de Geografia e o Desenvolvimento Sustentável: Espectros de uma idéia dominante de nossa época. In: ENPEG – ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 7º, 2003, *Novos Desafios na Formação do Professor de Geografia, Anais*. Vitória, AGB - Espírito Santo, 2003. 1 CD-ROM.

_____. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. *Revista Tamoios*, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. 1, n. 2: 33-38, 2005.

_____. *A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*, 2006. 204 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

_____. A Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo: Um Estudo sobre a Economia Política da “Crise Ambiental”. In: 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. *Comunicações 5º CEMARX*. Campinas: Unicamp, 2007. 1 CD-ROM.

_____. *A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*, 2006. 204 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

_____. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*, 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2011.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; RAMÃO, Felipe de Souza; MELO, Marcos Vinicius N. de. Desenvolvimento Sustentável: Reflexões sobre sua prática no Ensino da Geografia. In: XI ENPEG – Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia [Anais], 2011, Goiânia. A Produção do Conhecimento e a Pesquisa sobre o Ensino de Geografia. Goiânia, UFG - Universidade Federal de Goiás, 2011.

PALMER, Joy A. (Org.). *50 Grandes Ambientalistas: De Buda a Chico Mendes*. São Paulo: Contexto, 2006.

PERROUX, François. *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os Limites do "Limites do Crescimento": Contribuição ao Estudo da Relação Natureza e História*, 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

_____. A Invenção de Novas Geografias. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGE. In: *Território Territórios*. Niterói / RJ: UFF/AGB, 2002.

RAMÃO, Felipe de Souza. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável e as Transformações no Livro Didático de Geografia*. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto Superior de Educação, Faculdade da Região dos Lagos (FERLAGOS). Cabo Frio / RJ, FERLAGOS, 2008.

RATTNER, Henrique. *Planejamento e Bem-Estar Social*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

REBÊLO JÚNIOR, Manoel. *O Desenvolvimento Sustentável: A Crise do Capital e o Processo de Recolonização*. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A Abordagem Ambiental — Questões para Reflexão. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). *Problemática Ambiental Urbana: Abordagens Contemporâneas*. Textos Didáticos, Nº. 63. Campinas, SP, IFCH / UNICAMP, Novembro / 2007.

ROGGERO, Maria Angelina. *Urbanización, industrialización y crecimiento del sector servicios em America Latina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1976.

SINGER, Paul. *Aprender Economia*. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

STARKE, Linda. *Sinais de Esperança: Lutando por Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

TAYRA, Flávio. A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Número extraordinario dedicado al IV Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). Universidad de Barcelona, Vol. VI, núm. 119 (72), 1.º de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-72.htm>. Acesso em: 15 de julho de 2009.

TIETENBERG, Tom. *Environmental and Natural Resource Economics*. Massachusetts: Addison-Wesley Longman, 2000.

VIEIRA, Susana Camargo. A Construção do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. *Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Sette Letras / Historia y Vida, 2002.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis notas à margem*. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 2009.

DIFERENTES LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE RIO DE JANEIRO

Ana Claudia Ramos Sacramento*

Resumo: este artigo trata da utilização de diferentes linguagens no ensino de geografia em prol de uma aprendizagem significativa dos aspectos geográficos da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: diferentes linguagens; educação geográfica; didática; Rio de Janeiro.

THE GEOGRAPHICAL EDUCATION IN RIO DE JANEIRO: DIFFERENT LANGUAGES

Abstract: this article deals with the use of different languages on the scholar's geography in order to acquire a significant learning about geographic aspects of Rio de Janeiro.

Keywords: different languages; geophaphy education; didactic; Rio de Janeiro.

LENGUAJES DIFERENTES EN LA EDUCACIÓN GEOGRÁFICA DE LA CIUDAD DE RIO DE JANEIRO

Resumen: en este artículo se analiza el uso de las diferentes lenguajes en la enseñanza de la geografía en favor de un aprendizaje significativo de los aspectos geográficos de la ciudad de Río de Janeiro.

Palabras clave: languages diferentes; educación geográfica; didáctica; Río de Janeiro.

* Professora de Metodologia e Práticas Pedagógicas do Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado do Departamento de Geografia da UERJ-FFP. Mestre em Educação, Doutora em Geografia/USP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Didática da Geografia: Práticas Interdisciplinares anaclaudia.sacramento@usp.br.

Introdução

Diferentes linguagens são utilizadas como instrumentos de aprendizagem para viabilizar a construção do conhecimento ministrado em aula. Isto se torna possível quando o professor organiza sua aula em busca de uma aprendizagem sobre o cotidiano, trabalhando com temáticas nas quais os alunos compreendam não só o mundo como também o lugar em que vivem.

O professor, ao refletir sobre a aula, se permite compreender que não se pode utilizar das diferentes linguagens para ensinar geografia sem uma construção prévia das mesmas. Sendo assim, ele reflete como os conteúdos e os conceitos podem ser trabalhados por meio dos recursos como as linguagens cartográfica, poética, musical, literária, midiática, dentre outros.

Neste artigo, destacamos o estudo da cidade do Rio de Janeiro, que tem sido um tema recorrente nas discussões teórico-didáticas no ensino de geografia, e que despertou interesse em alguns autores latino-americanos como Castellar (2011), Cavalcanti (2011) dentre outros, que têm analisado metodologicamente as diferentes maneiras de se ensinar a cidade. Neste contexto, a cidade representa a materialização dos objetos e ações espacializados conforme as necessidades humanas de intervenção, seja como lugar de moradia, de trabalho, de lazer, etc. Desta maneira, a sociedade modifica este espaço, buscando alternativas de uso e ao mesmo tempo o reconstruindo constantemente.

Assim, o objetivo deste texto é justamente compreender a importância da educação geográfica utilizando as diferentes linguagens que serão relacionadas à cidade do Rio de Janeiro como estratégia para a aprendizagem dos conteúdos e dos conceitos da *Geografia*.

O uso das diferentes linguagens para a construção do conhecimento

O mundo atual está impregnado por signos, códigos e linguagens que são interpretados de diferentes maneiras. Um dos elementos importantes no processo de

organização e compreensão dessas linguagens múltiplas é construído no ambiente escolar, que insere dentro do seu universo a possibilidade de utilização desses recursos pelos professores. Na prática educativa, a cada momento torna-se importante a construção de diferentes propostas didático-metodológicas que permitam a articulação entre as ações dos professores e o desenvolvimento dos saberes escolares, necessários para a produção do conhecimento.

Historicamente, podemos dizer que o uso de materiais diversificados nas salas de aula sempre foi uma referência na discussão de diferentes propostas de ensino. Estas propostas têm se alicerçado em um discurso de reforma educacional, o qual passou a ser sinônimo de renovação pedagógica, progresso e mudança (FISCARELLI, 2008).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) destacam a importância do uso de diferentes linguagens como novas formas de aprendizagem. Uma das exigências das Políticas Educacionais atuais diz respeito à produção e a distribuição desses diversos tipos de materiais para que o professor possa utilizá-los durante as suas aulas. Seus usos estão diretamente ligados à didática do professor, e também ao conhecimento tanto da metodologia de ensino como da própria ciência geográfica. CASTELLAR e VILHENA (2010: 65) corroboram esta discussão, apontando que:

Ao utilizar os materiais didáticos, o professor deve ter domínio do uso que fará e também ser seletivo na organização da aula. Um dos recursos de que os professores fazem uso são as diferentes linguagens, na medida em que todos são responsáveis pela capacidade leitora e escritora do aluno.

Podemos dizer que o professor deve conscientizar-se do papel que recursos como textos, jornais, revistas científicas e internet – *as diferentes linguagens de nosso cotidiano!* – têm em sala de aula. Para tanto, a apropriação do uso dessas linguagens, que tem seus próprios códigos e suas formas de representação, faz-se por meio de determinadas estratégias que desenvolvam nos alunos a compreensão dos conceitos e conteúdos necessários para a construção do seu saber.

As linguagens têm suas características específicas: a música, a poesia, a literatura, os mapas e outros possibilitam que o professor organize e articule os conhecimentos geográficos. PONTUSCHKA et. al. (2007: 216) destacam que

Cada uma das linguagens possui seus códigos e seus artifícios de representação, que precisam ser conhecidos por professores e alunos para maior compreensão daquelas a ser trabalhadas com conteúdos geográficos.

Elas destacam que ao professor cabe conhecer as principais representações dessas linguagens para que, ao organizar suas aulas, saiba determinar o seu uso, articular as informações que esses códigos podem fornecer e orientar pedagogicamente sequências com possibilidade de desenvolvimento cognitivo do aluno. Para isso, é importante entender que a Educação Geográfica pode contribuir para este olhar, ao perceber que essas linguagens necessitam de novas formas de ensino-aprendizagem. Desta maneira, as diferentes linguagens sobre a cidade do Rio de Janeiro podem constituir uma forma de mediar o conhecimento dos alunos a fim de que aprendam com seu cotidiano.

A importância da Educação Geográfica e da Didática neste contexto

A Educação Geográfica é uma das novas possibilidades de se pensar um ensino voltado ao estímulo de ações que mobilizem o aluno à construção do conhecimento. Isso quer dizer que *pensar o ensino possibilita criar condições para que o aluno compreenda os fenômenos geográficos que ocorrem a sua volta.*

MOREIRA (2007) destaca que conceitos e conteúdos devem ser organizados em uma perspectiva lógica de se pensar a *geografia*; ou seja, que esta organização seja subsidiadora ao aluno para que este se torne capaz de perceber um fenômeno em sua dimensão geográfica, isto é, *localizar, distribuir, medir a distância, delimitar a extensão e verificar a escala de sua manifestação na paisagem.* Compreender geograficamente a cidade em sua plenitude, segundo os ensinamentos de Ruy Moreira, não deve deixar de contemplar esta metodologia.

LOPES (2011) destaca a importância da cidade como um “espaço social”, um produto das relações sociais e um condicionador dessas relações. É nesse sentido que a Educação Geográfica precisa estabelecer relações geográficas para fazer com que o aluno compreenda sua espacialidade nessas dimensões, partindo de alguns elementos

necessários que estimulem sua capacidade cognitiva. Entendendo a cidade como um *espaço educativo* e apreendendo com as diferentes formas de ensinar a cidade.

Esse processo se organiza à medida que o professor, enquanto mediador, estrutura a sua aula, considerando os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos. E pensar pedagogicamente os saberes geográficos de modo significativo para os alunos implica em desenvolver ações que reestruturem os conteúdos, inovem os procedimentos e estabeleçam com clareza os objetivos (CASTELLAR & VILHENA, 2010).

Desse modo, a prática educativa na construção de conceitos, atitudes e procedimentos, socialmente, no grupo familiar ou na escola, se faz considerando o conhecimento prévio do aluno, participando do processo de aprendizagem ao possibilitar diversificadas reflexões durante o trabalho com o material escolar. Segundo CASTELLAR (2005), quando o professor define seus objetivos, organiza conteúdos, conceitos e conhece os seus alunos, torna-se mais fácil perceber e criar condições para que ocorra de fato uma aprendizagem significativa. Nesta perspectiva, consideramos que a aula tem uma função primordial, pois é o momento no qual se pode organizar o conhecimento e o pensamento do aluno, a partir de atividades de aprendizagem.

De acordo ainda com esta autora, pensar na perspectiva da Educação Geográfica é superar as aprendizagens repetitivas e sem sentido, e passar a adotar outras práticas de ensino, investindo nas habilidades: análises, interpretações e aplicações em situações práticas; ensinar a cartografia para além do simples exercício de mapeamento matematizado e utilizá-la como ferramenta de análise da realidade espacial; analisar os fenômenos em diferentes escalas; compreender a dimensão ambiental, política e sócio-econômica dos territórios; e, dessa forma, construir um caráter diferenciado ao currículo escolar. Com estas ferramentas, o estudo da cidade será fecundo para o aluno, fomentando diferentes reflexões sobre a realidade que o cerca.

Todas essas ações didático-metodológicas devem permitir aos alunos, enquanto sujeitos, formarem uma consciência da espacialidade dos fenômenos vivenciados como parte da sua história sócio-cultural, possibilitando que eles possam adquirir uma

consciência geográfica sobre a realidade que os cerca. Isto é mais que perceber os diferentes matizes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da cidade; é construir a capacidade do público discente de criar, recriar e organizar a realidade em que vivem.

Para isto, a concepção das aulas deve abordar de forma interativa os temas, destacando os elementos relevantes na produção do conhecimento. Então, a prática docente deve buscar uma articulação entre os conteúdos e conceitos geográficos, isto é, organizar processos de ensino que fomentem situações para que haja a aprendizagem sobre o mundo em diferentes contextos dentro da sala de aula. É fundamental que o professor, por meio da organização didática, encontre instrumentos metodológicos que direcione e estimule o aluno a participar, a entender a importância de se estudar esta disciplina para a compreensão e leitura do seu cotidiano.

A utilização de diferentes linguagens no ensino de geografia deve permitir ao aluno ler os códigos, fenômenos e linguagens próprias da Geografia com o intuito de *“saber pensar geograficamente o espaço em que vive”*. Além disso, devem propiciar ao professor possíveis planejamentos de atividades as quais os alunos são incitados a desenvolver um *“raciocínio espacial”*, sabendo articular os conteúdos e conceitos, transpondo-os para o cotidiano.

É evidente que durante seu planejamento e execução ocorrem fatos que levarão ao imprevisto. Isto é natural, uma vez que há uma relação entre o professor e o aluno que produz um novo significado. SACRISTÁN (2000: 209) afirma que:

A ação do ensino nas aulas não é um puro fluir espontâneo, embora existam traços e acontecimentos imprevistos, mas algo regulado por padrões metodológicos implícitos nas tarefas que se praticam. De fato, essa dinâmica é muito fluída, imprescindível, mas os esquemas de atividade que a ordenam não. Seu dinamismo está, pois, condicionada pela ordem interna da atividade. Se conhecermos de antemão um determinado tipo de tarefa que um professor vai realizar, pode-se predizer de algum modo como transcorrerá sua prática, porque o curso de ação que cada tarefa tem que seguir um plano implícito que regula seu desenvolvimento e se acomoda no transcurso do mesmo.

Concordamos com o autor, pois o processo de ensino requer uma organização prévia por parte dos professores para desenvolver seu trabalho dentro de sala de aula, para que de fato se torne presente no cotidiano escolar e nas atividades realizadas por eles. No caso da utilização de diferentes linguagens, a organização de uma atividade prévia é fundamental para que não ocorra esse uso como um simples acréscimo ao final da

“No caso da utilização de diferentes linguagens, a organização de uma atividade prévia é fundamental para que não ocorra esse uso como um simples acréscimo ao final da aula”

aula. Não deve ser somente uma ilustração final do conteúdo, onde os alunos somente responderão questões organizadas pelos professores como fechamento da aula, mas deve haver uma construção real do conhecimento.

Então, é necessário se pensar nas sequências didáticas das aulas com o intuito de organizar a maneira como elas serão conduzidas, para que se

estruture cognitivamente os caminhos rumo à mediação dos conceitos e dos conteúdos aprendidos pelos alunos. Para se pensar possibilidades de construção do conhecimento geográfico a partir da “cidade”, cabe ao professor refletir sobre o processo de *mediação*, esta palavra-chave que implica em se criar estratégias ou metodologias de como se trabalhar com os conhecimentos geográficos escolares por meio das diferentes linguagens e escolher aquelas que podem contribuir para uma aprendizagem mais significativa, entendendo sempre o conteúdo não como algo a ser dado / transmitido, mas sim construído.

A cidade do Rio de Janeiro, interpretada, descrita, poetizada, cantada em vários tipos de linguagens, permite trabalhar com os fenômenos “naturais” e “sociais” que se manifestam cotidianamente na paisagem da cidade.

Pensar a cidade como um espaço de conhecimento geográfico escolar

Nos últimos cinco anos, vários artigos publicados em periódicos, livros, teses e dissertações têm apontado para a necessidade de se pensar a cidade como um objeto de estudo no que se refere ao ensino de geografia. Autores desta área, como

Ana Claudia Ramos Sacramento, *Diferentes Linguagens na Educação Geográfica da Cidade do Rio de Janeiro*

CAVALCANTI (2011, 2007), CALLAI (2007) e CASTELLAR (2011, 2009, 2007), discutem como o ensino da cidade ajuda a pensar os conteúdos e conceitos geográficos, como lugar e paisagem, ou mesmo as formas de relevo, o uso do solo, o “modo de vida”, diversidade cultural, entre outros. CASTELLAR (2011) destaca a importância de elaborar um trabalho sobre esse tema, pois ele nos oferece vários conceitos e conteúdos para se pensar como educar o aluno geograficamente: compreender questões como a concepção de “natureza” em uma área urbana; analisar de maneira profícua o tipo e uso dos solos, as bacias hidrográficas; construir exercícios cartográficos sobre a cidade; entender a regionalização e diferenciação dos bairros e seus objetos geográficos. Deve-se ainda estudar as atividades econômicas internas à urbe, as diferentes ocupações da cidade e os problemas urbanos que atingem a vida de seus habitantes. A cidade, em suas múltiplas relações sociais, econômicas, históricas, geográficas em constante transformação, exige uma compreensão contínua da organização e estruturação das novas dinâmicas do espaço. Não por outro motivo, inúmeros autores destacam a importância de analisar a cidade (ver: ABREU, 1997; LEFEBVRE, 2001; SOUZA, 2011; entre muitos outros), para que se compreenda as diferentes mudanças ocorridas a partir das reorganizações espaciais de suas funções, formas, conteúdos e ações sociais. A cidade representa a obra da história construída por seus sujeitos, ou simplesmente, a ação da sociedade que vive, produz e reproduz esse espaço.

A construção da cidade se dá a partir das disputas entre classes sociais, territorializadas a partir da reprodução da vida social, paulatinamente transformando a paisagem como forma de obter moradia, lazer, trabalho, etc. Desta maneira, segundo LEFEBVRE (2001), vai se configurando a vida urbana. Neste sentido, cada cidade tem sua forma espacial conforme a sua importância dentro do cenário regional ou nacional, progressivamente construídas. Para LOPES (2011), a cidade é, antes de tudo, composta por assentamentos humanos extremamente diversificados, contendo uma complexa rede de informações, organizações econômicas, sociais e políticas que se tornam mais densas a partir das diferentes formas de uso do solo, do processo de sofisticação da urbanização, das mudanças sócio-espaciais, da criação de novos objetos, das

necessidades sociais e das diferentes características que esta adquire ao longo do tempo.

No ensino de geografia, estudar a cidade em sua multiplicidade é promover articulação dos conceitos e conteúdos didáticos com os fenômenos que estão espacializados na própria dinâmica da cidade. Segundo CASTELLAR (2011: 167):

A ideia é de se trabalhar com esses conteúdos para que se transformem em ferramentas conceituais para o pensamento do aluno. Esses conceitos permitem a ele, no estudo de Geografia, localizar e dar significação aos lugares, pensar nessa significação e no papel que os diferentes lugares têm na vida cotidiana de cada um, além da dimensão cultural.

Desta maneira, estudar e entender a cidade possibilita vislumbrar várias discussões acerca dos conhecimentos geográficos; viabilizar e dar significados aos lugares vivenciados; ter criticidade em relação aos fenômenos, fatos e atos que acontecem em seu redor em relação ao mundo.

As diferentes linguagens da cidade do Rio de Janeiro: algumas representações

Existem hoje alguns materiais produzidos especificamente sobre determinados lugares que favorecem ao professor usá-los para representar ou analisar um conhecimento. Muitos desses, evidentemente, não são criados para esse fim, mas o professor pode ter a sensibilidade de criar metodologias que possibilitem o uso em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem em geografia.

O conhecimento sobre a cidade requer do professor o estímulo à leitura, à análise e a compreensão das paisagens, territórios e lugares que envolvem a reflexão sobre a cidade. Para isso, é importante que ele conheça os elementos existentes na cidade para saber articular com os conteúdos e a utilização de diferentes linguagens. Contudo, não basta simplesmente conduzir os conteúdos geográficos como lemos nos “livros acadêmicos” sobre a cidade do Rio de Janeiro, mas é necessário que o professor selecione os fenômenos geográficos e os articule também as suas ações didáticas.

Assim, ao trabalhar a cidade do Rio de Janeiro como fonte de conhecimento geográfico, e de materiais a serem utilizados, os conteúdos e conceitos sobre a cidade

apresentam, evidentemente, particularidades históricas e geográficas em relação às outras cidades brasileiras. Sendo sede dos períodos colonial, imperial e republicano, a cidade do Rio de Janeiro tem diversidades culturais, territoriais e urbanas muito específicas.

O Rio de Janeiro é uma das primeiras cidades nacionalmente constituídas, que começou a ser ocupada a partir de 1502, tendo como o marco inicial os morros Cara de Cão e o Pão de Açúcar. Em 1565, a Coroa Portuguesa oficializou a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, deixando de ser vila e passando a ser uma cidade.

O Rio passou por graves transformações até o final do século XVII. Devido à descoberta do ouro em Minas Gerais, a cidade se tornou sede do principal porto do período colonial. Neste período, o Rio de Janeiro, consolidou-se como centro político, que a partir de 1763 se tornou capital da colônia, ocasionando o desenvolvimento de várias obras na cidade, como, por exemplo, o Passeio Público (1789), um espaço público para o lazer.

Em 1808, a família real mudou-se para o Rio, devido à invasão napoleônica em Portugal. A cidade passou a ser sede do Império Português, mudando a paisagem local, trazendo muitos benefícios à cidade, das quais podemos destacar: a criação do Banco do Brasil (1808); criação de escolas médico-cirúrgicas (1808); criação da Academia Real Militar (1810); Biblioteca Real (1810); Jardim Botânico (1811); Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (1818), entre outros. Assim, o Rio de Janeiro começou a se modernizar, com mudanças arquitetônicas e urbanísticas, com a malha urbana se expandindo para além do centro da cidade em direção à Zona Norte, como os bairros de São Cristóvão e Tijuca, e também para a Zona Sul, com os bairros Glória, Catete, Flamengo e Botafogo. Entre as construções que exemplificam esta expansão, pode-se citar a atual Casa França Brasil (antiga Alfândega) e o Palácio Itamaraty.

Em 1822, com a Independência do Brasil, novas mudanças territoriais ocorreram na cidade. A partir desse período, foram instalados os primeiros sistemas de iluminação pública a gás (1854), de esgotos e água encanada (1862), os trens e os bondes como

veículos urbanos, o transporte aquaviário através de barcas que liga a cidade do Rio de Janeiro à cidade de Niterói, ao leste da Baía de Guanabara.

Com a República (1889), o ecletismo se tornou referência arquitetônica, com a criação do Teatro Municipal, abertura da Av. Central (atual Av. Rio Branco) e alargamento de várias ruas. Já no início do século XX, com a Reforma de Pereira Passos, o Rio de Janeiro constituiu-se como a primeira cidade reurbanizada do país (ver: ABREU, 1997), promovendo uma nova forma de organização espacial e estabelecendo novas configurações territoriais, como meio de transportes, abertura de novas áreas para moradia, novas tecnologias como a iluminação pública. Paralelamente a este desenvolvimento, o processo de favelização da cidade ganha vulto na paisagem urbana.

No decorrer do Século XX, o desenvolvimento industrial e o próprio processo de modernização urbana aceleraram as transformações, estimulando a imigração para a cidade do Rio de Janeiro. As mansões da Zona Sul, por exemplo, foram substituídas por apartamentos e condomínios, e um processo de verticalização, da mesma maneira que houve a expansão horizontal do subúrbio. A Avenida Brasil foi inaugurada em 1937, com a instalação de várias fábricas e moradias populares, concomitante ao processo de favelização.

A partir da década de 1960, o Rio deixa de ser sede do Governo Federal. Neste período, ocorreram investimentos em grandes projetos como a autoestrada Lagoa Barra, com o desenvolvimento dos bairros de São Conrado, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e, na década de 1970, a construção da Ponte Rio-Niterói.

Este breve resgate histórico é condizente com a observação feita por vários autores de que as novas organizações urbanas, bem como as modificações que a cidade foi vivenciando ao longo do tempo, são necessárias para a análise da apropriação espacial na atualidade (ver: SOUZA, 1996 e 2000). Em relação à sua constituição física, podemos visualizar as diferentes formas geomorfológicas e geológicas que possibilitaram a cidade ter uma paisagem que vislumbre os maciços litorâneos, planícies, Baía de Guanabara, lagoas, restingas, ilhas e praias, que foram modificadas pelo crescimento acelerado da cidade (ver: AMADOR, 1997; GUERRA & CUNHA, 1996).

Tanto AMADOR (1996) quanto GUERRA (1997) destacam como as transformações ocorridas com o desaparecimento de praias, de morros, de lagos foram realizados para contemplar as novas organizações espaciais dentro da cidade.

São justamente algumas destas belezas naturais que imprimem, dentre as várias atividades econômicas, o destaque para o turismo; afinal, com vários pontos turísticos, associado aos múltiplos eventos culturais e de lazer espalhados por toda cidade, são explorados os objetos, símbolos e signos da cidade, suas riquezas naturais e construções humanas.

As diferentes linguagens que serão apresentadas aqui têm o intuito de mostrar os diferentes materiais disponíveis sobre a cidade do Rio de Janeiro que podem ser usados como elementos importantes na construção do conhecimento cotidiano dos alunos sobre a cidade.

O uso de poesia e literatura

As diferentes linguagens – *objeto deste artigo* – têm como característica principal o texto escrito, sem o formalismo acadêmico ou mesmo o apuro didático de uma ferramenta formal de ensino, como forma de expressar um pensamento, uma descrição de uma paisagem ou um sentimento. É importante destacar o quanto a ciência geográfica pode auxiliar na compreensão de um texto literário ou de uma poesia, através da construção dos conceitos e conteúdos geográficos.

NEVES (2008) destaca que pensar a poesia e a literatura em sala de aula é um trabalho fundamental, pois essas linguagens são manifestações universais criadas como meios de expressão sobre a realidade. Pensar *poesias e peças em prosa literária* sobre a cidade do Rio de Janeiro permite conhecer a cidade, buscando elementos que auxiliem os professores de geografia a estudarem o lugar em sua multiplicidade, como a sua localização, orientação, aspectos físicos, culturais ou econômicos estabelecidos na leitura realizada.



Figura 1: Poesia sobre Lagoa [Autor Desconhecido].
Fonte: RODRIGUES, H. *Versos para um Rio Antigo: poesia para crianças*.
Rio de Janeiro: PINAKOTHEKE, 2007, p. 22.

Explorar a poesia sobre a “Lagoa” permite estabelecer algumas questões como, por exemplo, o relevo e as condições histórico-espaciais da época representadas na poesia. Como exercício de organização metodológica, torna-se possível destacar alguns passos: (a) a leitura da poesia; (b) a interpretação; (c) os conceitos e os conteúdos que podem ser explorados, como de paisagem, lagoa, urbano, dentre outros; e (d) a reflexão sobre a questão histórica da época e a sua paisagem local. Além disso, o uso da própria imagem utilizada na representação das palavras do autor destaca elementos geográficos como o relevo (*a lagoa*) e a ocupação.

Em sua dissertação de mestrado, BARCELLOS (2006) analisa a literatura de Machado de Assis sobre a cidade do Rio de Janeiro, apontando que a mesma faz parte do nosso processo histórico, pois representa o que o seu autor capta, valoriza, imagina e descreve sobre determinados contextos tanto geográficos como históricos. O texto

literário concebe uma linguagem a partir do discurso, ou seja, das palavras e dos signos que se apresentam para o leitor. Desta maneira, a literatura serve de tema para a Geografia Cultural, ao trazer a relação cultural, emocional, artística das diferentes paisagens, lugares e espaços presentes nas experiências do autor.

BARCELLOS (2006: 70) mostra como Machado de Assis valoriza as ruas da cidade que são representadas como lugares onde os seus personagens se movimentam, conforme os seguintes trechos de Quincas Borba:

(...) Eu, em trinta e tantos, pouco antes da Maioridade, tive um amigo, o melhor dos meus amigos daquele tempo, que conheci assim por um acaso, na botica do Bernardes, por alcunha o João das pantorrilhas ... Creio que usou delas, em rapaz, entre 1801 e 1802. O certo é que a alcunha ficou. A botica era na rua de São José, ao desembocar na da Misericórdia ... João das pantorrilhas... Sabe que era um modo de engrossar a perna (...)(ASSIS, 2004 [1891] apud BARCELLOS, 2006: 70).

(...) Não é que Escobar ainda lá more nem sequer viva; morreu pouco depois, por um modo que hei de contar. Enquanto viveu, uma vez que estávamos tão próximos, tínhamos por assim dizer uma só casa, eu vivia na dele, ele na minha, e o pedaço de praia entre a Glória e o Flamengo era como um caminho de uso próprio e particular. Fazia-me pensar nas duas casas de Matacavalos, com o seu muro de permeio (...)(ASSIS, 2004 [1891] apud BARCELLOS, 2006: 75).

Observamos como a literatura pode contribuir para a discussão de conceitos e dos conteúdos geográficos, ao destacar, por exemplo, as ruas da cidade, os diferentes lugares em seu interior e as próprias formas de relevo. Esses trechos remetem à história do Rio, em sua geografia particular da época, no momento em que o Brasil se torna uma República e as concepções arquitetônicas da cidade são paulatinamente alteradas. As ruas e os lugares descritos por Machado de Assis retratam uma cidade geograficamente muito diferente da atual – como nos mostra ABREU (1997) com rigor acadêmico – mas que ao mesmo tempo, mantém elementos de sua paisagem, mas instituindo novas formas e conteúdos aos lugares.

O uso das imagens

As imagens são recursos didáticos muito importantes, pois na observação de um dado elemento é possível construir conceitos fundamentais na elaboração das sequências didáticas que auxiliem no conhecimento necessário para uma aula específica ou conteúdo. CASTELLAR e VILHENA (2010) destacam o uso da imagem como um recurso, como um “ponto de partida”, como forma de analisar um dado fenômeno a ser estudado na geografia.

As autoras destacam ainda que as imagens devem ser previamente selecionadas com o objetivo de o professor organizar sua aula para explorar este recurso. Afinal, trabalhar com as imagens de Copacabana possibilita a discussão sobre as mudanças e permanências recorrentes na paisagem, fazendo com que o aluno compreenda as transformações espaciais ocorridas, percebendo a ocupação do território e as próprias mudanças na “natureza”.

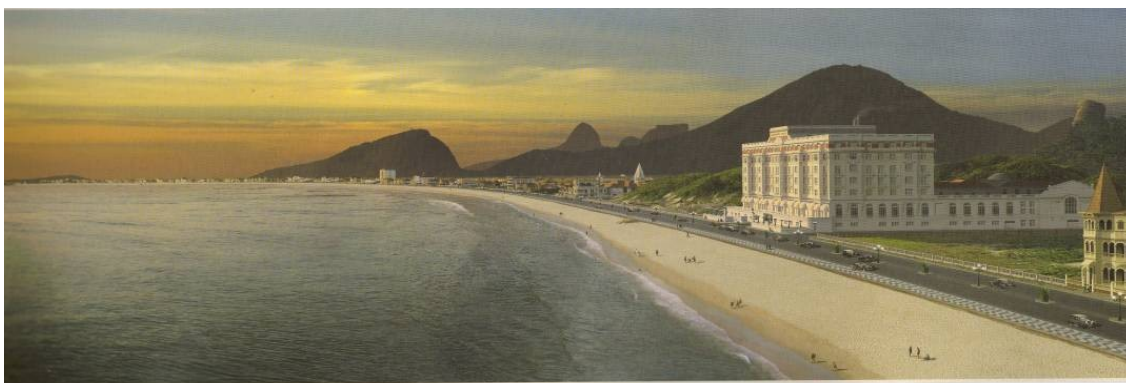


Figura 2: Copacabana em 1927.

Fonte: Instituto Pereira Passos.



Figura 3: Copacabana em 2000.
Fonte: Instituto Pereira Passos.

CASTELLAR (2003), em dois cursos recentes de Formação Continuada de Professores no Estado de São Paulo, utilizou essas imagens como forma de entender a estruturação da cidade, do seu crescimento urbano e de sua urbanização ao longo do século XX. A partir das imagens, os professores tiveram que realizar uma sequência didática, utilizando a imagem como um meio de aprendizado sobre a cidade e seu processo de urbanização. Já em outro curso, os professores já possuíam uma sequência em suas apostilas e ficaram imbuídos de desenvolvê-las.

Podemos destacar alguns conteúdos e conceitos importantes que podem ser descritos a partir das imagens: (a) relacionar os acontecimentos do passado e do presente; (b) observar, a partir do visualizável, o que é supostamente “paisagem natural” e o que foi “humanizado”; (c) analisar a interferência do homem e a modificação deste lugar a partir da construção de diferentes objetos; (d) analisar o processo de urbanização do bairro; e (e) trabalhar o conceito de lugar, de paisagem, de natureza e de espaço.

O uso da música

Assim como a literatura, a música também é uma expressão humana que exprime múltiplos sentimentos. COSTA e SILVA (2003) realizaram um trabalho sobre algumas canções da MPB no ensino de geografia, construindo atividades interessantes que abarcam o universo da cidade do Rio de Janeiro. De antemão, a música para estes autores se torna um instrumento importante para a construção de um ensino voltado para a produção do conhecimento do aluno.

Ana Claudia Ramos Sacramento, *Diferentes Linguagens na Educação Geográfica da Cidade do Rio de Janeiro*

Outros autores se dedicaram a analisar a música como método de ensino e campo de análise da ciência geográfica. MELLO (1991), por exemplo, estudou como a partir de músicas sobre a cidade do Rio de Janeiro tornava-se possível construir conceitos da Geografia Humanística. Já CORREA (2009) investigou em seu trabalho como letras de músicas populares são capazes de revelar representações da cidade do Rio de Janeiro. Como exemplos de músicas que permitem uma apreensão geográfica no processo de ensino-aprendizagem, é possível destacar duas músicas, sendo uma do rock nacional e a outra bossa nova.

Todo dia o sol da manhã / Vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo / Quem já não o queria /
Palafitas, trapiches, farrapos / Filhos da mesma agonia
E a cidade que tem braços abertos / Num cartão postal
Com os punhos fechados na vida real
Lhes nega oportunidades / Mostra a face dura do mal
Alagados, Trenchtown, Favela da Maré / A esperança não vem do mar
Nem das antenas de TV / A arte de viver da fé / Só não se sabe fé em quê
(Paralamas do Sucesso, *Alagados* - Composição Hebert Vianna e Bi Ribeiro – 1986)

A música evidencia, entre outras questões, problemas urbanos vividos na Favela da Maré. A partir desta letra pode-se discutir, com o público discente, a questão da favelização, das moradias, da urbanização desenfreada e segregadora na cidade, das diferentes condições sociais, dentre tantas outras possibilidades, analisadas, por exemplo, nos estudos de LOPES (2011, 2000, 1996). Bastante diferente da composição seguinte:

Minha alma canta / Vejo o Rio de Janeiro / Estou morrendo de saudades
Rio, seu mar / Praia sem fim / Rio, você foi feito prá mim
Cristo Redentor / Braços abertos sobre a Guanabara
Este samba é só porque / Rio, eu gosto de você
A morena vai sambar / Seu corpo todo balançar / Rio de sol, de céu, de mar
Dentro de mais um minuto estaremos no Galeão / Copacabana, Copacabana
(Tom Jobim, *Samba do Avião* – Composição de Tom Jobim e Vinícius de Moraes – 1963)

Nesta outra música, os compositores declaram entusiasticamente seu amor pela cidade, destacando os elementos da natureza, como a “praia”, a “baía”, o “morro” e o “sol”, além de elementos culturais da cidade, como o “Cristo Redentor” e o “samba”,

nesta cidade dita “maravilhosa” onde a natureza e os objetos construídos se misturam de forma harmônica. A partir daí, o professor é capaz de trabalhar a questão do *lugar* – *este conceito que envolve pertencimento e sentimentos* – da paisagem, do relevo, do clima, da cultura e tantos outros conteúdos.

O uso de mapas diversos

O mapa é uma representação espacial constituída como um sistema gráfico com determinados símbolos, onde há necessidade de conhecer um conjunto de procedimentos através dos quais os alunos adquirirão habilidades necessárias para sua plena interpretação.

SIMIELLI (1996) destaca que a leitura de um mapa não pode ser um *fim*, mas o *meio* de uma aprendizagem não caracterizada por cópias ou desenho, mas de uma alfabetização e de um letramento cartográfico. Neste caso, o professor ensinará que a leitura de um mapa, para além da localização e orientação geográfica, serve como forma de reconhecimento de um determinado lugar. A cartografia escolar deve auxiliar o aluno a compreender a estruturação espacial através imagens gráficas representadas por meio dos mais diferentes tipos de mapa.



Figura 4: Mapa turístico do Rio de Janeiro

Fonte: <http://www.viagemdeferias.com/rio-de-janeiro/turismo/mapas.php>.

Acesso em 20 de dezembro de 2011.

O mapa turístico – este recorte estratégico da cidade – apresenta diversos temas para discussão na sala de aula, entre eles: (a) trabalhar com os elementos humanos e naturais; (b) destacar os elementos naturais e fazer uma pesquisa sobre o significado de cada uma das formas de relevo; (c) relacionar quais elementos construídos e naturais correspondem às partes turísticas da cidade; (d) analisar a divisão territorial dos bairros da cidade, e suas regionalizações; (d) localizar e refletir sobre as áreas aterradas da cidade, suas motivações e impactos; (e) auferir a importância logística das redes e meios de transporte, como a Ponte Rio-Niterói, os aeroportos e as barcas da Praça XV.

Assim, é passível de análise o estudo das diferentes paisagens da cidade; a tipologia do relevo (lagoa, praia, ilha, oceano, morro, serra, planície, baía, para ficarmos no nível mais elementar); a divisão político-administrativa da cidade, em seus aspectos estratégicos; por fim, refletir sobre a lateralidade e a visão vertical na cartografia das séries iniciais.

Ana Claudia Ramos Sacramento, *Diferentes Linguagens na Educação Geográfica da Cidade do Rio de Janeiro*

Considerações Finais

A intenção de trazer para o debate as diferentes linguagens para o estudo da cidade do Rio de Janeiro consistiu em mostrar as mais diversificadas formas de se trabalhar os conceitos e os conteúdos geográficos vinculados à temática da cidade. Ou seja, tratar como ensino de geografia pode contribuir para uma articulação entre os conhecimentos oriundos dos alunos e os materiais diversos produzidos sobre a própria cidade. Para isto, é importante que os professores busquem em suas aulas organizar didaticamente os elementos necessários para a *mediação* do saber geográfico, buscando aproximar os conhecimentos teórico-acadêmicos que possuem acerca da realidade da cidade em face das mais diferentes linguagens disponíveis no cotidiano da mesma. Vale destacar que o uso de diferentes linguagens, associadas à cidade do Rio de Janeiro, podem possibilitar até mesmo intervenções a partir da compreensão dos fenômenos geográficos. Trata-se da intenção de fazer dos alunos sujeitos ativos capazes de questionar, lutar, agir, pensar acerca da realidade que os cerca.

As linguagens apresentadas neste artigo possibilitam vislumbrar diferentes sequências didáticas a partir de um determinado ponto de partida. Não se trata de fazer com que as atividades aqui propostas sejam encaradas pelos alunos como apenas uma forma de obter uma nota ou para “*passar o tempo da aula*”: busca-se verdadeiramente aprofundar questões relevantes através de diferentes formas de ensino-aprendizagem, permitindo ao público discente articular suas realidades vividas aos conteúdos ministrados em sala de aula.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRIO. 1997.

AMADOR, Elmo S. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homens e Natureza*. Rio de Janeiro: Elmo S. Amador, 1997.

Ana Claudia Ramos Sacramento, *Diferentes Linguagens na Educação Geográfica da Cidade do Rio de Janeiro*

BARCELLOS, Frederico Roza. *Espaço e Lugar: O olhar geográfico Machadiano sobre o Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX*. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Geografia – UFRRJ, 2006.

CACETE, Nuria Hanglei; PAGANELLI, Tomoko Iyda; PONTUSCHKA, Nídia. Nacib. “Representações e linguagens no ensino da Geografia”. In: *Para ensinar e aprender Geografia*. São Paulo: Cortez, 2007.

CALLAI, Helena Copetti; CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella; CAVALCANTI, Lana de Souza. “Lugar e Cultura Urbana: um estudo comparativo de saberes docentes no Brasil.” In: *Terra Livre*, v. 1, 2007, p. 91-108.

_____. “A Cidade Latino - americana como cenário didático”. In: Nubia Moreno Lache y Alexánder Cely Rodríguez. (Org.). *Ciudades Leídas Ciudades Contadas - La ciudad latinoamericana como escenario didáctico para la enseñanza de la geografía*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2011, p. 22-44.

CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. “O Ensino de Geografia e a Formação Docente”. In: CARVALHO, Ana Maria Pessoa de (org). *Formação Continuada de Professores: uma releitura das áreas de conteúdo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 103-120.

_____. “A psicogenética e a aprendizagem de Geografia”. IN: CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella (org.). *Educação Geográfica: teorias e práticas docentes*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 66-78. (Geosp: Novas Abordagens)

_____. “Lugar de Vivência: a cidade e a aprendizagem”. In: Garrido, Marcelo. (Org.). *Reflexiones sobre el espacio en el mundo educativo. Reflexiones sobre el espacio en el mundo educativo*. 1ed .Santiago: Ediciones Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2009, p. 37-56.

_____. “A cidade como método de estudo na educação geográfica”. In: LACHE, Nubia Moreno; RODRIGUES, Alexander Cely. *Ciudades Leídas Ciudades Contadas: La ciudad latino-americana como escenario didáctico para la enseñanza de la geografía*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2011, p. 153-170.

CASTELLAR, Sonia; VILHENA, Jerusa. *Ensino de Geografia*. São Paulo: Cengage Learning. 2010.

CORREA, Fernando Satt. *Crônicas musicadas de uma cidade – representações do Rio de Janeiro nas letras de música popular brasileira do século XX*. Monografia de Graduação – Faculdade de Comunicação Social. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

- COSTA, Alexander. J. S. T. da; SILVA, José. N. *A Geografia presente em Canções da MPB e a música inserida no Ensino de Geografia: considerações e propostas*. Vitória: Anais de 7º ENPEG. 2003.
- FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira. *Material didático: discursos e saberes*. Belo Horizonte: Junqueira & Marin Editora. 2008.
- GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Batista. *Geomorfologia e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.
- MELLO, João Batista Ferreira de. *O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira - 1928/1991 - uma introdução à geografia humanística*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.
- NEVES, Cynthia Agra de Brito. *Poesia em sala de aula: um exercício ético e estético*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC- Campinas. Campinas: 2008.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *Compreender e transformar o ensino*. 4ª ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2000.
- SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *Cartografia e Ensino – Proposta e Contraponto de uma Obra Didática*. Livre Docência Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SISTEMAS AMBIENTAIS E CAPACIDADE DE SUPORTE

NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURU-CEARÁ

Marcos José Nogueira de Souza *

Jader de Oliveira Santos **

Vlândia Pinto Vidal de Oliveira ***

Resumo: tendo em vista a necessidade de estudos ambientais integrados, o presente artigo trata do planejamento da bacia hidrográfica do rio Curu, localizada na porção setentrional do Ceará. Nossa abordagem preocupa-se em estabelecer a correlação dos fatores físicos e bióticos com os condicionantes sociais sobre os diferentes sistemas. Para tanto, enfatiza a fundamentação metodológica dos estudos ambientais, contemplando as condições ecofisiográficas, de uso e de ocupação dos recursos. Assim, é possível estabelecer a capacidade de suporte dos ambientes face ao desenvolvimento das atividades humanas.

Palavras-Chave: análise geoambiental; bacia hidrográfica; planejamento ambiental; recursos naturais; Ceará.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS AND SUPPORT CAPABILITY IN THE HYDROGRAPHIC BASIN OF CURU RIVER-CEARÁ

Abstract: acknowledging the necessity of integrated environmental studies, the present article focus on the planning of the hydrographic basin of Curu river, located in the northern of Ceará.

Our approach intends to establish the correlation of physical and biotic factors with the social constraints over the different systems. For that matter, emphasizes on the methodological fundaments of environmental studies, contemplating the ecophysiological conditions of use and resources occupation. Therefore, it is possible to establish the support capability of the geoenvironments facing the development of human activities.

Key Words: geoenvironmental analysis; hydrographic basin; environmental planning; natural resources; Ceará.

* Prof. Titular pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

** Prof. Departamento de Geociências – UFRRJ.

*** Profa. Departamento de Geografia UFC e Coordenadora do doutorado rede PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

SYSTEMES ENVIRONNEMENTAUX ET CAPACITE DE SUPPORT DANS LA BASSIN HYDROGRAPHIQUE DE LA FLEUVE CURU-CEARA

Résumé: a partir de la nécessité des études environnementales intégrés, cet article se propose à faire l'aménagement de la bassin hydrographique de la fleuve Curu, située dans la partie septentrionale de l'État du Ceará. Notre démarche veut établir la corrélation des facteurs physiques et biotiques avec les éléments sociaux face aux différentes systèmes. Pour cela, on va realcer l'apport méthodologique des études environnementales pour apprendre les conditions ecophysiographiques et d'utilisation des ressources. Ce faisant c'est possible établir la capacité de support des milieux devant le développement des activités humaines.

Mots-clés: analyse environnementale; bassin hydrographique; aménagement environnementale; ressources naturelles; Ceará.

1. Introdução

O uso desordenado dos recursos naturais ocasiona fortes desequilíbrios nos sistemas ambientais, interferindo de maneira decisiva em sua estrutura e funcionamento. Essas consequências manifestam-se mais fortemente nos ambientes onde há um frágil equilíbrio nas condições do potencial ecológico e da exploração biológica, conduzindo, em muitos casos, à degradação generalizada dos recursos. Os problemas ambientais intensificam-se em regiões que apresentam limitações naturais, como é o caso do semi-árido brasileiro. Nestas condições, geralmente os solos são rasos ou pouco desenvolvidos, apresentando baixa disponibilidade hídrica e um recobrimento vegetal que exerce pouca proteção contra os efeitos da erosão, contribuindo para sistemas ambientais com evidentes restrições de uso e de exploração.

Não obstante a fragilidade desses sistemas, há de se verificar que, desde os primórdios da colonização, sobretudo a partir do século XVIII, ocorreu um processo de ocupação predatória que não considerou a capacidade de suporte de tais sistemas, desencadeando processos de degradação que, em alguns casos, exibem notórios traços de desertificação. É justamente nesse contexto que emerge a necessidade do

desenvolvimento de ações e programas com vistas à melhoria das condições socioambientais.

A bacia do rio Curu abrange a parte da porção centro-norte do Estado do Ceará. Inscreve-se quase que totalmente no território do semiárido cearense, ocupando uma área aproximada de 8.600 Km² onde há predominância de terrenos cristalinos. Contudo, no baixo vale verificam-se as coberturas sedimentares dos tabuleiros pré-litorâneos e os depósitos Holocênicos da planície costeira, além dos sedimentos aluviais que bordejam a calha fluvial do Curu e de seus tributários. A diversidade litológica, associada às variações do micro e do mesoclima, configuram um mosaico de diferentes sistemas ambientais, submetidos a profundas transformações decorrentes do processo histórico de uso e ocupação.

Os sistemas ambientais são integrados por variados elementos que mantêm relações mútuas entre si e são continuamente submetidos aos fluxos de matéria e de energia. Cada sistema representa uma unidade de organização do ambiente natural onde se estabelecem relacionamentos entre seus componentes, configurando potencialidades e limitações específicas sob o ponto de vista dos recursos ambientais. Como tal, reagem também de forma singular no que tange às condições históricas de sua apropriação.

O estudo da bacia do rio Curu buscou identificar e caracterizar as principais variáveis relativas ao suporte (condições geológicas, geomorfológicas e hidrogeológicas), ao envoltório (clima e hidrologia de superfície) e à cobertura (solos e condições de biodiversidade). Para tanto, procedeu-se a um diagnóstico ambiental com base na aplicação da metodologia sistêmica, que considera as relações de interdependência existente entre os elementos abióticos, bióticas e os processos de exploração dos recursos. A partir dos pressupostos anteriormente mencionados, foram estabelecidos os sistemas ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Curu e a identificação dos impactos nele incidentes. A partir deste diagnóstico, foi possível estabelecer a capacidade de suporte de tais sistemas .

O artigo em tela apresenta os resultados dos estudos na bacia hidrográfica do Rio Curu, parte integrante do Projeto de Gestão Racional de Bacias Hidrográficas de Modo

a Manter o Uso Sustentável na Região das Caatingas (PRODETAB), desenvolvido através de parcerias entre EMBRAPA, UECE, UFC e CEFET e com financiamento do BIRD.

2. Princípios e concepções norteadoras – fundamentação metodológica

O diagnóstico para a caracterização das condições da bacia hidrográfica em questão envolveu uma série de estudos analíticos e sintéticos. Para sua realização, considerou três estratégias metodológicas fundamentais: (1) abordagem sistêmica; (2) valorização da multidisciplinaridade e (3) sistema de informação.

A abordagem sistêmica considera o sistema como o conjunto de unidades que têm propriedades comuns e estabelecem relações intrínsecas entre si. Acrescenta-se que os sistemas não atuam de modo isolado, ao contrário, estabelecem relações de conectividade, interdependência e fazem parte de um conjunto maior (MMA, 2006). Caracterizam-se por constantes fluxos de matérias e energias, parte de um todo indissociável.

Em virtude do amplo espectro de estudos e atividades que envolvem a gestão racional de bacias hidrográficas e dos recursos ambientais, a valorização da multidisciplinaridade é indispensável. Esses preceitos estão estabelecidos nas diretrizes metodológicas do Programa de Zoneamento Ecológico Econômico (PZEE). A compreensão do conjunto se dá mediante o conhecimento inter-relacionado das componentes ambientais e da sociedade numa perspectiva multidisciplinar.

A articulação dos diferentes módulos de coleta, armazenamento, tratamento e divulgação dos dados, de modo a promover a concentração das informações e a descentralização em seu acesso, ocorre através de um sistema de informações. Esse processo permite a integração entre os dados e as informações disponíveis e produzidas, proporcionando o estabelecimento da integração entre os elementos da natureza e as interferências decorrentes das atividades socioeconômicas.

Segundo Jurandir Ross, o conhecimento da realidade sócio-econômica pode ser obtido por intermédio da história econômico-social e do uso atual da terra e dos recursos

naturais (ROSS, 1995). Seguindo tal indicação, nossa investigação considerou a análise dos tipos de intervenções feitas pela sociedade nos sistemas ambientais e como os impactos ambientais decorrentes interferiram na funcionalidade sistêmica do meio.

Assim sendo, foram obtidas informações integradas em uma base geográfica, possibilitando a classificação dos ambientes de acordo com a sua capacidade de suporte face ao desenvolvimento das atividades produtivas e implantação de infraestrutura.

As análises temáticas são apresentadas de modo a demonstrar o estreito relacionamento entre os aspectos ambientais. Estas análises, que encerram a primeira etapa do diagnóstico, foram conduzidas de modo a definir as características das diversas variáveis que compõem o meio físico. Sequencialmente são apresentadas em forma de matriz as condições lito-estratigráficas e as características das feições morfogênicas; características hidroclimatológicas; distribuição dos solos, suas principais propriedades e os padrões de cobertura vegetal. Tal sequência apresenta uma cadeia de produtos parciais que expõe uma relação de dependência entre as variáveis geoambientais. Cada uma delas apóia-se nas anteriores e fundamenta as seguintes, evidenciando a funcionalidade e a interdependência dos componentes.

O diagnóstico do meio físico apresenta uma proposta de síntese da Compartimentação Geoambiental através de um quadro sinótico. Essa proposta é apoiada na análise das variáveis anteriormente referidas e nas relações mútuas entre elas. Nessa etapa do diagnóstico é priorizada a visão da totalidade para a caracterização das unidades. Referidas unidades são delimitadas em função de combinações mútuas específicas entre as variáveis geoambientais.

Destacando-se as diversidades internas dos sistemas são delimitadas as unidades elementares (os subsistemas) contidas em um mesmo sistema de relações. Sob esse aspecto, a concepção de paisagem assume significado para delimitar as subunidades, em função da exposição de padrões uniformes ou relativa homogeneidade (SOUZA, 2000). Segundo Grigoriev, as paisagens são manifestações de leis físico-geográficas associadas às características locais (GRIGORIEV, 1968), o que, para Ab'Saber, constitui

o suporte biofísico e ecológico modificado por uma infinidade de ações e obras derivadas das sociedades humanas (AB'SABER, 1994).

A síntese das unidades ambientais é apresentada mediante quadros que contêm informações sobre a denominação das unidades e sobre as características predominantes das condições geoambientais, tais como geologia, geomorfologia, hidroclimatologia, solos, vegetação, uso e ocupação.

No mapa da Compartimentação Geoambiental são destacadas as características dos principais atributos ambientais, que servem para indicar condições potenciais ou limitativas quanto às possibilidades de uso dos recursos e das reservas naturais.

Com o objetivo de avaliar a dinâmica ambiental e o estado de evolução dos sistemas ambientais, utilizamos os conceitos e os princípios da ecodinâmica definidos por Jean Tricart para determinar o grau de estabilidade/instabilidade do ambiente. O conceito de unidade ecodinâmica é integrado à ideia de ecossistemas, com base no instrumento lógico dos sistemas, onde são enfocadas as relações entre os diversos componentes da dinâmica ambiental e os fluxos de matéria e energia existentes no meio ambiente. Através da aferição do balanço entre morfogênese e pedogênese faz-se possível qualificar a ecodinâmica das paisagens (TRICART, 1977). Nesta perspectiva, são propostos três meios ecodinâmicos: estáveis, de transição (*intergrades*) e instáveis. Através do entendimento destes meios ecodinâmicos, é possível detectar o grau de vulnerabilidade do ambiente e sua sustentabilidade futura, tendencial e desejada (SOUZA, 2000).

Após o reconhecimento do contexto geoambiental da área, organizou-se a síntese dos sistemas ambientais contemplando, sequencialmente, os seguintes aspectos: (a) capacidade de suporte (potencialidades, limitações, ecodinâmica e vulnerabilidade); (b) impactos e riscos de ocupação; (c) diretrizes ambientais. A organização do mapeamento foi feita com base na utilização de imagens de sensoriamento remoto, produtos cartográficos básicos e temáticos disponíveis e um rigoroso controle de campo.

Com base em contínuos níveis de sínteses por meio de relações interdisciplinares, considerando os fatores do potencial ecológico (geologia, geomorfologia, climatologia,

hidrologia), da exploração biológica (solos, cobertura vegetal, fauna) e das condições de ocupação e da exploração dos recursos naturais, são estabelecidas, delimitadas e hierarquizadas as unidades espaciais homogêneas, configurando, cartograficamente, a compartimentação geoambiental em escala compatível com os objetivos, interesses e aplicabilidades práticas do estudo.

Foram cumpridas as seguintes etapas do roteiro metodológico: levantamento do acervo bibliográfico e de informações disponíveis sobre o contexto geoambiental da bacia do rio Curu; análise dos temas de estudo; preparação da cartografia básica em um Sistema de Informações Geográficas (SIG); exame e utilização dos produtos de levantamentos sistemáticos de recursos naturais disponíveis sobre a área; apreciação e interpretação dos resultados do sensoriamento remoto, tendo em vista os estudos temáticos, integrações parciais e progressivas dos temas; por fim, levantamentos de campo para fins de reconhecimento.

O fluxograma metodológico apresentado na figura a seguir sintetiza os procedimentos adotados no estudo sob o ponto de vista geoambiental.

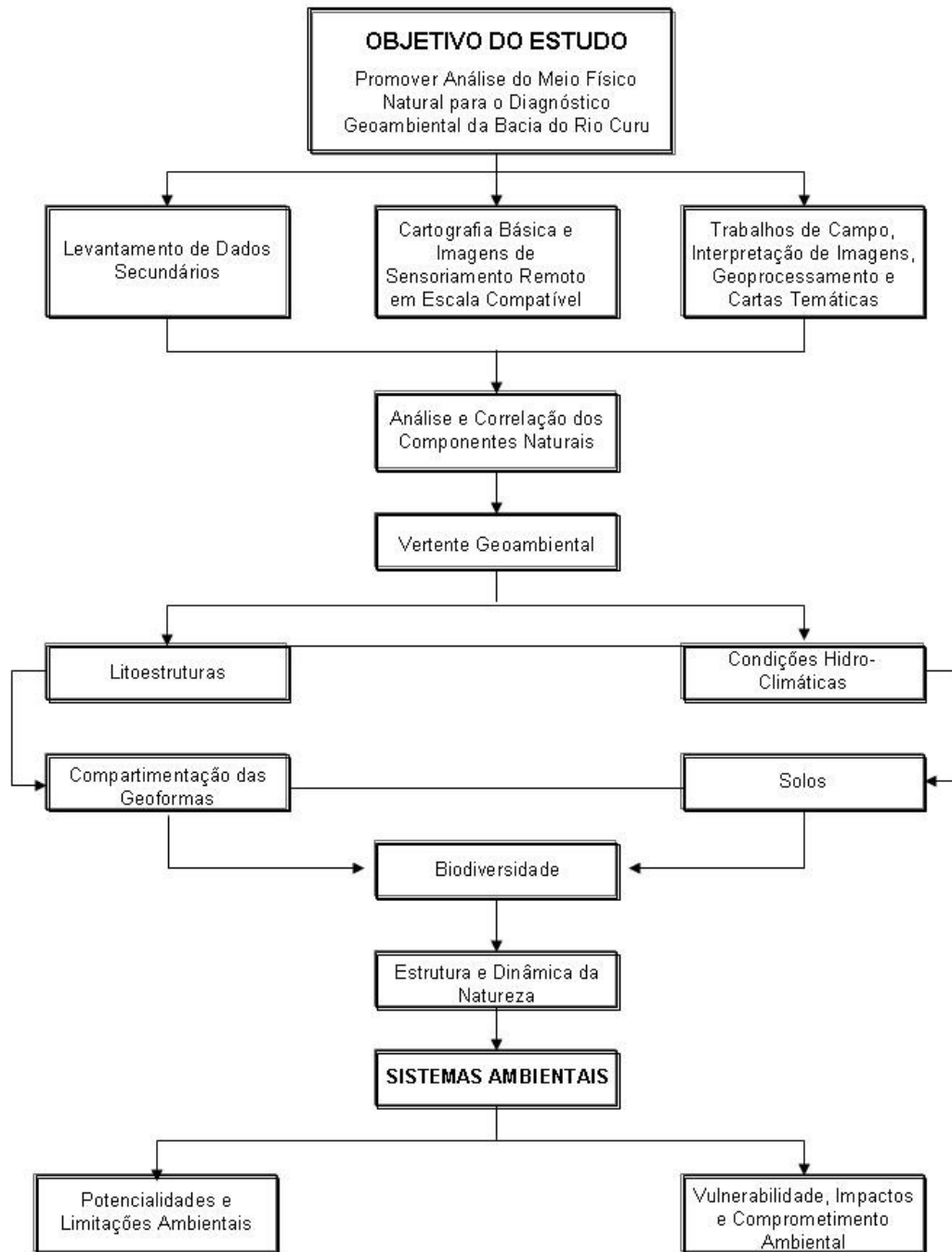


Figura 01. Fluxograma metodológico
Fonte: Souza (2000) e Souza et al. (2005)

3. Configuração geográfica da bacia do Rio Curu

A referida bacia pode ser localizada conforme as cartas abaixo. Nela, há uma predominância muito significativa dos terrenos cristalinos Pré-Cambrianos referentes ao Complexo Nordestino (BRASIL, 1981, 1981a) que inclui migmatitos, além de gnaisses variados com núcleos granitóides. Na região do baixo vale, o embasamento é recoberto em discordância por sedimentos Plio-Quaternários da Formação Barreiras e por depósitos Holocênicos próximos à linha de costa, além dos sedimentos aluviais que bordejam as calhas fluviais (SOUZA, 1988; SOUZA, 2000; e SOUZA et al., 2005).

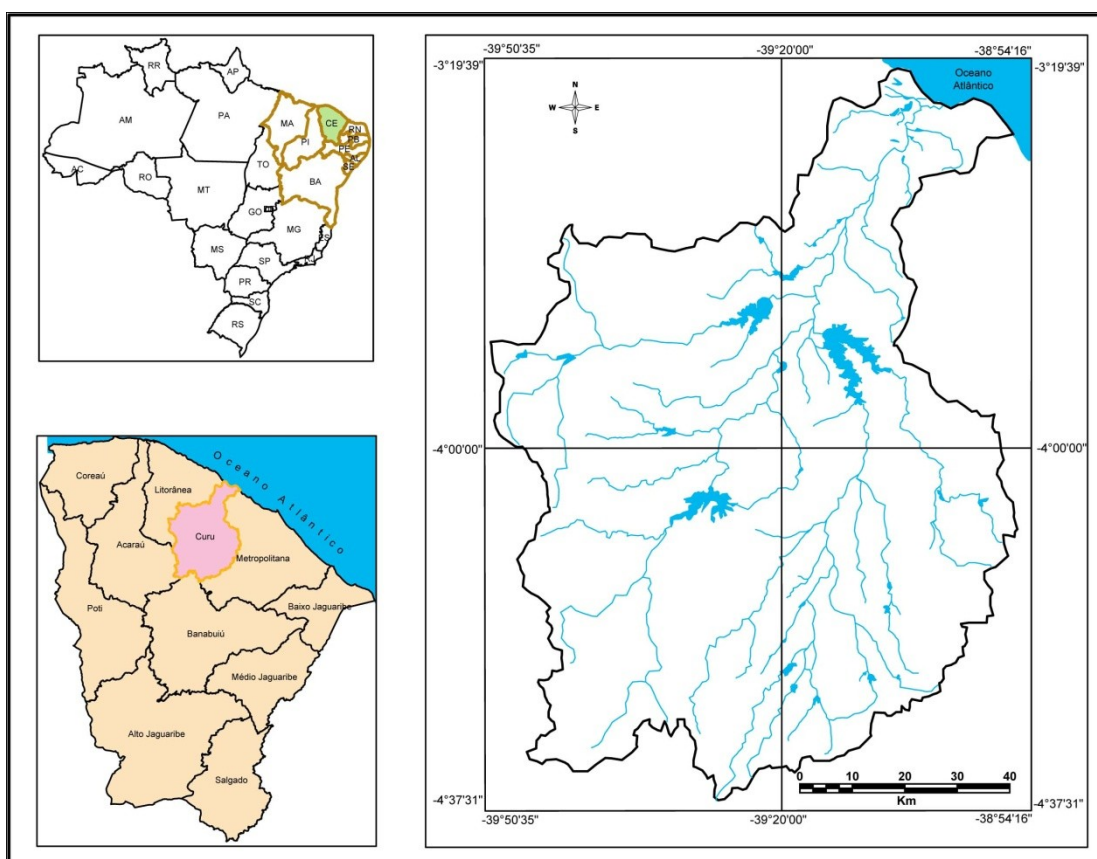


Figura 02 – Mapa de Localização

A quase totalidade da bacia hidrográfica do rio Curu é submetida aos efeitos das irregularidades pluviométricas do semi-árido e aos índices deficitários de balanço hídrico durante quase todo o ano. A rede de drenagem superficial é exoréica com

padrão dendrítico bastante denso, composta por rios de regimes intermitentes sazonais. Diante do evidente predomínio de terrenos cristalinos, o escoamento superficial é favorecido; logo, o potencial de águas subterrâneas é baixo. Os solos e as formações superficiais são predominantemente rasos, havendo significativa frequência de chãos pedregosos e exposições de afloramentos rochosos nos sertões do alto-médio Curu.

Em nascentes situadas no platô e na vertente setentrional da Serra do Machado, o Curu é também beneficiado por tributários da margem esquerda, oriundos da vertente leste da Serra de Uruburetama. Os afluentes da margem direita correm a partir da vertente oeste da Serra de Baturité, entalhando fortemente alguns setores do relevo cristalino. O sistema do rio Curu tem importantes reservatórios como os de General

“A quase totalidade da bacia hidrográfica do rio Curu é submetida aos efeitos das irregularidades pluviométricas do semi-árido e aos índices deficitários de balanço hídrico durante quase todo o ano”

Sampaio, Pentecoste e Caxitoré, desembocando no oceano Atlântico através de um estuário sinuoso no limite entre os municípios de Paraipaba e Paracuru.

Refletindo as relações de interdependência entre os diversos componentes geoambientais, há um recobrimento vegetal dominado por caatingas que exibem variados padrões fisionômicos e florísticos. De modo quase genérico, a vegetação apresenta-se descaracterizada em decorrência da ação contínua e da intensa exploração dos recursos. As atividades

produtivas, especialmente a pecuária e a agricultura, são praticadas através de sistemas tecnológicos muito rudimentares, que apresentam elevado potencial degradacional.

Sob o ponto de vista ambiental e em consonância com a macrocompartimentação geomorfológica, duas unidades se destacam e são representadas: (1) pelos níveis rebaixados das depressões sertanejas extensivamente recobertas pelas caatingas e (2) pelos níveis serranos dos maciços residuais.

Os níveis serranos dos maciços residuais abrangem as porções setentrionais da Serra do Machado, parte da vertente norte-oriental da Serra de Uruburetama e a vertente

ocidental da Serra de Baturité. Esses três conjuntos abrangem o alto e o médio vale do Curu. No baixo vale preponderam os relevos baixos dos tabuleiros pré-litorâneos e a planície costeira no entorno da área estuarina. Bordejando o curso do rio principal e dos maiores tributários como os rios Canindé e Caxitoré, desenvolvem-se largos setores de planícies aluviais que, em comparação com a depressão sertaneja, apresentam significativas melhorias do potencial geoambiental.

Os sistemas de produção são caracterizados pela pecuária extensiva, agroextrativismo e agropecuária diversificada. Localmente, desenvolvem-se sistemas de subsistência e perímetros irrigados, cujo destaque maior cabe ao perímetro do Curu-Paraipaba. Nos maciços residuais com vertentes úmidas, portanto mais propícios ao desenvolvimento das atividades agrícolas, a policultura é preponderante.

4. Sinopse da Compartimentação Geoambiental

A identificação e delimitação dos sistemas ambientais encerrou o resultado do agrupamento de áreas dotadas de condições específicas quanto às relações mútuas entre os fatores do potencial ecológico (fatores abióticos) e os da exploração biológica, compostos, essencialmente, pelo mosaico de solos e pela cobertura vegetal. O mapeamento foi organizado através da interpretação das imagens de sensoriamento remoto do TM LANDSAT 5, LANDSAT 7 ETM +, imagens de radar e análise do acervo cartográfico temático oriundo de levantamentos sistemáticos dos recursos naturais do Ceará, além de trabalhos de campo. Tal mapeamento fornece os requisitos considerados imprescindíveis para definir a qualidade dos atributos naturais em termos de potencialidades e de limitações, tendo em vista suas repercussões na qualidade ambiental.

Na preparação da legenda do mapa da Compartimentação Geoambiental, selecionaram-se as características dos principais atributos ambientais que serviram de base para indicar condições favoráveis ou limitantes para o uso e ocupação da bacia do rio Curu.

É nessa perspectiva que os fatores geoambientais e os padrões de uso e ocupação tendem a constituir dados instáveis, onde a acentuada variação têmporo-espacial das paisagens torna-se importante. Assim, via de regra, os sistemas são formados por paisagens diferentes e apenas os subsistemas apresentam maior uniformidade.

Para delimitação dos sistemas ambientais da bacia considerou-se a análise geomorfológica como elemento de fundamental relevância. Os limites do relevo e as feições do modelado são mais facilmente identificados e passíveis de delimitação mais rigorosa e precisa. Deve-se reconhecer, além disso, que a compartimentação geomorfológica deriva da herança da evolução geoambiental, pelo menos, Tércio-Quaternária. Como tal, cada compartimento tende a ter padrões de drenagem superficial, arranjos típicos dos solos e características singulares quanto aos aspectos fito-fisionômicos; por consequência, os padrões de ocupação também são influenciados.

Sob o aspecto do uso e da ocupação da terra, a bacia do Curu tem no setor primário da economia suporte fundamental, através de uma participação expressiva na formação da renda ou por representar a principal parcela do emprego regional. Esta situação, convém salientar, vem se mantendo inalterada ao longo dos anos. Neste particular, as limitações naturais têm papéis importantes para justificar um ritmo de crescimento que está longe de atingir o desejado.

A área dos sertões é, por excelência, o domínio do criatório extensivo, do agro-extrativismo e da pequena lavoura de subsistência. Esse complexo representa o mais importante sistema de produção regional. Evidenciam-se mudanças apenas no tocante à combinação de fatores, pois, às vezes, há primazia da pecuária; outras, da atividade agro-extrativista e de subsistência.

Na área da planície fluvial, em face da melhoria das condições hídricas e edáficas, estão instalados os dois principais perímetros irrigados da bacia: Curu-Pentecoste e Curu-Paraipaba. O primeiro tem uma área implantada com quase 1.000 ha, produzindo principalmente coco, banana e lavouras temporárias de subsistência. Já o perímetro Curu-Paraipaba possui área implantada de 3.357 ha, tendo como culturas

permanentes coco, cana-de-açúcar e fruticultura variada. As lavouras de subsistência são predominantes em apenas uma parcela dessas terras.

A figura 03 e o quadro 01 exibem de modo sinóptico a delimitação, a identificação e as características naturais e de uso/ocupação dominantes nos Sistemas Ambientais da Bacia hidrográfica do rio Curu.

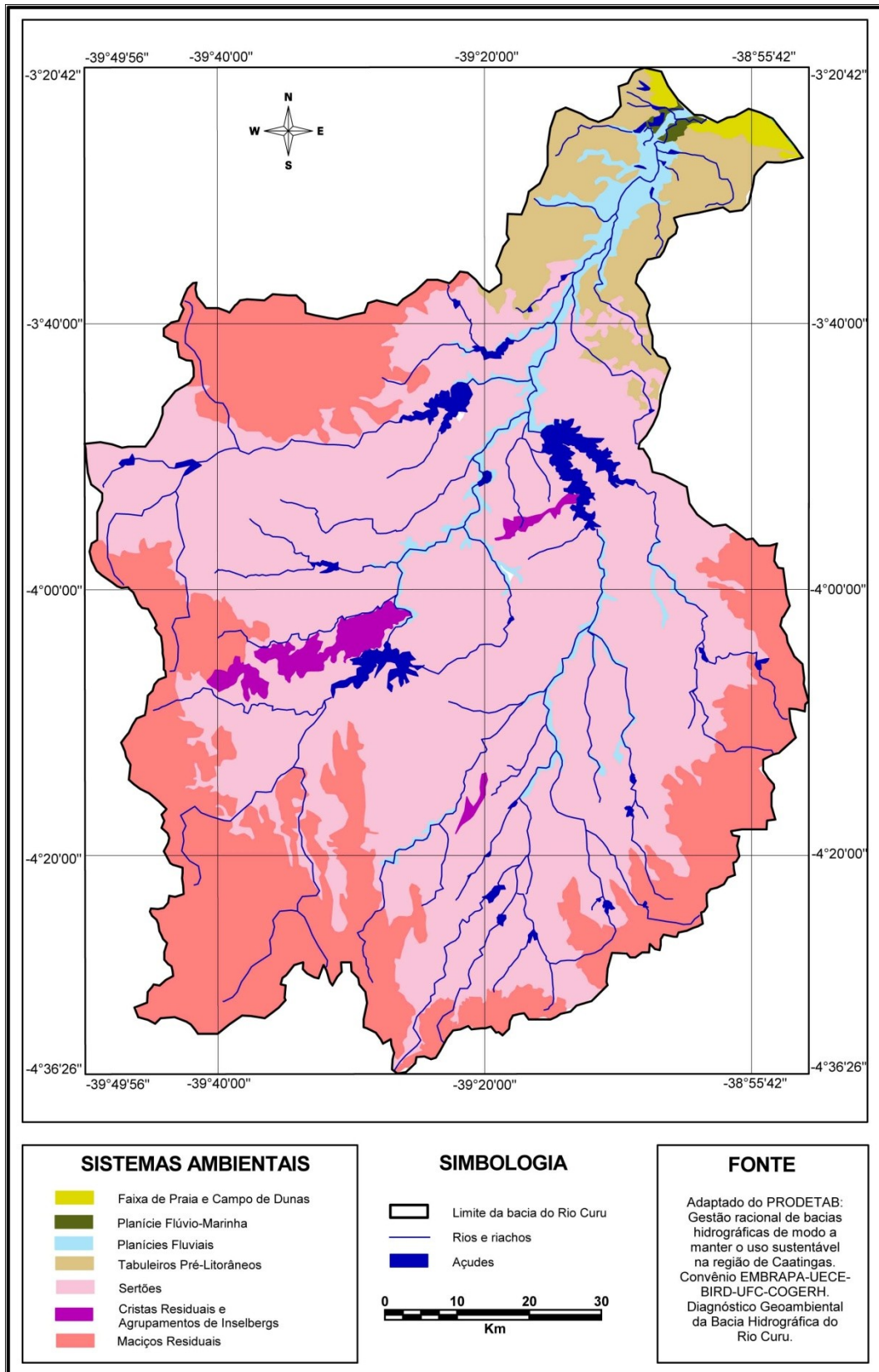


Figura 03 – Mapa de Sistemas Ambientais da Bacia Hidrográfica do rio Curu.

SISTEMAS AMBIENTAIS					
	CRONO-LITO- ESTRATIGRAFIA	GEOMORFOLOGIA	HIDROLOGIA DE SUPERFÍCIE	SOLOS E COBERTURA VEGETAL	USO E OCUPAÇÃO
Faixa de praia, campo de dunas	Sedimentos marinhos eólicos com areias finas e grosseiras, contendo níveis de minerais pesados e eventuais ocorrências de rochas de praia ("beach rocks") e afloramentos pontuais do cristalino.	Faixa praial com superfície arenosa de acumulação marinha, níveis escalonados de terraços, campos de dunas móveis e ocorrências de promontórios.	Escoamento difuso com ocorrência de lagoas freáticas.	Neossolos Quartzarênicos. Vegetação pioneira psamófila com espécies altamente especializadas.	Extrativismo vegetal e baixo índice de ocupação humana; atividades de lazer e recreação na faixa de praia e campo de dunas
Planície Flúvio-marinha	Sedimentos flúvio-marinhos argilo-arenosos, mal selecionados e ricos em matéria orgânica.	Área de acumulação complexa, periodicamente inundável, com depósitos continentais e sedimentos marinhos.	Estuários e drenagem com padrões anastomóticos e fluxo lento do escoamento fluvial, fortemente influenciado pela preamar.	Gleissolos ocupados por manguezais de porte variados.	Áreas legalmente protegidas; extrativismo; pesca artesanal; alguns setores ocupados por carcinicultura.
Tabuleiros Pré-litorâneos	Sedimentos areno-argilosos mal selecionados e de cores esbranquiçadas ou amarelo-avermelhadas da Formação Barreiras	Rampas de acumulação com caimento topográfico suave em direção ao litoral, dissecados em interflúvios tabuliformes.	Escoamento intermitente sazonal e rede de drenagem com padrão paralelo.	Neossolos Quartzarênicos e Argissolos Vermelho-amarelos revestidos por vegetação de tabuleiro.	Sítios de baixo adensamento com culturas comerciais, lavouras de subsistência e pastagens.
Planícies fluviais	Sedimentos aluviais com areias mal selecionadas incluindo siltes, argilas e cascalhos.	Áreas planas em faixas de aluviões recentes e baixadas inundáveis limitadas por níveis escalonados de terraços eventualmente mantidos por cascalheiros.	Escoamento intermitente sazonal em fluxo muito lento.	Neossolos Flúvicos, Planossolos e Vertissolos, revestidos por matas ciliares.	Mata ciliar degradada; extrativismo vegetal e mineral; agricultura irrigada.

Maciços residuais	Litotipos variados do complexo cristalino Pré-Cambriano deformados por tectonismo.	Superfícies Serranas ou encostas forte e medianamente dissecadas em feições de cristas, colinas lombadas, inter-caladas por vales em V.	Escoamento superficial com rios de padrões dendríticos e escoamento intermitente.	Associações de Argissolos nos topos e altas vertentes; Neossolos Litólicos nas vertentes íngremes e Neossolos Flúvicos nas planícies alveolares com matas secas e sub-úmidas.	Agroextrativismo; cultivos em vertentes íngremes; extrativismo mineral.
e Inselbergs.	Litotipos variados do complexo cristalino Pré-Cambriano deformados por tectonismo.	Cristas residuais com fortes declives e morros isolados em rochas do embasamento.	Escoamento difuso.	Neossolos Litólicos e Afloramentos rochosos.	Vegetação rupestre.
Sertões	Litotipos variados do complexo cristalino. Rochas do Complexo Nordeste, suites magmáticas deformadas por movimentos diastróficos pretéritos e truncadas por superfícies de aplainamento.	Superfície pediplanada truncando variados tipos de rochas, eventualmente dissecados em formas de topos convexos e tabulares, intercalados por vales de fundos planos recobertos por sedimentos aluviais das planícies fluviais.	Escoamento superficial com rios de padrões dendríticos e/ou dendríticos retangulares e escoamento intermitente sazonal.	Luvisolos (topos ligeiramente convexos e vertentes suaves); Planossolos (baixas vertentes e interflúvios tabulares); Neossolos Litólicos e Afloramentos rochosos (níveis residuais elevados). Solos revestidos originalmente por caatingas variadas.	Caatinga fortemente degradada; pecuária extensiva; uso da caatinga na matriz energética; agricultura de ciclo curto.

Quadro 01 – Características naturais e uso/ocupação dos sistemas ambientais.

5. Capacidade de suporte, impactos, riscos de ocupação e diretrizes

5.1 Faixa de praia, campo de dunas móveis e fixas, paleodunas e planícies flúvio-marinhas.

Áreas complexas do ponto de vista ambiental. Apresentam faixas de praias com larguras variadas e campos de dunas móveis, fixas e paleodunas, com ocorrência eventual de recobrimento por eolianitos, presença de rochas de praias (*beach rocks*) e afloramentos pontuais do cristalino. A planície flúvio-marinha é uma área permanentemente inundável, com sedimentos ricos em matéria orgânica de origem continental e acréscimos marinhos, apresentando Gleissolos revestidos por manguezais parcialmente degradados. São ambientes instáveis, com alta vulnerabilidade à ocupação.

Potencialidades e Limitações: dentre as potencialidades, podemos destacar o enorme patrimônio paisagístico, que fornece ambientes de grande beleza cênica — notadamente as praias e ilhas flúvio-lacustres, que favorecem atividades de lazer e de turismo, com ênfase no turismo ecológico. As atividades de pesquisa científica e educação ambiental também apresentam boas possibilidades. Verifica-se boa disponibilidade de recursos hídricos subterrâneos e superficiais com vários corpos d'água lacustres. O potencial de extrativismo vegetal e pesca artesanal de forma controlada é de médio a bom, assim como a carcinicultura⁵⁹, que pode ser desenvolvida fora das áreas de preservação permanente.

As limitações estão diretamente relacionadas às condições ecodinâmicas e às restrições impostas pela legislação ambiental. Os solos apresentam fortes limitações edáficas, favorecidos pela grande salinidade, inundabilidade, baixa fertilidade, impedimentos à mecanização, baixa coesão dos materiais que conferem baixo suporte para edificações, implantação viária, loteamentos e expansão urbana.

Impactos e Riscos de Ocupação: degradação dos manguezais; poluição dos recursos hídricos; erosão marinha e recuo da linha de costa; trânsito frequente de areias

⁵⁹ Criação de crustáceos com técnica específica.

aterrando mangues, estradas e áreas urbanas; especulação imobiliária e expulsão da população nativa; desestabilização dos campos de dunas e manguezal com riscos de deteriorização paisagística; perda de atrativos turísticos; implantação desordenada da carcinicultura. A ocupação desordenada do espaço pode provocar desequilíbrios no balanço sedimentológico do litoral e da produtividade biológica, com redução das espécies piscícolas.

Diretrizes Ambientais: uso controlado dos corpos d'água; preservação do patrimônio paisagístico; proteção das paleodunas, falésias, planície flúvio-marinha e remanescentes das matas à retaguarda das dunas; manejo ambiental da flora e fauna; controle de efluentes; recuperação funcional dos ambientes; controle da especulação imobiliária; atividades educativas; saneamento ambiental; monitoramento do ambiente litorâneo conforme preceitos concebidos pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO); obediência à legislação ambiental.

5.2 Tabuleiros arenosos e areno-argilosos do Baixo Curu

Superfície de deposição com suave caimento topográfico em direção à linha de costa. A drenagem tem padrão paralelo, com afluentes convergindo para o canal principal, com rios de regime intermitente sazonal. Os solos predominantes são do tipo Neossolos Quartzarênicos, Plintossolos e Argissolos Vermelho-Amarelos, revestidos por vegetação de tabuleiros fortemente descaracterizada pela atividade agrícola, pela pecuária e pelo agroextrativismo. Ambientes estáveis em condições de equilíbrio natural e com baixa vulnerabilidade à ocupação.

Potencialidades e Limitações: as potencialidades estão relacionadas ao desenvolvimento de atividades agro-extrativistas sobre as áreas dos tabuleiros. A estabilidade do terreno favorece o desenvolvimento da expansão urbano-industrial além da ampliação da malha viária. Os sedimentos friáveis dos tabuleiros pré-litorâneos favorecem a mineração controlada dos materiais de uso imediato na construção civil (areias). Através de melhorias no sistema de produção, a pecuária extensiva e intensiva pode ser desenvolvida. Devido à elevada permoporosidade do

terreno e à boa qualidade das águas subterrâneas, o potencial aquífero pode ser explorado. As limitações estão intimamente relacionadas às condições edafopedológicas, pois os solos têm baixa fertilidade natural e há deficiência hídrica durante a estiagem, o que não favorece o desenvolvimento de atividades agrícolas.

Impactos e Riscos de Ocupação: desencadeamento de processos erosivos em áreas degradadas, principalmente nos tabuleiros arenosos; riscos de poluição dos recursos hídricos e dos solos devido à elevada permoporosidade do material; mineração descontrolada de areias para utilização na construção civil; impermeabilização e compactação dos solos reduzindo a capacidade de infiltração, comprometendo a recarga hídrica.

Diretrizes Ambientais: práticas conservacionistas no uso e ocupação da terra; manutenção e recuperação da funcionalidade dos sistemas ambientais; manejo integrado de bacias hidrográficas; proteção de mananciais; implantação de sistema de saneamento urbano e periurbano.

5.3 Planícies fluviais dos Rios Curu, Canindé, Caxitoré e outros

Áreas cuja principal característica do relevo é o baixo gradiente topográfico. Têm sua gênese resultante da acumulação fluvial sujeita a inundações periódicas. Os solos são do tipo Neossolos Flúvicos que, originalmente, eram revestidos por matas ciliares e, agora, encontram-se em elevado estágio de degradação — sobretudo para dar lugar à ocupação agrícola extensiva. Em alguns setores da planície do rio Curu encontram-se perímetros irrigados, como o Curu-Paraipaba.

Potencialidades e Limitações: são ambientes que apresentam boas reservas hídricas superficiais e, durante o período de estio, podem ser utilizados pela agricultura irrigada, para a dessedentação de animais e para o consumo humano. Pode-se destacar um bom potencial paisagístico para fins de lazer, recreação e turismo ecológico. Nos setores com problemas de assoreamento pode ser desenvolvida uma mineração controlada e, nas áreas mais abrigadas das cheias, a agricultura irrigada pode ser favorecida. Tais ambientes admitem restrições legais pois, em sua grande

maioria, são Áreas de Preservação Permanente (APP) definidas pela legislação ambiental (Código Florestal, Política Florestal do Ceará). São ambientes fortemente instáveis constantemente sujeitos às inundações periódicas. Em alguns setores, apresentam problemas de salinização dos solos com dificuldade de mecanização, além do baixo suporte para edificações.

Impactos e Riscos de Ocupação: degradação da mata ciliar; redução da biodiversidade; mineração descontrolada; despejo de efluentes, detritos e resíduos sólidos; poluição dos solos e dos recursos hídricos; salinização dos solos; ampliação de áreas inundáveis.

Diretrizes Ambientais: uso controlado dos corpos hídricos; preservação do patrimônio paisagístico; controle de efluentes, principalmente nas áreas urbanas; controle da especulação imobiliária; manutenção da funcionalidade dos ambientes ribeirinhos; saneamento ambiental localizado; práticas de educação ambiental.

5.4 Maciços residuais: platô e vertente norte-ocidental da Serra do Machado; vertente ocidental da Serra de Baturité; vertente setentrional da Serra de Uruburetama

Ambiente de transição tendendo à estabilidade quando em equilíbrio (platô da Serra do Machado) e à instabilidade nas vertentes mais íngremes e nas áreas mais degradadas (vertente norte ocidental da Serra do Machado e vertente ocidental da Serra de Baturité). A vulnerabilidade à ocupação é moderada nas áreas menos íngremes e onde os recursos naturais encontram-se preservados. Alta vulnerabilidade nas vertentes e nas áreas mais fortemente degradadas (vertentes mais íngremes de todos os compartimentos serranos e vertente setentrional da Serra de Uruburetama).

Potencialidades e Limitações: as potencialidades estão relacionadas às melhores condições de fertilidade natural dos solos, variando de média a alta. Nas planícies alveolares encontra-se boa disponibilidade de águas subsuperficiais. A mineração pode ser praticada em alguns setores, desde que não se comprometa o equilíbrio ambiental. Visando suprir a demanda nos períodos de estiagem e controlar o fluxo hídrico dos

canais, a construção de barragens pode ser uma alternativa para o armazenamento de água.

As principais limitações estão intimamente relacionadas às condições do relevo com altas declividades nas encostas, o que favorece sobremaneira a erosão e aos movimentos de massa. Os solos são rasos, com predomínio de Neossolos Litólicos e Argissolos. A irregularidade climática é fator limitante devido à ocorrência de longos períodos de estiagem.

Impactos e Riscos de Ocupação: erosão acelerada em função de desmatamentos desordenados e do uso de técnicas agrícolas rudimentares; descaracterização da paisagem serrana; processos erosivos ativos; empobrecimento da biodiversidade; desmatamento da vegetação remanescente e degradação das nascentes fluviais.

Diretrizes Ambientais: recuperação ambiental de áreas degradadas; manutenção funcional dos sistemas ambientais e proteção dos mananciais; controle da degradação da terra através da conservação dos solos e demais recursos naturais; obediência ao Código Florestal.

5.6 Cristas residuais e agrupamentos de *inselbergs*

Cristas residuais com fortes declives nas encostas e topos aguçados associados à resistência de rochas do embasamento cristalino, com solos rasos ou afloramentos rochosos revestidos por vegetação rupestre. São ambientes fortemente instáveis, com alta vulnerabilidade à ocupação.

Potencialidades e Limitações: tem potencialidades favoráveis à mineração de materiais de uso imediato na construção civil (britas e rochas ornamentais para revestimentos). O turismo ecológico e de pesquisa científica pode ser desenvolvido nos agrupamentos de *inselbergs* e nas vertentes mais íngremes das cristas residuais, com o desenvolvimento de esportes de aventura como escalada e rapel. As limitações estão relacionadas diretamente à ausência de solos produtivos, com vários afloramentos rochosos e pedregosidade, o que torna algumas áreas impraticáveis para ocupação produtiva — exceto a mineração.

Impactos e Riscos de Ocupação: agricultura em setores de alta declividade e solos pouco desenvolvidos; retirada da cobertura vegetal; erosão e remoção dos Neossolos Litólicos, causando danos ambientais irreversíveis.

Diretrizes Ambientais: áreas de uso muito restrito, devendo ser destinada à mineração em alguns setores. No entanto, o uso mais indicado aponta para a recuperação ambiental.

5.7 Sertões de Itapajé-Tejuçuoca; Canindé-Caridade; Apuiarés-Pentecoste-General Sampaio; e São Luiz do Curu-Umirim

Superfícies pediplanadas em rochas do embasamento cristalino, apresentando solos rasos a moderadamente profundos, recobertos originalmente por caatingas de padrões variados que atualmente encontram-se em elevado estágio de degradação, variando de moderada a fortemente degradadas. O uso predominante está relacionado ao desenvolvimento do agro-extratativismo e da pecuária extensiva, desenvolvidos com base em tecnologia bastante rudimentar. Possuem ambientes de transição com tendências à estabilidade quando em equilíbrio ambiental, e à instabilidade nas áreas degradadas, em função da retomada das ações morfogenéticas que acionam os processos de desertificação. Apresentam vulnerabilidade moderada à ocupação nas áreas com tendência à instabilidade e baixa vulnerabilidade nas áreas que tendem à estabilidade.

Potencialidades e Limitações: como potencialidade, destacamos o relevo como fator não-limitante ao desenvolvimento das atividades produtivas, apresentando-se como área propícia para a expansão da malha urbana e viária. Presta-se também para a mineração de rochas ornamentais e materiais de uso imediato para a construção civil. Todavia, admite fortes limitações nos aspectos hidroclimáticos, com pluviometria escassa e irregular. O potencial é muito limitado em águas superficiais e subterrâneas, com baixos índices de aproveitamento. Têm limitações edáficas devido à baixa fertilidade e profundidade dos solos, por vezes salinizados, o que não propicia o desenvolvimento de atividades agrícolas. Apresentam, além disso, chãos pedregosos,

com frequentes afloramentos de rocha e alta susceptibilidade à erosão devido à baixa proteção exercida pela cobertura vegetal, justificando a alta vulnerabilidade à desertificação

Impactos e Riscos de Ocupação: desencadeamento de processos erosivos acelerados em áreas fortemente degradadas; salinização de solos das baixadas; empobrecimento muito significativo da biodiversidade, promovendo a erosão e remoção dos solos, tornando-os, nas áreas mais degradadas, irreversivelmente improdutivos; extrativismo de argilas e areias aluvionares praticado de modo predatório; evidências muito nítidas dos processos de desertificação.

Diretrizes Ambientais: recuperação dos solos e da biodiversidade; elaboração de Plano Estadual de Controle da Desertificação; prevenção ou redução da degradação das terras; reabilitação de terras parcialmente degradadas; obediência aos preceitos estabelecidos pela agenda 21 para enfrentamento da desertificação; combate à degradação da terra através da conservação do solo e de atividades de florestamento e reflorestamento; incentivo e promoção popular da educação ambiental com ênfase no controle da desertificação e no gerenciamento dos efeitos das secas.

6. Considerações finais

Os sistemas ambientais aqui analisados foram classificados e hierarquizados conforme suas características de origem e de evolução, possibilitando conhecer os processos que configuraram e que configuram a realidade geoambiental da região. De posse deste conhecimento, foi possível identificar as potencialidades e as limitações dos sistemas, a fim de melhor avaliar a capacidade de suporte para o desenvolvimento das atividades produtivas e sociais. Os subsistemas ambientais foram delimitados através da identificação das unidades elementares contidas em um mesmo sistema de relações. Tal delimitação utilizou como base os padrões de paisagens uniformes ou que resguardam certo grau de homogeneidade. Desta forma, a delimitação resultou do agrupamento de áreas dotadas de condições específicas quanto às relações mútuas entre os fatores do potencial ecológico e da exploração biológica.

A grande diversidade de paisagens depende, essencialmente, das combinações entre os componentes geoambientais. As serras e as planícies são as áreas mais densamente povoadas, onde há maior intensidade das atividades agrárias. Nas faixas pré-litorâneas, onde há melhoria das condições climáticas, os solos têm, em grande parte, baixa fertilidade, o que dificulta a diversificação dos sistemas de produção. Os sertões, aparentemente mais homogêneos, possuem significativa diversificação geoambiental. A ocorrência de espaços diferenciados não chega, assim, a impor mudanças agudas quanto aos processos de utilização da terra. O que se nota de modo indistinto é a persistência de técnicas rudimentares incompatíveis com a capacidade de suporte dos ambientes. A homogeneidade do espaço estudado é, assim, vinculada à pobreza econômica e não propriamente às condições estritamente naturais. É certo, porém, que as limitações impostas pelas potencialidades geoambientais e ecológicas têm notório significado para justificar a debilidade e vulnerabilidade das atividades econômicas, muito dependentes da irregularidade pluviométrica do semi-árido.

Os resultados ora apresentados visam conduzir a um processo cujo objetivo primordial não é facilitar a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, nem tampouco intensificar a exploração dos recursos naturais. Ao contrário, busca-se fornecer as bases para o uso adequado dos espaços e dos recursos naturais já explorados (GRIGORIEV, 1968). Desta forma, acreditamos ser possível propiciar melhorias nas condições de vida das populações que habitam regiões com graves problemas ambientais e socioeconômicos, como é o caso do semi-árido brasileiro onde se insere a bacia hidrográfica do rio Curu.

7. Referências bibliográficas

AB'SABER, A. N. "Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos". In: MULLER-PLANTENBERG, G. e AB'SABER, A. N. (orgs.). *Previsão de Impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo: Edusp (1994).

BERTRAND, G. "Paisagem e geografia física global: esboço metodológico". *Caderno de Ciências da Terra*. São Paulo, v.13, p. 1-21 (1969).

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Projeto RADAMBRASIL*. Folha SA-24 (Fortaleza). Rio de Janeiro v. 21 (1981).

_____. *Projeto RADAMBRASIL*. Folha SB-25 (Jaguaribe-Natal). Rio de Janeiro v. 23 (1981a).

GRIGORIEV, A. A. "The theoretical fundamentals of modern physical geography". In: GRIGORIEV, A. A. *The Interaction of Science in the Study of the Earth*. Moscou: Progresso (1968).

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: diretrizes metodológicas para o zoneamento ecológico-econômico do Brasil*. 3ª ed. Brasília: MMA (2006).

ROSS, Jurandyr L. Sanches. "Análises e Sínteses na Abordagem Geográfica da Pesquisa para o Planejamento Ambiental". *Revista do Departamento de Geografia da USP*. São Paulo. n.9, p.65-75 (1995).

SOUZA, Marcos J. Nogueira de. "Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do Estado do Ceará". In: *Revista de Geologia-UFC*. Fortaleza. V. 1. p. 73-91 (1988).

_____. "Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do estado do Ceará". In: Souza, M.J.N. et. al. (Orgs.) *Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará*. Fortaleza: FUNECE, 2000. p.13-98.

SOUZA, Marcos. J. Nogueira de. et al. "Contexto Geoambiental das Bacias Hidrográficas dos Rios Acaraú, Curu e Baixo Jaguaribe – Estado do Ceará". *EMBRAPA Agroindústria Tropical: Documentos*. Fortaleza. n. 101 (2005).

TRICART, Jean. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE (1977).

RESENHA

A IMAGEM COMO CONCEPÇÃO DE MUNDO

Guilherme Ribeiro*

Resenha de: *L'invention des continents. Comment l'Europe a découpé le monde*, de Christian Grataloup. Paris: Larousse, 224 pp., 2009.

A geografia possui uma forma bastante explícita de fazer política: a *geopolítica*. Para nós, a geografia universitária, sobretudo aquela oriunda das reflexões de Friedrich Ratzel (1844-1904) e Paul Vidal de la Blache (1845-1918), *já nasce geopolítica*,¹ uma vez que ambos estão edificando um discurso “científico” consagrado ao desenvolvimento e à expansão de seus respectivos Impérios e Estados Nacionais Territoriais.²

De todo modo, existe um domínio mais sutil no qual a geografia interveio vigorosamente e cuja força política é inegável. Referimo-nos à construção de *imagens de mundo*. A geografia é um campo de conhecimento profundamente imagético e, por

* Doutor em Geografia pela UFF, com doutorado-sanduiche pela Universidade de Paris – Sorbonne (Paris IV). Pós-Doutor em Geografia pela UFMG. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UFRRJ. Coordenador do Laboratório de Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ). Resenha inscrita no âmbito do projeto de pesquisa *Epistemologia e Política: uma releitura da geografia vidaliana para o século XXI*, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

¹ Embora Claude Raffestin, Dario Lopreno e Yvan Pasteur insistam no fato de que Ratzel não deva ser considerado um geopolítico argumentando que o termo só foi forjado por Kjellen em 1916 e, de modo geral, a literatura ao redor de Vidal de la Blache tenha ignorado seus textos sobre a conflituosa formação territorial francesa na Europa e sobre o colonialismo (ver, respectivamente, RAFFESTIN, LOPRENO & PASTEUR, 1990; RIBEIRO, 2010, 2010a).

² A despeito dos termos utilizados, concordamos inteiramente com a tese de Craig Calhoun de que é um erro opor *nação* e *império* como se ambos fossem incompatíveis. Segundo ele, “o equívoco mais grave consistiu no endosso de duzentos anos de discurso europeu no qual as discussões sobre cidadania e identidade nacional foram formuladas através de um contraste com os impérios nefastos de terceiros, sem que houvesse grande perturbação no fato de os Estados Nacionais emergentes serem eles próprios potências imperiais. Até mesmo a França, em suas fases mais republicanas, também era um império. Basta pensar na repressão à revolução no Haiti ou registrar que, embora a França republicana implantasse no Egito instituições simbolicamente republicanas, ainda assim ela era um país conquistador” (CALHOUN, 2008:45).

esta razão, projetamos com facilidade as fronteiras dos Estados-Nações e os contornos dos continentes. Na segunda metade do século XX, para nosso pesar, as vertentes neopositivista e marxista trilharam um caminho que afastou a geografia das artes, da descrição das paisagens, do esmero com a narrativa e da interlocução com a história. O resultado não foi outro senão o empobrecimento do campo. Perdemos de vista a tradição simbólica, cultural e cosmográfica que caracterizou a geografia e fez dela elemento nuclear na elaboração do que atualmente conhecemos como mundo moderno. Não por acaso a marginalização da geografia cultural ou, pelo menos, sua desconfiança por boa parte dos geógrafos.

Escrito pelo geohistoriador Christian Grataloup, *L'inventions des continents. Comment l'Europe a découpé le monde* [A invenção dos continentes. Como a Europa recortou o mundo] interroga a conjuntura acima — nas entrelinhas — e resgata um rico e atual legado geográfico. Lançando mão de toda sorte de fontes documentais — pinturas, esculturas, fotografias, globos, gravuras rupestres, vasos gregos, mosaicos romanos, imagens digitais e, claro, cartas — em uma edição primorosamente ilustrada da primeira à última página, o livro é dividido em seis capítulos: 1. *Os continentes também têm uma história*; 2. *Os pais fundadores*; 3. *Nos quatro cantos do mundo*; 4. *Possuir o mundo*; 5. *Atlântida e Antípoda*; 6. *Nós e os outros*. Uma conclusão e um anexo composto por um atlas completam a obra.

Investindo no processo histórico como chave para a desmistificação de narrativas políticas que lançaram mão da geografia em suas tentativas de naturalização da vida social, ele examina como a construção do eurocentrismo passou, necessariamente, por uma determinada caracterização dos continentes. No entanto, a base “sólida” dos mesmos atuava no sentido de mascarar seu conteúdo geopolítico. Recuperando criticamente a cosmologia cristã e indicando o quanto ela foi questionada à luz das descobertas do “Novo Mundo” e do Oceano Pacífico (p. 69), Grataloup aponta como a genealogia dos continentes está intimamente associada a uma concepção de mundo repleta de preconceitos raciais e hierarquias entre povos e grupos humanos. Segundo ele, a fragmentação da superfície terrestre revela o quão difícil é pensar em uma unidade da humanidade (p. 55).

Como não poderia deixar de ser, a cartografia possui lugar de destaque, na medida em que a incorporação da América e da Oceania se impôs como essencial na elaboração de uma nova imagem de mundo. De Ortelius a Mercator, isto é, do antigo “Teatro do Mundo”, cujos mapas vinham acompanhados de outras representações pictóricas, ao moderno “Atlas”³, pleno de *conhecimentos racionais* e confeccionados para fins comerciais — sem esquecer do planisfério de Waldseemüller em 1507, onde consta a primeira aparição do termo América (p. 58-60) —, a grade de localização do mundo foi sendo sensivelmente alterada de modo a fazer da Europa, termo muito pouco usado na Idade Média⁴ (p. 91), o centro do mundo. De qualquer maneira, Grataloup identifica um paradoxo pois, a despeito do conteúdo moderno aportado pelos mapas pós-Mercator, o aspecto da teologia medieval referente ao fato de que os três filhos de Noé representariam os três continentes (África, Ásia e África) e suas respectivas raças (negra, amarela e branca) permaneceu (p. 69). Em seguida, criar-se-ia a raça *vermelha* para identificar a América. Visando mostrar a “diversidade da espécie humana” (p.85), a classificação dos povos em quatro raças⁵ e sua adoção pela geografia escolar não foram esquecidas pelo autor (p. 85).

Mapas sempre foram estratégicos. Geógrafos faziam mapas para reis. Eles são instrumento de controle, de poder, de política, de domínio marítimo e territorial. Inútil dizer: são *visões de mundo*. Nesse sentido, para a cartografia e para a geografia — uma vez que a separação entre tais campos é muito recente, datando do século XIX —, a relevância de Gerhard Mercator (1512-1594) é inquestionável. Por alguma razão, o autor de *L’invention des continents* não deu a devida importância a ele. Uma vez que Grataloup articula a cartografia e a localização modernas à cosmologia cristã, poderia

³ Vocábulo utilizado pela primeira vez por Mercator no século XVII para definir uma coleção de cartas (p. 95-96). De fé protestante, Mercator foi suspeito de participação nas doutrinas da Reforma (seu *Atlas* foi parar no Índice de Livros Proibidos) e preso por 7 meses em 1544 pela Inquisição Espanhola, mas solto por falta de provas. Além disso, para ele os mapas não eram apenas um assunto interessante, um passatempo, mas sim objeto de comércio. Juntamente com seus filhos — que posteriormente completariam seu Atlas —, confeccionava e comercializava suas cartas (Mercator quer dizer “mercador”). Mais: sua perícia e engenho levaram-no a fabricar uma série de instrumentos matemáticos para o imperador Carlos V (1500-1558). Informações detalhadas sobre ele podem ser encontradas em OSTROY, 1892-1893.

⁴ De certa maneira, as palavras de Dussel complementam a constatação acima, pois “a Europa latina do século XV [está] sitiada pelo mundo muçulmano [e é] periférica e secundária no extremo ocidental do continente euro-afro-asiático” (DUSSEL, 2005:59 [2000]).

⁵ A respeito do conceito de raça, vide QUIJANO, 2010.

ter sublinhado o papel de Mercator na emancipação do discurso geográfico face ao discurso filosófico-teológico, por exemplo.⁶ Além disso, ele praticamente não abordou a hegemonia geopolítica assumida pelo mapa de Mercator. Por estas razões, vale a pena esboçar algumas palavras a respeito.

Do ponto de vista “técnico-operacional”, por assim dizer, o traço mais inovador foi ter elaborado em 1569 um mapa mundi da Terra (uma esfera achatada nos pólos) em um *plano* cujas retas faziam ângulos constantes com o meridiano. Lançando mão de raciocínios matemáticos — ele estudara matemática na Universidade Católica de Louvain —, Mercator encontra uma solução que seria de muita utilidade na confecção de cartas náuticas pois, ao manter as distâncias angulares, sua projeção garante o rumo a ser seguido. Em uma época em que os europeus se lançavam às Grandes Navegações, sua carta significou a hegemonia de um saber racional, matematizado, geometrizado. A seu modo, ele representa a face cartográfica da conquista do mundo pelos europeus.

A despeito das deformações inscritas em sua projeção conforme e cilíndrica — ao afastar-se da Linha do Equador, as formas e o tamanho das superfícies são bastante distorcidos, fazendo com que a Groenlândia apareça como maior que a América do Sul quando, na verdade, é bem menor —, ela expressava precisão, rigor e método, isto é, traços típicos da ciência e do pensamento modernos. Aos poucos, mapas antigos como os de Ptolomeu — com quem Mercator estabelece um resgate crítico de sua herança, retomando-o para superá-lo — e mapas medievais serão progressivamente substituídos pelo de Mercator, que reúne o que havia de mais avançado em seu tempo. Por essas e outras razões, sua carta é um divisor de águas na história da cartografia e da geografia. Em um palavra, da *representação de mundo*.

No século XX, Mercator seria alvo de fortes críticas por situar a Europa acima e no centro do mundo, dotando-a de um tamanho maior do que o continente realmente possui. Tornada a imagem mais familiar e mais conhecida de um mapa mundi, o fato é que sua carta acabou por veicular uma ideologia de matiz eurocêntrico (a despeito, provavelmente, das intenções do próprio Mercator), uma mirada européia sobre o que seria o mundo. Possui forte conotação política, portanto. A carta de Mercator

⁶ Conforme ARANTES, 2012.

apropriou-se do mundo e, em seu âmago, instaurou a *imagem* da Europa. Ela não deixa de ser a forma como a própria Europa *se projetava* diante do mundo: como soberana. Encarnava os valores europeus e os reproduzia mundo afora enquanto mundiais, universais. Na cartografia e na geografia, a projeção de Mercator é, guardadas as devidas proporções, equivalente à contribuição de Bacon, Descartes e Newton para a história das idéias.

Enfim, o livro de Grataloup ilumina, ao mesmo tempo, o passado e o futuro da geografia. No século XX, a história do pensamento geográfico privilegiou em excesso as “correntes geográficas”, inclinando-se rumo a debates, na maioria das vezes, estéreis. O resultado é que o *campo* relativo ao pensamento geográfico se restringiu. A geografia fechou-se nela mesma de modo irreconhecível! Porém, nas últimas duas décadas, o recorte temporal que sublinhava a geografia institucionalizada na universidade, embora continue sendo importante, vem sofrendo significativas alterações no que tange às fontes, aos métodos e à problematização dos objetos de pesquisa. Além disso, as investigações acerca dos saberes geográficos engendrados *antes* da institucionalização dos anos 1870 fizeram com que seus autores percebam as profundas conexões entre a geografia e a *constituição da modernidade*.⁷ Nesse contexto, *orientação, localização e mapeamento* assumiram papel fundamental.

No que tange ao futuro da geografia, Grataloup nos ensina sobre o poder das representações, das imagens, das formas. Pesarosamente, a geografia enrijeceu sobremaneira sua visão de mundo; muitos geógrafos acreditam firmemente na existência de um mundo exterior ao sujeito; em paisagens físicas apartadas da cultura; em regiões delimitadas segundo critérios factíveis e objetivos; em uma verdade por detrás das aparências que será desvendada pelo cientista... Ao sublinhar o fato de que os continentes, tal como os conhecemos hoje, são construções histórico-culturais eurocêntricas,⁸ Grataloup aproxima a geografia da vanguarda das ciências humanas no

⁷ BESSE, 2003; LESTER, 2012 [2009]; LIVINGSTONE, 1992; GODLEWSKA, 1999; FURTADO, 2012.

⁸ Em seu único artigo disponível em português — até onde nos foi permitido conhecer —, ele afirma que “Se o nível geográfico mundial tivesse sido produzido por outra sociedade que não a Europa, se as grandes descobertas chinesas no início do século XV feitas por Zeng He tivessem prosseguido, todo o pensamento sobre o tempo, mas também sobre o espaço, teriam sido profundamente diferentes” (GRATALOUP, 2006:37 [2003]).

século XXI ao articular, do ponto de vista metodológico, *política, representação, crítica e narrativa*.

De qualquer maneira, uma coisa é certa: nem ao Norte e nem ao Sul existe um mapa neutro. Nenhuma representação de mundo é isenta de valores. Afinal, a imagem — e a geografia, no passado e no presente, não pode deixar de ser um domínio imagético por excelência, elemento este que a conduzirá inevitavelmente a uma progressiva interlocução com a pintura, o cinema e a literatura — já é, por si só, uma concepção de mundo.

Referências bibliográficas

ARANTES, Leonardo. “Entre o ‘Renascimento’ e a ‘Reforma’ da Geografia: o *Atlas, sive cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabricati figura* de Gerhard Mercator”. In: *III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico/ Encontro Nacional de Geografia Histórica*, Rio de Janeiro, UFRJ, 5 a 10 de novembro, 2012.

BESSE, Jean-Marc. *Les grandeurs de la Terre. Aspects du savoir géographique à la Renaissance*. Lyon : ENS Éditions, 2003.

CALHOUN, Craig. “O nacionalismo importa”. In: PAMPLONA, Marco A., DOYLE, Don H. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo. A formação dos Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e eurocentrismo”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005 [2000].

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

GODLEWSKA, Anne. *Geography unbound: French geographic science from Cassini to Humboldt*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

GRATALOUP, Christian. *L’invention des continents*. Paris: Larousse, 2009.

_____. Os períodos do espaço. *Geographia* (UFF), ano VIII, n.16, dez., 2006.

LESTER, Toby. *A quarta parte do mundo. A corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 [2009].

LIVINGSTONE, David. *The geographical tradition. Episodes in the history of a contested enterprise*. Oxford: Blackwell, 1992.

ORTROY, Fernand van. L'oeuvre géographique de Mercator, *Revue des questions scientifiques*, Bruxelles, oct., 1892-1893.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social". In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RAFFESTIN, Claude, LOPRENO, Dario, PASTEUR, Yvan. *Géopolitique et histoire*. Lausanne: Payot, 1995.

RIBEIRO, Guilherme. Território, império e nação: a geopolítica em Paul Vidal de la Blache. *Revista da Anpege*, v. 6, 2010.

_____. "La géographie vidalienne et la géopolitique". In: *Géographie et Cultures*, v. 75, 2010a.

